



2017-014

Adotado em 21 de março de 2017

eu-LISA
Relatório Anual de
Atividades Consolidado
eu-LISA

2016

Índice

Lista de abreviaturas e acrónimos	3
Contexto jurídico	7
Avaliação do Conselho de Administração	8
Introdução.....	11
Resumo executivo	12
Parte I. Resultados alcançados durante o ano	16
Parte II (a) Administração	31
2.1. Conselho de Administração	31
2.2. Principais desenvolvimentos.....	32
2.3. Disposições orçamentais e financeiras	35
2.4. Gestão de recursos humanos	37
2.5. Avaliação pela Administração	45
2.6. Tarefas de execução orçamental confiadas a outros serviços e entidades	46
2.7. Avaliação dos resultados de auditoria durante o ano de referência	46
2.7.1. Serviço de Auditoria Interna	46
2.7.2. Capacidade de Auditoria Interna (CAI)	47
2.7.3. Tribunal de Contas Europeu	48
2.8. Seguimento das recomendações e planos de ação para auditorias	49
2.9. Seguimento dado às observações da autoridade de quitação.....	52
Parte II (b). Avaliações externas	54
Parte III. Avaliação da eficácia dos sistemas de controlo interno	55
3.1. Gestão de riscos	55
3.2. Cumprimento e eficácia das Normas de Controlo Interno	55
Parte IV. Garantia da administração.....	57
4.1. Análise dos elementos que subjazem à garantia	57
4.2. Reservas (se aplicável)	59
4.3. Conclusões gerais sobre a fiabilidade.....	60
ANEXOS	61
Anexo I. Indicadores de desempenho empresarial.....	61
Anexo II. Estatísticas relativas à gestão financeira.....	63
Anexo III. Organigrama	67
Anexo IV. Quadro de Pessoal	69
Anexo V. Recursos humanos e financeiros por atividade	72
Anexo VI. Anexo específico referente à Parte II	73
Anexo VII. Anexo específico referente à Parte III	81
Anexo VIII. Projeto de contas financeiras.....	85
Anexo IX. Objetivos e indicadores	88

Lista de abreviaturas e acrónimos

AFIS	<i>Automated Fingerprint Identification System</i> , Sistema Automático de Identificação Dactiloscópica
ELSJ	Espaço de liberdade, segurança e justiça
GC	Grupo Consultivo
UGMA	Unidade de Gestão e Manutenção de Aplicações
PTA	Programa de Trabalho Anual
UCS	Unidade Central de Salvaguarda - centro de salvaguarda de St. Johann im Pongau
BMS	<i>Biometric Management System</i> , Sistema de Gestão Biométrico
BRX	Bruxelas
AC	Agente contratual
CAF	<i>Common Assessment Framework</i> , Estrutura Comum de Avaliação
CBS	<i>Core Business Systems</i> , Sistemas principais da atividade
ROA	Regime aplicável aos outros agentes da União Europeia
CEPOL	Agência da União Europeia para a Formação Policial
CAP	Convite(s) à apresentação de propostas
PGM	Processo de gestão da mudança
GGM	Grupo de gestão da mudança
CMM	<i>Capability Maturity Model</i> , Modelo de maturidade e capacidade
CMMI	<i>Capability Maturity Model Integration</i> , Integração de modelos de maturidade e capacidade
CdE	Centro de excelência
COM	Comissão Europeia
COTS	<i>Commercial off-the-Shelf</i> , Produtos comerciais de utilização geral
CRMC	<i>Corporate Risk Management Committee</i> , Comité de Gestão do Risco Institucional
SP	Sistema principal
CSI	<i>Continual Service Improvement</i> , Melhoria contínua do serviço
CSIS	<i>Continual Service Improvement System</i> , Sistema de melhoria contínua do serviço
CSS	<i>Corporate Service Sector</i> , Setor de Serviços Institucionais
UC	Unidade Central - centro de dados principal em Estrasburgo
BD	Base de dados
PD	Proteção de dados
CPD	Coordenadores da proteção de dados
RPD	Responsável pela proteção de dados
DubliNet	Rede de comunicação do Eurodac
DWH	<i>Data Warehouse</i> , Armazém de dados
EASO	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo
TCE	Tribunal de Contas Europeu
ECRIS	Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais
AEPD	Autoridade Europeia para a Proteção de Dados
SES	Sistema de Entrada/Saída europeu
EeF	Entrada em funcionamento

EMPACT	<i>European Multidisciplinary Platform against Criminal Threats</i> , Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas
ENISA	Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação
EPMO	<i>Enterprise Project Management Office</i> , Gabinete de Gestão de Projetos Empresariais
EPSO	Serviço Europeu de Seleção do Pessoal
ESP	<i>European Search Portal</i> , Portal de Pesquisa Europeu
ETIAS	<i>EU Travel Information and Authorisation System</i> , Sistema de Informação e Autorização de Viagem da UE
UE	União Europeia
eu-LISA	Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
Eurodac	Sistema Europeu de Comparação de Impressões Digitais dos Requerentes de Asilo
Eurojust	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
EUWS	<i>End User Works Station</i> , Estações de Trabalho dos Utilizadores Finais (rede de gestão de sistemas CBS da eu-LISA)
GF	Grupo de funções
UFA	Unidade de Finanças e Aquisições
FRA	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
Frontex	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
ETI	Equivalente a tempo inteiro
CQ IECF	Contrato-quadro para a Infraestrutura comum partilhada
UCG	Unidade de Coordenação Geral
S&S	Saúde e segurança
GPAN	Grupo de Peritos de Alto Nível criado pela Comissão Europeia no âmbito da Comunicação <i>Sistemas de informação mais sólidos e mais inteligentes para controlar as fronteiras e garantir a segurança</i> de abril de 2016
HQ	Sede
RH	Recursos humanos
ERH	Estratégia de recursos humanos
URHF	Unidade de Recursos Humanos e Formação
AI	Auditoria interna
CAI	Capacidade de auditoria interna
SAI	Serviço de Auditoria Interna da Comissão Europeia
NCI	Norma de controlo interno
TIC	Tecnologias da informação e da comunicação
EGI	Estratégia de Gestão da Informação
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
ITIL	<i>Informational Technology Infrastructure Library</i> , Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologias da Informação
ITSM	<i>Informational Technology Service Management</i> , Gestão de Serviços de Tecnologias da Informação
JAI	Justiça e Assuntos Internos
IDF	Indicador de desempenho fundamental
LMS	<i>Learning Management System</i> , Sistema de Gestão da Aprendizagem

PTPA	Programa de Trabalho Plurianual
CA	Conselho de Administração
MdE	Memorando de Entendimento
MPLS	<i>Multiprotocol Label Switching</i> , Comutação por etiqueta multiprotocolos
EM	Estados-Membros
MSP	Microsoft Project
MWO	<i>Maintenance in Working Order</i> , Manutenção em bom funcionamento
PCN	Pontos de contacto nacionais
SN	Sistema nacional
UOI	Unidade de Operações e Infraestruturas
ANO	Acordo de nível operacional
DO	Departamento de Operações
SST	Saúde e segurança no trabalho
PCA	Plano de Contratos e Aquisições
AIP	Avaliação do Impacto na Privacidade
ICP	Infraestrutura de chaves públicas
GGP	Gabinete de Gestão de Projetos
CSP	Credenciação de segurança do pessoal
GQ	Gestão da qualidade
I&D	Investigação & Desenvolvimento
DRA	Departamento de Recursos e Administração
RI&D	Responsável pela Investigação & Desenvolvimento
SAAS	<i>Software as a service</i> , <i>Software</i> como serviço
SAC	<i>Schengen Associated Countries</i> , Países associados a Schengen
FI	Fronteiras Inteligentes
SBX	Estrasburgo
SD	<i>Service Desk</i>
SEC	Setor de Segurança
SIEM	<i>Security Information and Event Management</i> , Gestão de Informação e Eventos de Segurança
SIS II	Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração
SIRENE	<i>Supplementary Information Request at the National Entries</i> , Informações Suplementares Pedidas na Entrada Nacional
ANS	Acordo de nível de serviço
PND	Peritos nacionais destacados
SNMP	<i>Simple Network Management Protocol</i> , Protocolo de administração de redes simples
SOA	<i>Service-Oriented Architecture</i> , Arquitetura orientada para serviços
RAS	Rede de Agentes de Segurança
DOCUP	Documento Único de Programação
PUC	Ponto Único de Contacto
sTESTA	Serviços Seguros Transeuropeus de Telemática entre as Administrações
SW	<i>Software</i>
SXB	Estrasburgo
AT	Agente Temporário
TCO	<i>Total Cost of Ownership</i> , Custo Total de Propriedade
Testa-NG	Serviços Seguros Transeuropeus de Telemática entre as Administrações – nova geração

TLL	Taline
ETC	Especificações técnicas do concurso
VAAS	<i>Virtualisation Active/Active Study</i> , Estudo sobre virtualização em modo ativo/ativo
VIS	Sistema de Informação sobre Vistos
VIS Mail	Plataforma de comunicação para o intercâmbio de informações entre as autoridades competentes e outros Estados-Membros
WAN	<i>Wide Area Network</i> , Rede de área alargada

Contexto jurídico

Nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 1077/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que cria uma Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, o Diretor Executivo apresenta ao Conselho de Administração, para adoção, o projeto de relatório anual de atividades da Agência, após consulta prévia dos Grupos Consultivos, sendo que nos termos do artigo 12.º do mesmo regulamento, o Conselho de Administração adota, até 31 de março de cada ano, o relatório anual de atividades da Agência do ano precedente, comparando os resultados alcançados com os objetivos do Programa de Trabalho Anual. Além disso, em conformidade com o artigo 47.º do Regulamento Financeiro-Quadro, o gestor orçamental presta contas do exercício das suas funções ao Conselho de Administração, sob a forma de um relatório anual de atividades consolidado.

Avaliação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA ou Agência) procedeu à análise e avaliação do relatório anual de atividades consolidado do Diretor Executivo sobre as realizações e resultados de 2016. O Conselho toma nota do desempenho da Agência e formula, em particular, as observações seguintes.



Observações gerais

O Conselho de Administração:

- Considera que o desempenho da eu-LISA em 2016 está em conformidade com os objetivos estabelecidos no Regulamento que cria a Agência e com as metas e objetivos fixados na sua estratégia a longo prazo para o período de 2014-2020;
- Reconhece que a Agência executou com êxito o seu mandato ao longo do ano;
- Observa o elevado nível de consecução dos objetivos anuais do Programa de Trabalho Anual da Agência para 2016, quer no que se refere aos resultados alcançados, quer no que toca ao desempenho;
- Reconhece que, além de ter executado com êxito o seu Programa de Trabalho Anual (PTA) para 2016, a Agência deu mostras de flexibilidade e agilidade, indo além das tarefas inicialmente previstas no PTA para 2016;
- Observa que a importância dos sistemas confiados à Agência com vista ao bom funcionamento do espaço Schengen continua a ser cada vez maior e, por conseguinte, reconhece que se justifica plenamente a necessidade de reforçar a Agência com recursos humanos adicionais em conformidade;
- Apoia a conclusão respeitante à necessidade de criar os instrumentos necessários para reter o pessoal na Agência;
- Realça a importância dos projetos da reconstrução do centro operacional da Agência em Estrasburgo, bem como do novo edifício-sede em Taline, para o desenvolvimento futuro e a longo prazo da Agência;
- Reconhece o resultado positivo da primeira avaliação externa da Agência, realizada pela Comissão Europeia em estreita colaboração com o Conselho de Administração.

Observações sobre as realizações estratégicas e operacionais das principais políticas

O Conselho de Administração:

- Reconhece os esforços da Agência na execução do Programa de Trabalho Anual de 2016 dentro das limitações de recursos humanos existentes; embora um número limitado de objetivos não tenha sido totalmente alcançado, o Conselho considerou que o desempenho da eu-LISA satisfaz de forma significativa as expectativas das suas partes interessadas;
- Considera que a forma como a Agência lidou com o acréscimo substancial da carga de trabalho foi altamente adequada;
- Sublinha a elevada importância do Sistema de Entrada/Saída (SES) europeu e incentiva a Agência a continuar os preparativos para a sua implantação. A Agência toma nota da situação das ações necessárias

para a implantação do SES e dos efeitos na interoperabilidade relacionados com o desenvolvimento deste sistema;

- Salienta a importância do Sistema Automático de Identificação Dactiloscópica (AFIS) do Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração (SIS II) no que respeita à segurança interna da União Europeia (UE) e a agradece à Agência a sua proatividade com vista ao início atempado da implantação do sistema;
- Entende que as ações levadas a cabo pela Agência para gerir os três sistemas que atualmente lhe estão confiados (Eurodac, Sistema de Informação sobre Vistos/Sistema de Gestão Biométrico (VIS/BMS) e SIS II) se adequam aos objetivos estabelecidos no regulamento que a cria;
- Observa a capacidade de resposta da Agência a necessidades urgentes e imprevistas associadas à implantação do AFIS no SIS II para fazer face às crescentes ameaças em matéria de segurança e terrorismo na UE;
- Salienta a importância da Agência na contínua melhoria e simplificação da apresentação dos relatórios da qualidade dos dados aos Estados-Membros;
- Regista os esforços da Agência no sentido de rever e melhorar o processo de gestão da mudança em estreita colaboração com os Estados-Membros e a Comissão Europeia;
- Agradece à Agência os esforços envidados para apoiar o trabalho do Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAN) e, considerando a importância da interoperabilidade, incentiva a Agência a dar continuidade ao seu empenho;
- Saúda a continuação do desenvolvimento das capacidades internas da Agência no que respeita ao planeamento e controlo orçamental com o objetivo de garantir a boa gestão dos seus recursos financeiros; o Conselho reconhece que o nível global de execução das autorizações e pagamentos foi de 97 %, quando a meta era de 95 %;
- Manifesta a sua satisfação com o elevado nível de conformidade com o sistema de controlo interno implantado da Agência, igualmente reconhecido pelas auditorias realizadas ao longo do ano e pela ausência de recomendações importantes.

Avaliação do Conselho de Administração sobre a gestão da Agência

O Conselho de Administração, atendendo aos resultados alcançados pela Agência em 2016, manifesta a sua satisfação com a qualidade da gestão da Agência.

Variações, comparativamente ao previsto no Plano de Trabalho Anual, na utilização dos recursos humanos e financeiros

O Conselho de Administração considera que:

- o presente relatório oferece garantias de que os recursos afetados (pessoal e orçamento) são utilizados pela Agência de acordo com os fins previstos e com o PTA de 2016;
- todas as variações na utilização dos recursos têm justificação, tendo em conta os resultados alcançados pela Agência e as conclusões das auditorias realizadas.

Indicadores de desempenho

O Conselho de Administração observa que a Agência, após a sua fase de arranque, realizou progressos significativos em 2016 com vista à adoção de um conjunto abrangente de indicadores de desempenho empresarial. Este conjunto de indicadores foi adotado em março de 2015 pelo Conselho de Administração, tendo sido prestadas informações

sobre a aplicação dos indicadores aprovados. A Agência continua a trabalhar no sentido de melhorar os resultados destes indicadores de desempenho empresarial.

Gestão de riscos e contexto do controlo

O Conselho de Administração observa que:

- foram identificados os principais riscos da organização suscetíveis de ter prejudicado a execução do PTA, e foram aplicadas as medidas de prevenção e de mitigação adequadas;
- os sistemas de controlo interno e de gestão funcionam devidamente, tendo em conta os resultados alcançados pela Agência e as conclusões das auditorias realizadas.

Garantias e reservas emitidas pelo Gestor Orçamental

O Conselho de Administração:

- Considera que foram tomadas as medidas apropriadas e necessárias para resolver qualquer insuficiência detetada em matéria de gestão e controlo;
- Considera que existem os necessários elementos essenciais de garantia;
- Observa que a eu-LISA ainda não adotou o método da orçamentação por atividades, pelo que não estão disponíveis informações sobre a utilização dos recursos humanos e financeiros por atividade relativas a 2016.

Recomendações

O Conselho de Administração, tendo em conta as informações prestadas neste relatório, exorta a Agência, em 2017, a:

- Continuar a executar o seu mandato e alargar, sempre que possível, o apoio pertinente aos Estados-Membros e à Comissão Europeia no espaço de liberdade, segurança e justiça;
- Aperfeiçoar as suas atividades de planeamento no contexto da elaboração do Documento Único de Programação (DOCUP) e adotar o projeto de DOCUP até 31 de janeiro;
- Continuar e acelerar, com carácter prioritário, os seus preparativos para a introdução da gestão baseada em atividades;
- Continuar a desenvolver o seu sistema de controlo interno, dando especial atenção à eficiência dos processos internos e ao desenvolvimento contínuo das competências e qualificações do pessoal;
- Ter devidamente em conta as conclusões sobre a sua capacidade de auditoria interna;
- Concluir a introdução dos indicadores de desempenho empresarial;
- Apresentar ao Conselho um plano de ação para a aplicação das recomendações não legislativas da avaliação da Agência e executar esse plano de ação após a sua adoção pelo Conselho.

Conclusão

O Conselho de Administração congratula-se com o desempenho global da eu-LISA em 2016 e os níveis de cumprimento das metas, objetivos e resultados estabelecidos no seu PTA, bem como com o nível e a adequação da utilização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço ao Diretor Executivo e ao seu pessoal pelo empenho e realizações ao longo do ano.

Filip PYNCKELS, Presidente do Conselho de Administração

Introdução

A Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA ou a Agência) foi criada em 2011 pelo Regulamento (UE) n.º 1077/2011 e entrou em funcionamento em 1 de dezembro de 2012. A criação da Agência visou encontrar uma solução a longo prazo para assegurar a gestão operacional, a nível da União Europeia (UE), dos sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça, no presente e no futuro.

Atualmente, a Agência gere o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS), o Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração (SIS II) e o Eurodac. Estes sistemas são fundamentais para o funcionamento normal do espaço Schengen, para a gestão eficiente das suas fronteiras externas, para a execução das políticas comuns da UE em matéria de asilo e de vistos e para a segurança interna. A Agência é igualmente responsável pela infraestrutura de comunicação e pela coordenação das relações entre os Estados-Membros e os prestadores de serviços de rede relevantes. A Agência executa ainda tarefas relacionadas com a gestão de mecanismos de intercâmbio de informações suplementares (ou seja, as Informações Suplementares Pedidas na Entrada Nacional (SIRENE), a DubliNet e o VIS Mail 2), que são utilizados em conjunto com estes sistemas.

Futuramente, a eu-LISA poderá também assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento, implantação e gestão operacional de outros sistemas informáticos de grande escala no domínio da justiça e dos assuntos internos (JAI), designadamente o Sistema de Entrada/Saída (SES) europeu, o Sistema de Informação e Autorização de Viagem da UE (ETIAS), etc., aguardando-se a adoção pelo legislador dos instrumentos jurídicos pertinentes.

A missão da Agência, que decorre dos seus mandato e objetivos, consiste em procurar constituir uma constante mais-valia para a ação dos Estados-Membros, apoiando através da tecnologia os esforços por estes envidados no sentido de tornar a Europa mais segura. A Agência está empenhada em:

- Provar que é possível prestar serviços e oferecer soluções eficientes e de alta qualidade às nossas partes interessadas;
- Conquistar a confiança das partes interessadas garantindo continuamente a compatibilidade das capacidades tecnológicas com a evolução das necessidades dos Estados-Membros;
- Crescer como centro de excelência.

Os valores essenciais que orientam e subjazem às atividades operacionais e ao desenvolvimento estratégico da eu-LISA são:

- Responsabilização: instituir um quadro de governação sólido, praticar uma boa gestão financeira e velar pela boa relação custo-eficácia das operações;
- Transparência: manter uma comunicação regular e aberta com as principais partes interessadas e incentivar a sua participação num diálogo contínuo para definir a estratégia de desenvolvimento da Agência a longo prazo;
- Excelência: garantir a existência da estrutura organizativa correta e de pessoal e processos adequados para assegurar a continuidade dos serviços prestados aos Estados-Membros;
- Continuidade: garantir que a Agência utilizará da melhor forma a experiência, os conhecimentos e os investimentos efetuados pelos Estados-Membros, e continuará a desenvolvê-los;
- Trabalho de equipa: procurar capacitar cada membro da equipa para utilizar da melhor forma os seus conhecimentos e experiência e assim contribuir para o êxito comum;
- Focalização no cliente: assegurar que a Agência está em permanente sintonia com as necessidades e exigências das suas partes interessadas.

Resumo executivo

Em 2016, a Europa continuou a sentir os efeitos do conflito no Médio Oriente. Tal facto, conjugado com os elevados e contínuos níveis de ameaças e ataques terroristas, a par de outras formas graves de criminalidade organizada, criou um contexto muito difícil, no qual os contributos da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA) para a disponibilidade contínua dos sistemas que lhe são confiados tiveram uma importância fundamental para o funcionamento normal do espaço Schengen. Além disso, em 2016, a importância dos sistemas informáticos de grande escala para a segurança interna, a gestão das fronteiras e a gestão da migração foi amplamente reconhecida e definida como prioridade política ao nível da União Europeia (UE). Esta evolução reforçou a importância da eu-LISA e, ao mesmo tempo, aumentou as expectativas e exigências quanto aos resultados a alcançar pela Agência.



Neste contexto, a eu-LISA continuou a executar o seu mandato centrando os seus esforços numa gestão operacional estável, eficiente e eficaz dos sistemas que lhe estão confiados. Os sistemas estiveram à disposição dos Estados-Membros 24 horas por dia e 7 dias por semana, juntamente com todos os serviços necessários para otimizar a sua utilização. Convém salientar que, relativamente aos três sistemas (Sistema de Informação sobre Vistos/Sistema de Gestão Biométrico (VIS/BMS), Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração (SIS II) e Eurodac), não houve este ano incidentes relevantes que limitassem ou impedissem a sua utilização normal por parte dos Estados-Membros. A Agência continuou proativamente empenhada em responder à evolução das necessidades dos Estados-Membros e às mudanças nas prioridades políticas ao nível da UE. Todas as atividades previstas em termos de manutenção corretiva e adaptativa decorreram conforme o previsto, contribuindo assim para o funcionamento estável e ininterrupto dos sistemas.

A par da gestão operacional, a eu-LISA canalizou recursos significativos para a evolução contínua das capacidades técnicas e funcionais dos três sistemas. Em 2016, a carteira de projetos da Agência consistiu em mais de 30 projetos de diferentes escalas e níveis de importância. Todos foram executados de acordo com o previsto, sendo de referir o significativo impacto positivo de alguns deles nas capacidades dos sistemas, em especial:

- o aumento do débito do VIS para 450 000 transações por hora e uma capacidade de processamento de 60 milhões de pedidos de visto;
- o início da implantação do AFIS do Sistema de Informação de Schengen;
- o acréscimo da capacidade da base de dados Eurodac para 5,5 milhões de registos e o início do projeto de aumento da capacidade para 7 milhões de registos.

Simultaneamente, após aprovação do seu Conselho de Administração, a eu-LISA principiou os preparativos da implantação do Sistema de Entrada/Saída (SES) europeu. A Agência participou também em diversas reuniões de alto nível envolvendo o Conselho e o Parlamento Europeu, nas quais contribuiu com os seus conhecimentos especializados para a troca de opiniões e abordou aspetos específicos da arquitetura, implantação e funcionamento dos sistemas.

A Agência investiu esforços e recursos significativos na utilização dos seus conhecimentos especializados para apoiar a Comissão Europeia na elaboração de novas iniciativas legislativas. Mais concretamente, a Agência deu grandes contributos para os aspetos técnicos, operacionais e orçamentais da elaboração do Pacote de Reformas de Dublin, da proposta de criação do Sistema de Informação e Autorização de Viagem da UE (ETIAS) e da proposta de reformulação do Regulamento SIS II. A Agência participou também, pela primeira vez desde a sua criação, em

projetos no domínio da Justiça, nomeadamente o e-CODEX e o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais de Nacionais de Países Terceiros (ECRIS-TCN).

Em 6 de abril de 2016, a Comissão Europeia publicou uma comunicação intitulada «Sistemas de informação mais sólidos e mais inteligentes para controlar as fronteiras e garantir a segurança». Logo após a publicação desta comunicação, a Comissão Europeia constituiu um Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAN) sobre a interoperabilidade, incumbido de investigar a comunicação e de estudar em profundidade as diferentes dimensões da interoperabilidade. Ciente da importância da interoperabilidade, a Agência criou um grupo de missão interno para acompanhar de perto e contribuir para o trabalho do GPAN. Tal permitiu à Agência contribuir de forma ampla e proativa para o trabalho do grupo com a preparação de vários elementos importantes, tais como um roteiro para a melhoria da qualidade dos dados, um roteiro para o desenvolvimento de um serviço partilhado de correspondências biométricas, e muitos outros. A Agência contribuiu proativamente para o trabalho dos subgrupos criados para apoiar o trabalho do GPAN. No seu relatório intercalar publicado em dezembro de 2016, o GPAN solicitou à eu-LISA que alargasse o seu contributo e produzisse uma série de estudos sobre as opções técnicas para o desenvolvimento de um Portal de Pesquisa Europeu (ESP) e de um sistema BMS partilhado. Solicitou igualmente uma prova de conceito de um portal ESP, bem como várias outras atividades no domínio da qualidade dos dados e um repositório comum de dados. A Agência continuará a contribuir para o GPAN e a apoiá-lo em 2017.

Em 2016, a eu-LISA continuou a alargar a sua cooperação com as restantes agências no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos (agências JAI). O relatório anual da rede de agências JAI indica que a eu-LISA participou em mais atividades conjuntas com outras agências do que em qualquer outro ano anterior. É de mencionar destacadamente o seu contributo no domínio da luta contra o terrorismo, juntamente com os seus esforços contínuos para desenvolver a partilha de serviços entre as agências JAI.

A Agência está a crescer enquanto organização de carreira e considera que o seu ativo mais valioso são as pessoas. Em 2016, a eu-LISA continuou a aumentar e desenvolver o seu pessoal. A Agência foi particularmente bem sucedida na execução da sua política de retenção. Tendo em conta o aumento significativo do volume de trabalho dos funcionários, é surpreendente que a taxa de rotatividade anual não tenha ido além dos 7 %.¹ Um elemento importante da política de retenção da Agência, implementado pelo Conselho de Administração na sequência de uma proposta do Diretor Executivo, é a possibilidade de oferecer contratos por tempo indeterminado aos agentes temporários (AT) no final do seu primeiro período contratual. Esta medida deverá ter um importante efeito positivo no moral e na motivação do pessoal, bem como permitir à Agência reter conhecimentos e especialização fundamentais adquiridos internamente.

Nos termos do artigo 31.º do Regulamento que cria a Agência, a Comissão Europeia, em estreita consulta com o Conselho de Administração, efetuou uma avaliação da atuação da eu-LISA. O relatório final desta avaliação² foi apresentado ao Conselho de Administração em março de 2016. Nos termos do Regulamento que cria a Agência, a avaliação analisa a forma como a Agência contribuiu efetivamente para a gestão operacional dos sistemas informáticos de grande escala e o papel da Agência no contexto de uma estratégia da União Europeia destinada a criar, nos próximos anos, um ambiente de sistemas informáticos coordenado, eficaz em termos de custos e coerente ao nível da União.³ A avaliação da Agência demonstrou que a eu-LISA realiza as suas tarefas de forma eficaz. Depois de o legislador da UE lhe ter confiado a gestão dos três sistemas acima descritos, a Agência logrou reunir os seus recursos e assegurar que as sinergias sejam utilizadas de modo a obter uma abordagem mais coerente. Assim, a Agência contribuiu também para um ambiente de sistemas informáticos mais coordenado, eficaz e coerente (ver Anexo VI). As constatações e recomendações decorrentes da avaliação externa foram adequadamente seguidas

¹ A meta para a taxa de rotatividade em 2016 era de 5 %.

² Esta foi a primeira avaliação externa da Agência após a sua criação.

³ Contudo, o Conselho de Administração da eu-LISA acordou, enquanto a estratégia não vigorar, excluir este elemento dos mandatos para as avaliações.

através de um plano de ação adotado pelo Conselho de Administração e constituíram um contributo valioso para a continuação do desenvolvimento global do mandato da eu-LISA.

Não será um exagero concluir que 2016 foi o ano mais intenso e exigente desde o início das operações da eu-LISA. No entanto, foi um ano bem sucedido para a Agência, que executou na íntegra o seu Programa de Trabalho Anual, realizou quase todas as atividades propostas conforme previsto e atingiu todos os objetivos operacionais relevantes. Além disso, executou várias tarefas adicionais ao longo do ano. A par das atividades diárias, a eu-LISA continuou a cumprir as suas metas e objetivos a longo prazo através do desenvolvimento contínuo dos seus modelos operacional e de governação e da adoção das boas práticas de governação e normas do setor.

Por último, gostaria de frisar que todas estas realizações notáveis teriam sido impossíveis sem o empenho e a dedicação de toda a equipa da Agência, pelo que gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os funcionários da eu-LISA o seu contributo para a consecução dos objetivos da Agência ao longo do ano!

Principais questões submetidas ao Conselho de Administração

Em 2016, a Agência manteve uma colaboração bastante estreita e construtiva com o Conselho de Administração. A principal questão que a Agência apresentou ao Conselho de Administração, e que foi discutida durante o ano, foi a situação do pessoal da eu-LISA, nomeadamente o facto de ter ocorrido um aumento contínuo do número de tarefas atribuídas à Agência, ao mesmo tempo que a eu-LISA continuava a reduzir o seu quadro de pessoal.

Execução do orçamento

Em 2016, a eu-LISA administrou um orçamento de 80,02 milhões de euros que recebeu da UE. A Agência manteve a sua elevada taxa de execução orçamental até ao final do ano, que foi de:

- 97,9 % para as dotações de autorização;
- 97,6 % para as dotações de pagamento, incluindo a transição de dotações da despesa administrativa para 2016.

Recursos humanos

Em janeiro de 2016, a eu-LISA adotou a sua Estratégia de RH, que norteará as suas atividades no domínio da gestão de recursos humanos até 2020. A Agência continuou a desenvolver esforços no sentido de assegurar a retenção e desenvolvimento do seu pessoal, com vista a construir uma organização sustentável, eficiente e ágil, sem deixar de prever e manter as bases exatas em termos de volume de trabalho, custos e níveis de pessoal necessários para otimizar o desempenho de todos os sistemas que atualmente gere.

Apesar de o volume de trabalho do pessoal da Agência ter registado um aumento significativo em 2016, a eu-LISA foi solicitada a reduzir ainda mais o número de funcionários para cumprir a meta, fixada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de redução do número de funcionários em 5 % entre 2013 e 2018. Em 2016, o total de efetivos da eu-LISA correspondia a 155 lugares (118 agentes temporários (AT), 29 agentes contratuais (AC), 8 peritos nacionais destacados (PND)), e a três estagiários. No final do ano, estavam preenchidos 144 lugares e tinham sido aceites ofertas de trabalho para três lugares, enquanto oito lugares permaneciam vagos; alguns destes lugares não foram preenchidos devido aos cortes previstos para 2017.⁴ A percentagem de funcionários que deixaram a Agência rondou os 7,64 %, correspondentes aos 11 funcionários que deixaram a organização em 2016.⁵ Convém referir que a maioria

⁴ Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho intitulada «Programação de recursos humanos e financeiros das agências descentralizadas 2014-2020» de 10.7.2013, COM (2013) 519 final.

⁵ Este número inclui todos os tipos de funcionários da Agência, isto é, agentes temporários, agentes contratuais e peritos nacionais destacados.

dos funcionários que saiu da Agência trabalhava em Taline. Este abandono é imputável, por um lado, ao aumento significativo do volume de trabalho ao longo do ano e, por outro, às diferenças substanciais da compensação entre Taline e Estrasburgo (a diferença salarial para a mesma categoria de funcionários é de cerca de 40 %, resultando dos diferentes coeficientes de correção aplicados a estes locais). Em 2016, o número médio de dias de formação por pessoa foi de 4,55 dias.

Avaliação pela administração

A administração da Agência dispõe de uma garantia razoável de que existem controlos internos adequados e a funcionar conforme o previsto; ao longo do ano, os riscos principais são devidamente identificados, monitorizados e mitigados.

Resultados das auditorias

Não foram formuladas recomendações essenciais à Agência aquando das auditorias realizadas durante o ano pelo Tribunal de Contas, por auditores externos independentes e pela Capacidade de Auditoria Interna da Agência. Todas as outras recomendações foram atempadamente atendidas através de planos de ação.

Riscos

No ano de 2016, foram identificados no total seis grandes riscos para a organização. Foi elaborado um plano de resposta para enfrentar estes riscos.⁶

Krum GARKOV, Diretor Executivo

⁶ Ver a secção 3.1, Gestão de riscos, e o Anexo VII.

Parte I. Resultados alcançados durante o ano

Atividades no âmbito do Objetivo Estratégico 1 «Continuar a reforçar a sua capacidade para contribuir e facilitar as políticas de liberdade, segurança e justiça na Europa»

Gestão operacional dos sistemas

Os sistemas geridos pela eu-LISA são um dos elementos essenciais do funcionamento do espaço Schengen. Em 2016, a eu-LISA prosseguiu os seus esforços para atingir os objetivos previstos no artigo 2.º do Regulamento que cria a Agência. Ao mesmo tempo, a eu-LISA procurou melhorar de forma contínua os serviços que presta às suas partes interessadas. A Agência identificou oportunidades específicas para fazer evoluir a relação custo-eficiência e a eficácia da gestão operacional destes sistemas. Tais oportunidades passam, entre outras, pela construção e aperfeiçoamento do roteiro de cada sistema, pela execução de um programa abrangente de manutenção adaptativa e corretiva e pela busca, em simultâneo, de formas de otimização e consolidação da infraestrutura de cada sistema. A este respeito, uma realização importante da Agência consistiu na finalização da sua estratégia em matéria de tecnologia, que fixa objetivos intermédios para a otimização gradual das operações num horizonte de cinco anos. Ao mesmo tempo, a auditoria das operações de TI realizada pelo SAI deu garantias de que a Agência criou uma base sólida para o seu modelo operacional, para o que aplicou as melhores práticas e normas da gestão de serviços, tais como a Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologias da Informação/Gestão de Serviços de Tecnologias da Informação (ITIL/ITSM).

No tocante ao SIS II, no final de 2016, os alertas armazenados na base de dados excediam os 70 milhões, o equivalente a um aumento de 11,6 % em comparação com os dados armazenados até ao fim de 2015. No final de 2016, o número total de pedidos de visto armazenados no sistema era de quase 36 milhões, o que representa um aumento superior a 75 % face ao ano anterior. O aumento observado na quantidade de conjuntos de impressões digitais armazenados foi ainda maior: estes ultrapassavam os 30 milhões no final de 2016, um acréscimo de 85 % face ao número armazenado no fim de 2015. Relativamente ao Eurodac, o número de conjuntos de impressões digitais armazenados no sistema cresceu 25 % no espaço de um ano, atingindo os 5 milhões no final de 2016.

Gestão operacional do SIS II

Durante o período de referência de 2016, o sistema central do SIS II teve um funcionamento estável e em conformidade com o acordo de nível de serviço (ANS). Não houve incidentes relevantes que impedissem a utilização normal do sistema, que foi intensamente utilizado pelos Estados-Membros em resultado do recrudescimento da ameaça terrorista na Europa e do crescente intercâmbio de informações entre as agências responsáveis pela aplicação da lei. O SIS II manteve a sua condição de plataforma principal e de maior capacidade para a cooperação e o intercâmbio de informações na UE. Além disso, teve início a implantação dos recursos de correspondência biométrica no SIS II (o Sistema Automático de Identificação Dactiloscópica, AFIS), que se encontra ainda em curso. Por este motivo, várias das atividades relativas ao SIS II previstas para 2016 tiveram de ser redefinidas como prioritárias para 2017, conforme acordado com os Estados-Membros.

Gestão operacional do VIS/BMS

Durante o período de referência de 2016, as atividades de gestão de serviços do VIS/Sistema de Gestão Biométrico (BMS) foram integralmente realizadas. O desempenho geral do VIS e do BMS mostrou-se em conformidade com o ANS. Não houve problemas de desempenho nem incidentes relevantes suscetíveis de impedir a utilização normal do sistema. A manutenção adaptativa e corretiva do VIS e do BMS, a prestação contínua de serviços de gestão de pedidos 24 horas por dia e sete dias por semana, a supervisão da manutenção e a prestação de assistência aos Estados-Membros, ao abrigo de novos contratos, foram todas asseguradas.

Gestão operacional do Eurodac

Relativamente ao Eurodac, a execução dos projetos de implantação e revisão de alguns aspetos da funcionalidade e da infraestrutura técnica do sistema, necessária em resultado do seu regulamento reformulado em 2015, prosseguiu em 2016. As mudanças passaram pela alteração das disposições contratuais relativas à manutenção por

terceiros, bem como de aspetos das funções de produção de relatórios do sistema, tendo em vista a sua compatibilidade com a base jurídica revista.

O Eurodac suportou um elevado volume de tráfego durante 2016, em especial no primeiro trimestre. O desempenho e a precisão globais do sistema mantiveram-se elevados e dentro dos níveis estabelecidos no ANS. O *Service Desk* da eu-LISA monitorizou o desempenho do sistema 24 horas por dia e sete dias por semana e prestou a assistência necessária requerida pelos Estados-Membros.

Evolução dos sistemas

Os sistemas geridos pela eu-LISA evoluíram em conformidade com as alterações dos instrumentos jurídicos pertinentes e as necessidades operacionais dos Estados-Membros. Seguindo roteiros claramente definidos para cada sistema, a Agência planeou as ações necessárias no seu Programa de Trabalho Anual para 2016. Os esforços centraram-se no SIS II e no Eurodac, pois 2016 foi um ano de transição para os sistemas VIS e BMS, devido à existência de um novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO) e à transição do contratante anterior para o novo contratante. Ainda assim, ocorreram também evoluções importantes no VIS/BMS.

Em geral, havia um número significativo de projetos de evolução previstos para 2016. Alguns deles, como a implantação de plataformas de teste virtuais, trarão benefícios a longo prazo a todos os sistemas sob a gestão da eu-LISA. Outros centraram-se em sistemas específicos, com o intuito de desenvolver e/ou melhorar as suas capacidades.

Evolução do SIS II

O SIS II permite às autoridades competentes introduzir e consultar alertas sobre certas categorias de pessoas ou bens procurados ou desaparecidos. No caso de alertas relativos a pessoas, o SIS II oferece já a possibilidade de processar dados biométricos. A grande evolução do sistema, que foi iniciado em 2016, reside na possibilidade de identificar uma pessoa com base nas suas impressões digitais, uma funcionalidade que requer a implantação do AFIS. As atividades relativas ao SIS II em 2016 foram as seguintes:

- Estudos:
 - capacidade de consultas adicional;
 - simulador do sistema central;
- Evoluções:
 - implantação do AFIS no SIS II, Fase 1;
 - aumento da capacidade da base de dados do SIS II para 100 milhões de alertas;
 - consultas-padrão adicionais — Fase 2;
 - capacidade de consultas adicional — Fase 1;
 - evolução das capacidades da ferramenta ITSM do SIS II.

Em 2016, a Croácia provou a sua capacidade técnica para integrar na plenitude o SIS II, passando em todos os testes e fluxos de trabalho de aprovação aplicáveis. A sua integração plena depende agora de uma decisão formal do Conselho Europeu. A Irlanda começou os preparativos para integrar o SIS II na plenitude numa fase posterior.

A fim de proporcionar uma melhor resiliência do sistema, a continuidade da atividade e uma melhor utilização dos recursos do centro de dados, realizou-se um estudo para explorar a viabilidade da criação de modos operacionais ativo/ativo entre os sistemas central e de salvaguarda do SIS II.

A eu-LISA teve de realinhar o seu planeamento para incorporar de forma suficiente o AFIS nas suas atividades, o que levou a Agência a considerar uma abordagem em duas fases em que todos os trabalhos preparatórios necessários, incluindo a conceção da solução AFIS, foram planeados para 2016, ficando a implantação efetiva e a entrada em funcionamento previstas para 2017-2018. No período de referência, a eu-LISA, em cooperação com os Estados-Membros, finalizou os requisitos do sistema no âmbito do trabalho de conceção e as necessárias disposições contratuais, tendo ainda avançado no sentido da implantação. Por este motivo, várias das atividades

relativas ao SIS II anteriormente previstas para 2016 tiveram de ser redefinidas como prioritárias para 2017, conforme acordado com os Estados-Membros.

Evolução do VIS/BMS

Após a conclusão da implantação global do VIS/BMS em 2015, o sistema continuou a crescer e a atingir gradualmente a sua capacidade operacional de cruzeiro. A Agência teve de reforçar a capacidade da sua infraestrutura de testes para finalizar de forma eficiente e adequada o aumento de capacidade previsto do VIS e do BMS.

No que respeita à contratação, foi adjudicado um novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO) do VIS/BMS. Foi organizada a transição entre contratantes, tendo as atividades planeadas entre o novo contratante e o contratante anterior decorrido em conformidade com o calendário aprovado. No entanto, a Agência teve de envidar esforços suplementares para impor o reforço dos requisitos contratuais e assim estabelecer os métodos e processos de trabalho adequados. As evoluções em curso ao abrigo do contrato MWO anterior foram concretizadas conforme o previsto, nomeadamente:

- O projeto Código de Vistos+ foi executado em conformidade com o planeamento acordado;
- A implantação do BMS 2.2 ocorreu em maio de 2016, aumentando assim a capacidade da base de dados para 60 milhões de registos;
- O VIS Mail 2 entrou em funcionamento em 20 de janeiro de 2016, conforme a decisão da Comissão Europeia aplicável; o período de observação do sistema findou em 21 de março de 2016, e o relatório final, juntamente com o documento informal, foi apresentado ao Conselho na mesma data;
- A correlação entre o VIS e o BMS no processo de *logging* foi implantada numa versão específica em maio de 2016, o que veio melhorar a rastreabilidade entre os pedidos de visto do VIS e os registos do BMS, facilitando assim as investigações extremo a extremo;
- A referida versão, incluindo a terceira fase da evolução do VIS, o aumento da capacidade da base de dados do VIS e a reconceção da gestão de erros de transação do VIS, foi recalendarizada devido à não conformidade dos contratantes com os requisitos de desempenho contratuais; foi elaborado um plano de correção, executado com êxito em agosto de 2016, o que permitiu aumentar as capacidades do VIS para processar até 450 000 transações/hora.

O aumento da capacidade do VIS foi alinhado com as necessidades das atividades futuras; a primeira fase das atividades do Código de Vistos+, a integração da Croácia no VIS e o reforço da infraestrutura de testes do VIS/BMS foram todos assegurados. O aumento da capacidade da base de dados do VIS para 60 milhões de pedidos de visto e as alterações do Código de Vistos+ são atividades acrescentadas ao PTA da Agência inicialmente previsto para 2016, e foram concluídos com êxito.

Foi definido um roteiro plurianual abrangendo os projetos principais alinhados com as necessidades das atividades, quer técnicas quer funcionais, e foram iniciados vários estudos técnicos. Vários projetos técnicos de menor escala, mas obrigatórios para a continuidade do suporte total da infraestrutura, foram geridos em paralelo no contexto da manutenção adaptativa do VIS e concluídos em agosto de 2016. Foi dado um primeiro passo no sentido da virtualização dos ambientes do VIS e do BMS com a conclusão de dois novos ambientes de teste no âmbito do projeto Novos Ambientes de Teste (NAT), e os benefícios conexos já foram considerados no contexto das atividades futuras. Diversas atividades do projeto resultaram no desmantelamento de vários ativos, que, na sequência de uma avaliação metódica da sua reutilização possível, foram limpos e removidos em segurança dos centros de dados.

Evolução do Eurodac

No que se refere ao Eurodac, em 2016, o projeto de reformulação foi oficialmente concluído com a aceitação final da nova versão do sistema. Ao mesmo tempo, a título de resposta de emergência à crise migratória, o Conselho de Administração aprovou um aumento da capacidade da base de dados do sistema para 7 milhões de registos. A Agência executou com êxito a primeira fase da atualização: primeiro, a capacidade aumentou para 5,5 milhões de registos e, posteriormente, teve início o projeto destinado a dimensionar o sistema para 7 milhões de registos. No âmbito da implantação da reformulação, foram apresentados relatórios e estatísticas do Eurodac.

Foram prestados serviços de manutenção de evolução, incluindo o fornecimento de *hardware* e *software* para assegurar o funcionamento do Eurodac em conformidade com os requisitos do regulamento aplicável, ao abrigo do contrato-quadro (CQ) reformulado, que será substituído por um novo contrato MWO para o Eurodac no próximo ano. O projeto final das especificações técnicas deverá estar pronto no primeiro trimestre de 2017.

A fim de apoiar os esforços da Comissão Europeia na elaboração e apresentação do Pacote de Reformas de Dublin, a Agência realizou uma avaliação exaustiva do impacto técnico e assistiu a Comissão Europeia na especificação dos requisitos relativos à continuidade da evolução do Eurodac. A Agência participou numa série de reuniões e discussões de trabalho com o Conselho. As ligações do EuroDomain, que são utilizadas pelo Eurodac, migraram para a rede de Serviços Seguros Transeuropeus de Telemática entre as Administrações – nova geração (Testa-NG), tanto para os Estados-Membros como para o sistema central. Foi prestada assistência suplementar à Irlanda e a Chipre para testar as evoluções dos respetivos sistemas nacionais.

Foi recalendarizado um estudo de análise de impacto sobre a configuração de uma rede virtual encriptada destinada aos dados do Eurodac a fim de substituir o EuroDomain existente e permitir uma transmissão segura de serviços web (xml) entre o sistema principal (SP) e o sistema nacional (SN) (artigo 3.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 603/2013), visto que o referido estudo depende de um estudo global sobre uma rede unificada a implantar em 2017 pela eu-LISA.

Infraestrutura de rede e comunicação

A Agência continua a ser responsável pela supervisão, segurança e coordenação das relações entre os Estados-Membros e quaisquer fornecedores externos no que respeita à infraestrutura de comunicação do Eurodac, do SIS II e do VIS/BMS (as funções relacionadas com a gestão operacional destes sistemas podem ser confiadas a entidades ou organismos externos de direito privado). A Agência partilha a responsabilidade da gestão da infraestrutura de comunicação com a Comissão Europeia, a qual é responsável por todas as outras tarefas relacionadas com essa gestão, em particular, as funções relacionadas com a execução do orçamento, as aquisições, a renovação e as questões contratuais. O fornecedor da rede está vinculado às medidas de segurança estipuladas nos instrumentos de base relativos a cada sistema e não tem de forma alguma acesso aos dados operacionais de nenhum deles. A Agência continuará a assegurar que essas disposições contratuais são respeitadas, bem como a manter e monitorizar essas redes durante o período de referência, a fim de garantir a sua constante segurança e fiabilidade.

A segurança e a fiabilidade da infraestrutura de comunicação constituem uma realização contínua. Assim, durante 2016, a eu-LISA continuou a assumir a responsabilidade pelas respetivas comunicações e plataformas de intercâmbio de informações (SIRENE Mail, VISION, DubliNet e VIS Mail 2). A Agência continuará a supervisionar e fiscalizar a infraestrutura de comunicação relevante dos sistemas, tarefa que partilha atualmente com a Comissão Europeia. Os relatórios ao abrigo do ANS foram atempadamente apresentados à Direção-Geral da Migração e dos Assuntos Internos (DG HOME), em conformidade com o memorando de entendimento (MdE) em vigor.

Os serviços de gestão operacional da DubliNet foram igualmente prestados em conformidade com o MdE assinado pela Comissão Europeia. No que respeita ao VISION, a Agência assegurou com êxito a integração e gestão eficazes das tarefas operacionais.

Foi apresentada aos Estados-Membros a proposta de aplicação da segunda camada de criptografia do VIS, incluindo a abordagem, a conceção de alto nível e o calendário. Foram também elaboradas as especificações técnicas para o estudo de mercado da solução de recuperação de falhas e para o projeto-piloto e a implantação. Foi dado início ao estudo de mercado da solução de recuperação de falhas. O VIS Mail 2 entrou em funcionamento em 20 de janeiro de 2016, conforme a decisão da Comissão Europeia aplicável. O período de observação do sistema findou em 21 de março de 2016, e o relatório final, juntamente com o documento informal, foi apresentado ao Conselho na mesma data.

Desenvolvimento e implantação de novos sistemas

Em fevereiro de 2013, a Comissão Europeia apresentou um pacote de propostas legislativas sobre as Fronteiras Inteligentes, que visa modernizar a gestão das fronteiras externas do espaço Schengen. Em 2014, a Comissão Europeia lançou e concluiu um estudo técnico para analisar de forma aprofundada as soluções mais adequadas e estimar os custos da aplicação do pacote «Fronteiras Inteligentes». O referido estudo, conduzido pela Comissão Europeia, foi seguido de uma fase de testes em 2015 sob a forma de projeto-piloto, que foi confiado à eu-LISA. Com base nas constatações do estudo técnico, os resultados do projeto-piloto da eu-LISA, as discussões técnicas com os legisladores e as partes interessadas e a consulta pública, em 6 de abril de 2016, sobre a introdução de uma nova proposta relativa às Fronteiras Inteligentes, igualmente conduzida pela Comissão Europeia, foram acompanhadas por uma avaliação de impacto exaustiva. Este exercício resultou de um extenso trabalho preparatório e permitiu evoluções significativas face à proposta inicial de 2013.

Na sequência dos resultados da fase de testes e da adoção das propostas legislativas, esperava-se que o pacote «Fronteiras Inteligentes» fosse dotado pelos legisladores o mais rapidamente possível em 2016. Porém, a adoção das propostas pelos legisladores só ficou concluída no final de 2016 e afigura-se evidente que, para o sistema SES estar operacional no início de 2020 (após os três anos necessários para o desenvolvimento e a implantação do sistema), poderá ser muito difícil cumprir o prazo de três anos para a implantação do SES.⁷

A Agência participou em várias reuniões de alto nível com o Conselho e o Parlamento Europeu, nas quais contribuiu com os seus conhecimentos especializados para a troca de opiniões sobre matérias relacionadas com a implantação técnica e as operações do SES. Além disso, no âmbito das suas discussões sob a forma de mesas redondas do setor, em junho e outubro de 2016, a eu-LISA promoveu a associação dos desenvolvimentos do SES a temas gerais em matéria de interoperabilidade. A nível interno, a Agência deu os primeiros passos para avançar com esta atividade emitindo um convite à manifestação de interesse no estabelecimento de listas de reserva para lugares adicionais no SES.

A eu-LISA iniciou, após decisão do Conselho de Administração, os trabalhos preparatórios necessários em meados de 2016. A Agência pretende concluir estes trabalhos no segundo trimestre de 2017. No que toca aos riscos principais relacionados com os trabalhos preparatórios do SES, a Agência entende que, caso a adoção da base jurídica demore mais do que o previsto, seria muito difícil conseguir a entrada em funcionamento do sistema em 2020. Além disso, a Agência espera encontrar dificuldades no recrutamento, porquanto nem todas as pessoas constantes das listas de reserva previamente elaboradas estarão disponíveis. Outro risco para a Agência reside no possível atraso da Comissão na apresentação atempada das decisões de execução necessárias, após a adoção da base jurídica do SES.

Por fim, a eu-LISA realizou uma série de *workshops* técnicos para delinear as especificações técnicas do SES durante o período de referência. Além disso, e no que se refere ao Projeto «Fronteiras Inteligentes» (como preparação para o SES) e ao acordo de delegação nele incorporado, a pedido do Diretor Executivo, a CAI levou a cabo em 2016 uma nova atividade de auditoria para a conceção das medidas de controlo interno incluídas.

A fim de apoiar os esforços da Comissão Europeia na apresentação do Pacote de Reformas de Dublin, a Agência participou em diversos *workshops* e assistiu a Comissão Europeia na especificação dos requisitos relativos a um novo Sistema Automático de Dublin, tal como previsto na proposta Dublin IV.

Segurança e proteção de dados

Na eu-LISA, a segurança constitui uma questão horizontal relativamente à qual há que ter em consideração não só os componentes de *software* e *hardware* dos sistemas geridos, mas também a forma como estes se relacionam com os processos da atividade e a proteção física dos centros. Em 2016, a eficácia da identificação, priorização e resposta

⁷ Tendo em consideração a experiência da eu-LISA com concursos complexos e atividades de manutenção e evolução de sistemas informáticos de grande escala, bem como o tempo necessário para a adoção dos instrumentos jurídicos necessários por parte do legislador.

a todos os riscos e questões relacionados com a segurança física e da informação continuou a assegurar que a Agência evolui e continua a pôr em prática estruturas e procedimentos de segurança pertinentes para responder a este desafio.

As medidas e os planos de segurança adequados relativos ao SIS II, VIS e Eurodac, e respetivas redes de comunicações, estarão continuamente em vigor e serão adaptados de forma a enfrentar todos os desafios de segurança física ou da informação emergentes. Os controlos da segurança física efetuados nos centros da Agência continuaram a ser rigorosamente mantidos, graças a uma gestão apertada do acesso operacional e administrativo aos sistemas central e de salvaguarda. Além disso, todas as comunicações entre sistemas e para os Estados-Membros foram encriptadas, existindo controlos de rede com vários níveis de barreiras de proteção (*firewalls*) e verificações de integridade. Acresce ainda que a Agência continuou a desenvolver esforços no sentido da evolução da sua infraestrutura de segurança. A conceção da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP) ficou concluída, facto que representa o primeiro passo rumo à implantação da plataforma ICP da eu-LISA. Seguir-se-á a implantação em 2017.

Durante 2016, a Agência avançou no sentido da conformidade com as normas ISO 27001 aplicáveis, incluindo a implantação de soluções integradas de governação, riscos e conformidade da segurança, a fim de garantir que os controlos de segurança apropriados para os sistemas informáticos geridos pela Agência fossem adequadamente aplicados e respondessem cabalmente aos riscos de segurança em causa. A fim de garantir a conformidade com as normas referidas, a Agência continuará a recorrer a dispositivos e processos que permitam garantir que os seus sistemas e redes estejam sujeitos a requisitos básicos de controlo de segurança e de aprovação formal da gestão de riscos e da segurança, bem como à monitorização e gestão contínuas de eventuais riscos residuais.

A Agência continuou também a controlar e melhorar a eficácia da sua estratégia de gestão da continuidade do funcionamento, garantindo que dispõe de políticas, procedimentos e mecanismos de gestão sólidos e devidamente testados para dar resposta, investigar e recuperar de incidentes de segurança ou de outras perturbações nas suas operações. A Agência continuou ainda a proporcionar segurança estratégica de proximidade ao Secretariado da Rede de Agentes de Segurança (RAS) e organizou a reunião da RAS de acordo com o previsto.

A eu-LISA continuou a assegurar o cumprimento integral e rigoroso de todas as disposições relativas à proteção de dados a nível de todos os acessos aos dados nos sistemas que gere, utilizando um modelo de governação da informação que protege e gere as informações durante todo o seu ciclo de vida, de forma a garantir segurança, acesso e disponibilidade adequados. A Agência manteve um regime de proteção de dados integral sobre as suas operações administrativas e incluiu considerações em matéria de proteção dos dados essenciais nas metodologias e políticas existentes de gestão de projetos e de riscos.

Em conformidade com as disposições jurídicas aplicáveis, a Agência continuou também a assegurar uma separação total dos dados de cada sistema, de forma a manter o mais elevado nível de segurança, proteção e fiabilidade dos dados.

Relatórios e estatísticas

Ao longo de 2016, a Agência continuou a apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho, à Comissão e ao responsável pela proteção de dados europeu relatórios sobre a segurança do funcionamento técnico do VIS e do Eurodac, bem como estatísticas anuais e a atualização da lista das autoridades do SIS II e do Eurodac.

Em 2016, foram cumpridas as seguintes exigências específicas de comunicação de informações:

- apresentação das estatísticas anuais de 2015 relativas ao SIS II, aprovadas pelo Grupo Consultivo do SIS II em março de 2016;
- atualização anual da lista das autoridades do SIS II, aprovada pelo Conselho de Administração em junho de 2016;
- apresentação das estatísticas anuais de 2015 relativas ao Eurodac, aprovadas pelo Grupo Consultivo do Eurodac em abril de 2016;
- publicação da lista atualizada das autoridades em matéria de asilo, aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2016.

Além disso, o relatório técnico bianual sobre o funcionamento do VIS foi aprovado pelo Conselho de Administração em julho de 2016.

Ações de formação sobre os sistemas destinadas aos Estados-Membros

Em 2016, a Agência cumpriu um plano de formação abrangente, sendo de assinalar que todas as atividades de formação

programadas foram realizadas conforme o previsto. Segue-se a lista completa das ações de formação realizadas ao longo do ano:

- *Webinar* para avaliadores de Schengen (LU);
- *Webinar* para avaliadores de Schengen (IT);
- Programa de formação inicial sobre o VIS para os recursos humanos (RH), com visita à eu-LISA;
- Formação ministrada aos agentes SIRENE (com a CEPOL);
- Curso presencial: «Utilização técnica do VIS – formação de formadores»;
- *Workshop*: «Simulador do sistema principal e verificação da coerência dos dados»;
- *Webinar* sobre o VIS e o BMS — formação básica;
- *Webinar*: «Funções de pesquisa do VIS»;
- *Workshop*: «Desempenho biométrico, gestão da qualidade e evoluções do BMS»;
- *Workshop* sobre qualidade do Eurodac;
- *Webinar* para avaliadores de Schengen (EL);
- Formação ministrada aos avaliadores de Schengen (com a CEPOL);
- *Workshop*: «Práticas e perspetivas para os centros de registo na Grécia e em Itália» (com a CEPOL);
- *Webinar*: «Gestão da mudança»;
- SMg para Eurodac — demonstração presencial;
- «Formação de formadores» — operadores de TI do SIS II, do VIS e do Eurodac;
- *Webinar*: «SMg para Eurodac»;
- SIS II para SIRENE;
- *Webinar*: «eu-LISA»;
- *Webinar*: «Formação básica sobre Eurodac»;
- *Webinar* para avaliadores de Schengen (MT);
- Formação ministrada aos agentes SIRENE — especializados (com a CEPOL);
- Programa de formação inicial sobre o VIS para os recursos humanos (RH), com visita aos RH;
- Curso presencial: «Utilização técnica do SIS II – formação de formadores»;
- Curso presencial: «Utilização técnica do Eurodac – formação de formadores»;
- *Webinar* para avaliadores de Schengen (FR);
- Utilização técnica do Eurodac — CY (com o EASO);
- Programa de formação inicial sobre o SIS II/SIRENE: atualização de RH;
- Qualidade dos dados do VIS — formação para utilizadores finais dos Estados-Membros;
- *Webinar*: «Formação básica sobre o SIS II»;
- Formação operacional para os Estados-Membros (SIS II), sessão I;
- Formação operacional para os Estados-Membros (SIS II), sessão II;
- Avaliação de Schengen — cooperação policial (com a CEPOL).

Em 2016, a eu-LISA ministrou 33 ações de formação em várias escalas e vários formatos, desde pequenos *workshops* a grandes cursos presenciais, e desde formação no posto de trabalho a *webinars*. A Agência ministrou continuamente formação adequada aos Estados-Membros sobre a utilização técnica do SIS II, do VIS e do Eurodac. De igual modo, prestou formação adequada a agentes SIRENE, membros de equipas de avaliadores de Schengen e peritos de alto nível sobre os aspetos técnicos do SIS II.

Está em curso a revisão da Estratégia de Formação 2013-2016 (para Pontos de Contacto Nacionais, PCN), em estreita cooperação com a Comissão Europeia, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) e a

CEPOL. A fim de administrar com eficácia a plataforma de formação da eu-LISA, foi criada uma estrutura com um sistema de gestão da aprendizagem, que está disponível para os utilizadores.

A taxa média de satisfação de 88,15 % ou 4,45 (segundo os indicadores de desempenho fundamentais, IDF) demonstra claramente um nível muito elevado de satisfação dos formandos com os cursos da eu-LISA, bem como o valor acrescentado em geral das ações de formação realizadas em 2016. As ações de formação estão resumidas no relatório anual de execução sobre as atividades de formação da eu-LISA, que foi apresentado aos grupos consultivos (GC) e aos representantes da rede de Pontos de Contacto Nacionais (PCN).

Atividades no âmbito do Objetivo Estratégico 2 «Ser um centro de excelência e um prestador de serviços de TIC reconhecido»

Desenvolvimento contínuo no sentido de um centro de excelência em serviços de TIC e governação institucional

Em 2016, a eu-LISA continuou a desenvolver o seu modelo operacional baseado na ITIL/ITSM. Ao longo do ano, a maioria dos processos operacionais foi documentada e o Comité de Gestão da Agência adotou um pacote que tinha sido preparado. Estes processos incluem a gestão de acessos, de incidentes, de problemas, da realização de pedidos, da mudança, de mudanças internas, de mudanças nos Estados-Membros, da configuração, de versões e lançamentos, de testes e do nível de serviço, bem como a gestão do catálogo de serviços da eu-LISA, incluindo todos os serviços que a eu-LISA presta às suas partes interessadas, tanto internas como externas. Além disso, foram atribuídos responsáveis a cada um dos processos individuais e foram definidos indicadores de desempenho operacional, sujeitos a uma aplicação-piloto através do SM 9. Esta ação servirá de base ao aperfeiçoamento futuro dos indicadores e às discussões com os Estados-Membros nos grupos consultivos da Agência. A gestão de capacidades, da disponibilidade, do conhecimento e de eventos e, em particular, os processos de melhoria contínua dos serviços estão ainda em fase de desenvolvimento e implantação. Irão garantir a adoção integral da abordagem do ciclo de vida do serviço, de modo a permitir prestar serviços eficientes e estáveis aos Estados-Membros e responder à evolução das necessidades das partes interessadas.

Ao mesmo tempo, a Agência continuou a fazer evoluir o seu modelo de governação interno. Tirando partido do trabalho realizado em 2015, o modelo continuou a ser aperfeiçoado em 2016. O número de órgãos internos envolvidos no processo de governação foi reduzido para quatro, designadamente:

- Conselho de Gestão da Mudança;
- Conselho Consultivo das Alterações Operacionais;
- Conselho Multiprojetos;
- Comité de Direção de Programas.

O Comité de Gestão da Agência adotou um mandato e um regulamento interno para cada órgão.

Além disso, foi tomada a decisão de instituir um Gabinete de Gestão de Projetos Empresariais (EPMO) na Agência. O EPMO terá por missão integrar e acompanhar todos os projetos da eu-LISA, bem como contribuir para a governação interna na Agência assegurando a transparência, a responsabilização e a aplicação das melhores práticas e normas do setor, de modo a obter a satisfação das partes interessadas e a melhorar a governação interna, servindo como ponto focal para a recolha e o intercâmbio de informações entre os órgãos internos da Agência.

Reforço dos conhecimentos especializados nos domínios tecnológico e de atividade da Agência

Gestão da mudança

Em 2016, a Agência continuou a desenvolver esforços para fazer evoluir e aperfeiçoar o processo de gestão de mudança (PGM) já implementado. O PGM garante uma abordagem coordenada e coerente com vista à avaliação de identificação e à introdução de alterações nos sistemas geridos pela Agência. Além disso, proporciona um conjunto de ferramentas normalizado para os Estados-Membros e a Agência lidarem com as alterações nos sistemas, com base nas necessidades dos Estados-Membros ou na evolução dos instrumentos jurídicos que regem os sistemas.

Em 2016, a Agência procedeu a uma revisão do PGM em estreita colaboração com os Estados-Membros e a Comissão Europeia, tendo sido identificadas várias melhorias, tais como:

- uma melhor definição dos tipos de versões;
- melhores definições do ciclo de implantação das versões, incluindo a duração provisória de cada uma das fases, etc.

O processo alterado foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2016.

Centro de tecnologia da UE

Confrontada com desafios persistentes e exigentes no domínio da segurança interna e da gestão de fronteiras, a UE olha cada vez mais para as capacidades da tecnologia para encontrar soluções eficientes de apoio à aplicação de políticas pertinentes no domínio da JAI. Além disso, os domínios da gestão de fronteiras, da segurança interna e da gestão da migração estão a passar por uma transformação muito rápida. No essencial, dependem inteiramente das tecnologias, dos dados e da informação. Com base na sua experiência, a Agência considera que este processo vai continuar nos anos vindouros. Paralelamente, os decisores políticos, ao nível da UE e a nível nacional, vão continuar a procurar aumentar a eficiência e, ao mesmo tempo, minimizar o dispêndio de tempo na medida do possível. A Agência entende que, para alcançar este objetivo de forma mais eficiente, há que considerar, ao nível da UE, uma abordagem estruturada com vista à exploração e utilização das tecnologias. De igual modo, será fundamental reforçar e cimentar o diálogo entre a indústria e o setor público.

Para responder a esta tendência emergente, em 2016, a eu-LISA apresentou ao seu Conselho de Administração o conceito de um centro de tecnologia da UE. Esse centro teria por objetivo apoiar os Estados-Membros na exploração e utilização das capacidades das tecnologias modernas de uma forma mais eficiente e económica, bem como facilitar, orientar e, se fosse caso disso, dinamizar o desenvolvimento e a implantação de soluções tecnológicas destinadas a apoiar as políticas no domínio da Justiça e Assuntos Internos. Serviria igualmente de plataforma para uma interação estruturada entre a indústria e o setor público. A sua criação representaria um importante contributo para os esforços envidados pela Agência no sentido de crescer como um reconhecido centro de excelência no domínio das TIC da UE.

Atividades no âmbito do Objetivo Estratégico 3 «Crescer como o principal centro europeu de tecnologia e especialização na área das TIC»

Parcerias com os Estados-Membros, as instituições da UE e outras partes interessadas

Durante 2016, a Agência teve de dar resposta às crescentes expectativas das partes interessadas, diretamente relacionadas com os sistemas informáticos de grande escala ou com outras atividades inscritas no mandato da Agência, nomeadamente o trabalho do Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAN) sobre a interoperabilidade. A Comunicação «Sistemas de informação mais sólidos e mais inteligentes para controlar as fronteiras e garantir a segurança» (COM(2016) 205), publicada pela Comissão Europeia em 6 de abril de 2016, estabeleceu como prioridades políticas a orientação estratégica para a evolução dos sistemas informáticos de grande escala no domínio da JAI, o desenvolvimento de novos sistemas para suprir as lacunas na arquitetura europeia de gestão da

informação, e a interoperabilidade dos sistemas. Dado o papel da eu-LISA na gestão e desenvolvimento dos sistemas de grande escala, a referida comunicação define assim um quadro estratégico para o reforço do papel da Agência na salvaguarda do espaço de liberdade, segurança e justiça daqui para o futuro.

Em 2016, a Comissão Europeia criou um Grupo de Peritos de Alto Nível (GPAN) sobre a interoperabilidade, tendo por função dar seguimento à Comunicação da Comissão, de 6 de abril de 2016, intitulada «Sistemas de informação mais sólidos e mais inteligentes para controlar as fronteiras e garantir a segurança», e analisar de forma aprofundada as diferentes dimensões da interoperabilidade. A Agência contribuiu de forma ampla e proativa para o trabalho do grupo com vários elementos importantes, tais como um roteiro para a melhoria da qualidade dos dados, um roteiro para o desenvolvimento de serviços partilhados de correspondências biométricas, e muitos outros. A Agência contribuiu proativamente para o trabalho dos subgrupos criados para apoiar o trabalho do GPAN.

Reconhecendo a importância estratégica da interoperabilidade, a Agência deu contributos importantes para o debate no seio do GPAN e dos respetivos subgrupos. A Agência criou um grupo de missão interno que produziu uma série de documentos e relatórios de análise que foram posteriormente discutidos com a Comissão Europeia e os Estados-Membros no seio do GPAN e dos quais resultou a aprovação de várias ações práticas. A título de exemplo, foram apresentadas informações estatísticas pormenorizadas sobre a utilização dos sistemas e a qualidade dos dados, bem como um projeto de modelo de arquitetura de dados, para dar o tom para uma discussão baseada em factos concretos.

Na sequência do relatório intercalar do GPAN, publicado em dezembro de 2016, a eu-LISA foi solicitada a alargar o seu contributo com a apresentação de uma série de estudos sobre as opções técnicas para o desenvolvimento de um Portal de Pesquisa Europeu (ESP) e de um serviço partilhado de correspondências biométricas. Foi igualmente solicitada uma prova de conceito para o portal ESP, bem como várias outras atividades no domínio da qualidade dos dados e um repositório comum de dados. A Agência continuará a contribuir e apoiar o GPAN em 2017.

A eu-LISA tem mantido um envolvimento proativo com os Estados-Membros, notório, por exemplo, na liderança assumida pela Agência no Fórum de Gestão de Projetos do Eurodac.

Paralelamente, a Agência procurou fazer avançar as atividades propostas no roteiro para a melhoria do intercâmbio e da gestão de informações, incluindo as soluções de interoperabilidade no domínio da Justiça e Assuntos Internos. Com base no plano de ação apresentado, a Agência foi aprovada como coordenador de ação no que respeita aos esforços tendentes a melhorar a qualidade dos dados nos sistemas de informação (Ação 2 do roteiro e Ação 4 da Estratégia de Gestão da Informação (EGI) Renovada, quinta lista de ações). Nas restantes ações em que a eu-LISA é tida como parte interessada, houve contributos da Agência em todos os relatórios recentes sobre a execução do roteiro.

Parceria com outras agências

No período de referência, a eu-LISA procurou reforçar as capacidades estratégicas da Agência e criar sinergias e economias de escala, estabelecendo parcerias com outras agências JAI e prestando serviços às mesmas e aos Estados-Membros com base no seu mandato e de acordo com o princípio da complementaridade.

Neste período de referência, prosseguiu a cooperação bilateral com parceiros no domínio da JAI, em especial com as agências JAI. Em março de 2016, foi celebrado o Memorando de Entendimento com a Europol. A eu-LISA cooperou com a Europol no alargamento da execução do projeto UMF3 e trocou pontos de vistas sobre o modelo de aplicação do registo de identificação dos passageiros (PNR). A eu-LISA e a Europol intensificaram ainda a sua cooperação no quadro da EMPACT (Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas), nomeadamente nas três áreas prioritárias dos ciberataques, do auxílio à imigração clandestina e do tráfico de armas de fogo.

O acordo de trabalho com a FRA foi celebrado em julho de 2016. Neste contexto, a eu-LISA e a FRA realizaram *workshops* bilaterais sobre os sistemas geridos pela eu-LISA e continuaram a cooperar em matéria de utilização da biometria em sistemas informáticos de grande escala.

O Plano de Cooperação Anual a nível operacional com a CEPOL foi acordado no início do ano. Além disso, a eu-LISA e a CEPOL celebraram um acordo de cooperação sobre ações de formação. Em colaboração com a CEPOL, foram realizados vários cursos de formação sobre a utilização dos sistemas informáticos geridos pela eu-LISA e a utilização do SIS II pelos agentes SIRENE nacionais, bem como sessões de informação para avaliadores de Schengen sobre as missões de avaliação do SIS/SIRENE. A CEPOL e a eu-LISA prosseguiram com o intercâmbio de formadores e das melhores práticas em matéria de desenvolvimento de plataformas de formação. Além disso, o acesso mútuo à plataforma de formação LMS⁸ da eu-LISA e à plataforma de formação e-Net⁹ da CEPOL continuou disponível para membros do pessoal e formadores.

Tal como em anos anteriores, foi também acordado um plano de cooperação anual com a Frontex. Foi concluída a iniciativa de Cooperação sobre o Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes» entre a eu-LISA e a Frontex com vista à futura aplicação prática da proposta legislativa relativa ao Sistema de Entrada/Saída. A cooperação estreita continuou no âmbito das reuniões do Grupo de Trabalho sobre os Controlos Automáticos de Fronteiras (GT-CAF) e do Grupo de Trabalho VIS, do grupo principal do projeto Lista Geral de Schengen e de outros fóruns. Foi igualmente mantida a cooperação sobre o processo de acreditação de segurança da Rede de Comunicação do Eurosur. A Frontex e a eu-LISA participaram ainda nos preparativos para o acolhimento, pela eu-LISA, de um centro de recuperação de catástrofes para o Centro de Dados da Frontex.

No âmbito do plano de cooperação anual entre o EASO e a eu-LISA, foi reforçada a cooperação com a partilha de pontos de vista sobre os centros de registo e a aplicação e posterior revisão do Regulamento Eurodac. A eu-LISA e o EASO organizaram conjuntamente um curso de formação, tendo a eu-LISA também acolhido um curso de formação do EASO a pedido deste último. Continuou ainda o intercâmbio de planos, material, módulos, relatórios e outros documentos relacionados com a formação, em especial dos relativos ao asilo e à Dublinet. No segundo semestre de janeiro de 2016, a Administração da eu-LISA e o EASO assinaram um acordo sobre o centro de recuperação destinado à infraestrutura lógica de TIC e comunicações do EASO. Este acordo visa a prestação de serviços, pela eu-LISA, a um centro secundário (centro de recuperação) para os servidores do EASO. A ideia da cooperação advém da necessidade de o EASO garantir a disponibilização ininterrupta dos seus recursos de TIC para poder cumprir os requisitos de continuidade da atividade. O acordo foi assinado pelas duas agências mediante procedimento escrito, em 18 de janeiro de 2016, em Taline, por parte da eu-LISA, e em 22 de janeiro de 2016, em Valletta, por parte do EASO. Este acordo contempla o acolhimento do centro de recuperação da infraestrutura lógica de TIC e comunicações do EASO durante o período de 2016-2020. Ficou acordado que o acolhimento da infraestrutura deverá ser efetuado no centro da eu-LISA em Estrasburgo.

Prosseguiu a elaboração de um Memorando de Entendimento com a Eurojust, devendo o acordo ser celebrado em 2017.

A fim de estabelecer uma cooperação mais estreita com a ENISA, ocorreu, no fim de agosto de 2016, uma troca de pontos de vista inicial entre as duas agências para identificar os possíveis domínios de colaboração. Em 2017, deverá ser finalizado um acordo de cooperação bilateral.

Em 2016, a eu-LISA participou em mais atividades conjuntas com outras agências do que nos anos anteriores. A colaboração ativa com agências parceiras ocorreu também no âmbito da rede de agências JAI, presidida pela FRA em 2016, na qual as agências procederam ao intercâmbio regular de informações sobre o seu contributo para a

⁸ <https://extranet.europa.eu/sites/ExtTraining>

⁹ <https://enet.cepol.europa.eu>

execução da Agenda Europeia da Migração e da Agenda Europeia para a Segurança, bem como da Estratégia Renovada de Segurança Interna da UE. Foi dada especial atenção ao tema dos direitos fundamentais durante o ano. A eu-LISA informou regularmente as agências JAI sobre as atividades mais relevantes em matéria de gestão e evolução dos sistemas informáticos de grande escala utilizados na aplicação da lei, bem como para fins de gestão de fronteiras, migração e pedidos de asilo, e sobre o seu trabalho destinado a apoiar as discussões sobre o intercâmbio de informações e a interoperabilidade. Além disso, a eu-LISA contribuiu para a elaboração dos requisitos de atividade, de TI e operacionais para o intercâmbio de informações classificadas da UE entre as agências JAI, no âmbito da execução do Roteiro de TIC da rede. As agências JAI trocaram ainda pontos de vista sobre procedimentos e tecnologias de registo, recolocação e centros de registo nas reuniões da rede realizadas em 2016.

Reforço da comunicação externa

Em 2016, com base na sua estratégia de comunicação externa e no seu Plano de Ação, a Agência concentrou os seus esforços de comunicação externa na disponibilização ao público europeu de informações regulares sobre o seu mandato e as suas atividades. A Agência vai continuar a promover-se, mantendo uma imagem positiva e reforçando a sua presença na Internet, através da aplicação diligente de uma estratégia adequada no que respeita às redes sociais. Além disso, vai continuar a cumprir todas as suas obrigações jurídicas e estatutárias no que respeita à publicação de certos tipos de informações, e a publicar estatísticas e relatórios sobre a utilização e o desempenho dos seus sistemas.

No âmbito da coordenação de eventos de sensibilização destinados a centros de informação e parceiros, decorreram em Bruxelas duas sessões, uma para Conselheiros JAI (13 de abril de 2016) e outra para funcionários do Parlamento Europeu (20 de abril de 2016). Foram igualmente agendados e realizados eventos de visibilidade do Dia da Europa, em Taline, Estrasburgo e Bruxelas. Em 7 de abril de 2016, realizou-se em Taline uma sessão de informação destinada a organismos da qualidade nacionais e internacionais. A fim de assegurar a realização de duas visitas de funcionários de alto nível nacionais e da UE de acordo com os programas definidos e aprovados, a eu-LISA organizou em Taline, em 6 de abril de 2016, uma sessão de informação dirigida a embaixadores da UE e a autoridades de alto nível nacionais (por exemplo, o Ministro do Interior finlandês). Com o intuito de atualizar a estratégia de comunicação externa, foi assinado, em 4 de maio de 2016, um contrato de prestação de serviços com uma especificação técnica, cuja execução foi iniciada para garantir a apresentação à Administração de uma estratégia atualizada para aprovação no final de 2016.

Em 27 de outubro, a eu-LISA realizou em Taline a sua conferência anual, a JHATech 2016, dedicada ao tema «Alinhar as capacidades da tecnologia com as prioridades políticas nos domínios da migração e da segurança interna», a qual contou com cerca de 130 participantes em representação de autoridades de alto nível da UE e nacionais, de profissionais, do setor e do meio académico. A conferência visou envolver as partes interessadas da eu-LISA, discutir as tecnologias futuras com aplicações potenciais nos domínios da justiça e dos assuntos internos e destacar a importância dada a este domínio tanto ao nível da UE como a nível nacional. O Comissário da UE responsável pela União da Segurança, o Ministro do Interior da Estónia, o Diretor-Geral do Ministério federal belga do Interior e o Diretor-Geral Adjunto do Centro Comum de Investigação deram os seus contributos para a conferência enquanto oradores principais. Graças às suas intervenções, a conferência é agora, e mais do que nunca, um ponto de referência para todos os profissionais, o que dá uma visibilidade deveras acrescida às funções e responsabilidades da eu-LISA.

Atividades no âmbito do Objetivo Estratégico 4 «Desenvolver uma organização moderna, eficiente e ágil»

O ano de 2016 foi o quarto ano de funcionamento em pleno da Agência. Neste momento, os serviços institucionais e estruturas de governação internos essenciais estão bem estabelecidos. O desafio para a Agência em 2016 consistiu na consolidação e aperfeiçoamento contínuos destes processos, com ênfase no reforço da sua eficiência e eficácia.

Planeamento estratégico e operacional

Em 2016, a Agência continuou a desenvolver e aperfeiçoar o seu processo de planeamento interno. A fim de torná-lo mais eficiente, foi introduzida uma ferramenta de planeamento baseada no SharePoint. Esta ferramenta veio automatizar várias tarefas de rotina relacionadas com o planeamento operacional e facilitar a consolidação das informações de planeamento recolhidas, tais como elementos de justificação relevantes. O ciclo de planeamento principiou com a prestação de formação exaustiva a todos os colaboradores internos, o que teve um efeito positivo na qualidade da informação recolhida. A Agência envolveu também os GC na primeira fase do ciclo de planeamento, dando-lhes mais tempo para incorporarem e priorizarem os seus contributos.

Ao mesmo tempo, os documentos de planeamento da Agência tornaram-se mais completos, fornecendo uma descrição abrangente e pormenorizada dos objetivos e funções a longo prazo e operacionais da Agência.

Fazer evoluir o quadro de governação da Agência

Em 2016, a administração da eu-LISA, com base na experiência dos anos anteriores, decidiu implantar um sistema de gestão da qualidade na Agência. Na sequência de uma análise abrangente e de uma comparação das vantagens e desvantagens dos sistemas de gestão da qualidade mais em voga, e tendo em conta os recursos necessários para a implantação e manutenção, a Agência decidiu implantar a CAF (Estrutura Comum de Avaliação). Os trabalhos preparatórios necessários foram concluídos com êxito, tendo a implantação começado no quarto trimestre de 2016. O objetivo passa por concluir a implantação em 2017 e permitir que a Agência realize a sua primeira autoavaliação. A Agência conta com a assistência do Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP) no processo de implantação.

As atividades de gestão dos riscos e da governação institucionais foram executadas de acordo com o quadro de governação da Agência. Partindo das bases estabelecidas, foram realizados exercícios trimestrais de monitorização dos riscos e das Normas de Controlo Interno (NCI), bem como um *workshop* sobre a gestão global dos riscos institucionais para identificar e gerir os riscos da Agência a nível institucional. Além disso, o Conselho de Administração aprovou o relatório de avaliação anual sobre a eficiência do sistema de controlo interno da eu-LISA.

Acresce ainda que, durante o período de referência, a Agência continuou a prestar apoio administrativo regular ao Conselho de Administração e aos Grupos Consultivos. As reuniões do Conselho de Administração de março e novembro e as quatro reuniões periódicas dos Grupos Consultivos realizadas no período de referência foram organizadas de forma atempada.

Gestão financeira

A Agência continuou a desenvolver e reforçar os seus processos e procedimentos financeiros internos, adotando uma abordagem mais proativa com vista a assegurar uma gestão transparente e eficaz dos recursos financeiros. Foi publicado um manual para iniciadores e verificadores operacionais, bem como um processo passo a passo para agentes de verificação de operações de autorização e pagamento, o qual foi lançado com a introdução da propriedade orçamental.

No decurso do período de referência, a eu-LISA aspirou também a um elevado nível de execução do orçamento da Agência, a fim de continuar a agilizar os fluxos de trabalho no quadro dos seus sistemas informáticos relacionados com a área financeira (em particular, para criar fluxos de extremo a extremo de autorizações e pagamentos no ABAC), manter um elevado nível de rigor na previsão orçamental e chamar a si a autoria, revisão e aprovação dos seus procedimentos financeiros e de contratação pública. Além disso, realizaram-se *workshops* e seminários sobre a manutenção em bom funcionamento, houve uma continuação da abordagem de comunidade de prática à análise intersetorial e à melhoria contínua dos contratos relacionados com TI e procedeu-se à catalogação da recolha de melhores práticas e ensinamentos retirados. O documento sobre os ensinamentos retirados do novo contrato MWO do VIS/BMS, a par do documento de consulta sobre a arquitetura contratual do SES, representou um contributo para o *workshop* realizado em junho de 2016.

Contratação pública

Durante o período de referência, a Agência agilizou as suas atividades no domínio dos contratos de direito público através da consolidação e reforço dos seus procedimentos financeiros e contratuais, e da criação e manutenção de capacidades com vista à prestação de assessoria a todas as partes interessadas em matérias especificamente relacionadas com os procedimentos de aquisição. A Agência continuou a dar particular ênfase à garantia de que quaisquer novos procedimentos de concurso sejam concebidos e avaliados de modo a assegurar que cumpram as regras financeiras aplicáveis e incorporem as melhores práticas e os ensinamentos retirados pertinentes.

Os grandes contratos de apoio à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas e de infraestruturas partilhadas mostraram-se consentâneos com as melhores práticas e ensinamentos retirados. Realizaram-se vários *workshops* sobre os ensinamentos retirados dos atuais contratos MWO. Em fevereiro de 2016, realizou-se um *workshop* sobre os serviços e a infraestrutura partilhados de todos os sistemas, o qual antecedeu o lançamento atempado da Fase 1 do contrato MWO relativo à Infraestrutura de Sistemas Partilhada. Em 2016, as atividades de contratação pública apoiaram igualmente o Departamento de Operações (DO) na transição do contrato-quadro MWO do VIS/BMS. As atividades suplementares incluíram a criação e gestão de mecanismos contratuais para garantir uma transição sem problemas entre os contratantes em termos jurídicos e financeiros (por exemplo, licenciamento, transferência da gestão de *hardware*, processo de *due diligence*).

Logística e gestão das instalações

No domínio da logística e gestão das instalações, em 2016, as principais prioridades residiram no projeto de reconstrução do centro operacional da Agência em Estrasburgo e no projeto de construção do novo edifício-sede em Taline. O projeto de Estrasburgo sofreu alguns atrasos devido à necessidade de alterar o contrato original para incluir algumas melhorias no projeto das novas instalações e aos constantes esforços e contributos do contratante para assegurar a qualidade necessária. Do ponto de vista orçamental, o projeto de Estrasburgo manteve-se dentro do orçamento aprovado pela autoridade orçamental. Prevê-se que o novo edifício de escritórios em Estrasburgo fique pronto em julho de 2017 e que o projeto de reconstrução seja concluído até ao final de 2017. Contudo, para os próximos anos, existe o receio de que, em termos gerais, a capacidade do centro renovado de Estrasburgo não seja suficiente para acolher a totalidade do pessoal e dos contratantes da Agência, isto considerando os importantes desenvolvimentos no domínio da JAI, nomeadamente a implantação do SES, a introdução do ETIAS, etc.

No que se refere ao novo edifício-sede de Taline, registaram-se avanços substanciais em conformidade com o plano aprovado; mais especificamente, o anteprojeto e o projeto técnico de pormenor foram concluídos e aprovados. O projeto de interiores está quase concluído. As propostas de projeto foram ainda analisadas por um grupo de engenheiros de diferentes áreas para avaliar o seu nível de conformidade com as normas do setor aplicáveis e a sua compatibilidade geral. No final de 2016, estava quase concluído o concurso público para a seleção do contratante das obras de construção, as quais deverão principiar no primeiro trimestre de 2017.

Recursos humanos

As atividades da Agência na área da gestão de recursos humanos centraram-se nos objetivos estabelecidos no Programa de Trabalho Anual de 2016. Estas atividades visaram assegurar a execução eficaz das políticas de RH e do plano anual de formação do pessoal, bem como um serviço de administração do pessoal eficaz. Um dos objetivos principais destas ações na área da gestão de recursos humanos passava pelo desenvolvimento e retenção dos funcionários da Agência. Foi dada atenção à implantação de um sistema de avaliação e promoção do pessoal justo e transparente, capaz de garantir o cumprimento das metas de recrutamento e retenção de pessoal, de promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência e de fazer com que tais metas impulsionem o desenvolvimento da sua cultura institucional.

Em janeiro de 2016, a eu-LISA aprovou a sua Estratégia de RH (ERH) que norteará as atividades na área da gestão de recursos humanos até 2020. Em 2016, a eu-LISA aprovou duas normas de execução¹⁰ do Estatuto dos Funcionários e do Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia (ROA), as quais reforçam o quadro jurídico da ERH, que consiste atualmente em 39 dessas normas. Além disso, no decorrer do ano, a Agência formulou e adotou uma política interna em matéria de funções sensíveis e as orientações para a aplicação prática da renovação de contratos. O desenvolvimento do quadro de competências prosseguiu em 2016, com enfoque nas competências técnicas. No entanto, o trabalho de desenvolvimento e implantação do quadro de competências só ficará concluído em 2017.

A Agência continuou focalizada no desenvolvimento dos quadros adequados de formação profissional do pessoal e na criação de uma série de soluções que permita ao pessoal participar na formação, incluindo o pessoal que trabalha por turnos, que esteja em regime de disponibilidade permanente ou viaje frequentemente em missões.

Comunicação interna

A comunicação interna teve como objetivo continuar a facilitar e promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência, fazendo uso dos mesmos como fatores determinantes do desenvolvimento da sua cultura institucional e do espírito de equipa. A comunicação e apresentação de ideias claras e a transmissão de uma mensagem convincente visaram fomentar o empenho do pessoal na consecução dos objetivos da Agência e aumentar as oportunidades de um desenvolvimento contínuo e bem sucedido. Tendo como roteiros o Plano de Comunicação Interna de 2016 e a Estratégia de Comunicação Interna Revista de 2016-2018, foi envidado, em 2016, um esforço concertado de continuação da melhoria da comunicação interna entre as instalações da Agência, através da realização de um amplo leque de esforços de comunicação específicos, tais como a coordenação e elaboração de publicações internas e os contributos para a intranet da eu-LISA.

Auditoria interna

De acordo com seu Plano de Auditoria Interna, a Agência continuou a cooperar com o Tribunal de Contas Europeu e o Serviço de Auditoria Interna da Comissão Europeia, acolhendo as suas missões de auditoria e tomando medidas com vista a dar resposta às recomendações daí resultantes. Em 2016, o auditor interno da eu-LISA continuou a coordenar o trabalho nesta área, incluindo a elaboração de relatórios e a realização de atividades de acompanhamento, bem como a assegurar a sensibilização geral, entre a administração e os funcionários da Agência, para os princípios, objetivos e procedimentos das auditorias internas e externas. Levou a cabo as suas atividades em conformidade com a Carta de Auditoria Interna adotada pela eu-LISA. O plano de auditoria para 2016 já havia sido aprovado em novembro de 2015 (o plano de auditoria para 2017 foi aprovado em novembro de 2016). Em resultado das atividades de 2016, realizaram-se uma auditoria a sete temas e mais duas auditorias durante o ano. Convém assinalar que as atividades levadas a cabo pelo auditor interno da Agência foram além do plano de auditoria inicialmente aprovado para 2016.

¹⁰ Em 2016, a eu-LISA aprovou as seguintes duas normas de execução: 1) sobre a reclassificação dos AT; 2) sobre a reclassificação dos AC.

Parte II (a) Administração

2.1. Conselho de Administração

Em 2016, a Agência manteve uma colaboração extremamente estreita e construtiva com o seu Conselho de Administração. Além dos elementos aprovados pelo Conselho de Administração no quadro das suas funções definidas no Regulamento que a cria, a Agência levou à atenção do mesmo todos os riscos e questões significativos identificados durante o período de referência.

De igual modo, a Agência continuou a prestar apoio administrativo regular ao Conselho de Administração e aos Grupos Consultivos. As duas reuniões do Conselho de Administração de março e novembro e as quatro reuniões periódicas dos Grupos Consultivos realizadas no período de referência foram organizadas de forma atempada.

Como é prática habitual, o Conselho aprovou o PTA da Agência para o ano seguinte e o relatório anual de atividades da Agência relativo ao ano anterior. O Conselho de Administração aprovou o relatório anual de atividades de 2015 na sua reunião de 15 e 16 de março de 2016 e o documento único de programação para 2017 em dezembro de 2016. O Conselho de Administração decidiu também alterar o Programa de Trabalho Anual de 2016 para nele incluir o projeto AFIS do SIS II. No início de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração tomou decisões com base nos pedidos relativos à melhoria da monitorização da qualidade dos dados do SIS II e aos relatórios estatísticos previstos no artigo 9.º do Regulamento VIS.

O Conselho analisou, como exercício anual e em estreita cooperação com o auditor interno da Agência, o relatório de progresso sobre o Plano de Auditoria Interna relativo a 2016 e congratulou-se com a abordagem coerente da Agência no que respeita à prestação de garantias numa base regular. A este respeito, o Conselho aprovou o Plano de Auditoria Interna da eu-LISA para o ano de 2017.

Os indicadores de desempenho empresarial foram adotados ainda em 2015. Porém, as primeiras medições dos IDF identificaram a necessidade de aperfeiçoamentos, que foram efetuados em 2016. Decorrem ainda as discussões sobre a matéria entre as partes interessadas e a eu-LISA, pelo que o conjunto completo de indicadores de desempenho empresarial estava ainda por acordar com o Conselho aquando da redação do presente relatório.

Em 2016, surgiu a possibilidade de melhorar a avaliação do desempenho da Agência. Nos termos do artigo 31.º do Regulamento da eu-LISA, a Comissão Europeia, em estreita consulta com o Conselho de Administração, efetuou uma avaliação da atuação da Agência. O relatório final desta avaliação foi apresentado ao Conselho de Administração em março de 2016. A avaliação demonstrou que a Agência realiza as suas tarefas de forma eficaz. Incumbida pelo legislador da UE da gestão dos três sistemas, a Agência logrou reunir recursos e assegurar a criação de sinergias e a adoção de uma abordagem mais coerente. Assim, a Agência contribui também para um ambiente de sistemas informáticos mais coordenado, eficaz e coerente (ver Anexo VI). As constatações e recomendações decorrentes desta avaliação externa foram adequadamente seguidas através de um plano de ação adotado pelo Conselho de Administração.

Quanto aos riscos identificados pela Agência, o Conselho foi informado de que o atraso na adoção da base jurídica do SES (no seguimento do projeto dos sistemas de «Fronteiras Inteligentes») representa, do ponto de vista da Agência, um risco importante e deveras suscetível de criar dificuldades ao nível do recrutamento, porquanto nem todas as pessoas constantes das listas de reserva estarão disponíveis, o que poderá dificultar sobremaneira a entrada em funcionamento do sistema em 2020. Outro risco para a Agência reside no possível atraso da Comissão Europeia na introdução em tempo oportuno das decisões de execução necessárias, após a adoção da base jurídica do SES.

A fim de aumentar a agilidade, o poder de introduzir alterações não substanciais no PTA (que será designado por DOCUP a partir de 2017) foi delegado no gestor orçamental da Agência (o Diretor Executivo).

No tocante à necessidade de criar os instrumentos destinados a assegurar a retenção do pessoal da Agência, o Conselho de Administração decidiu aprovar a proposta do Diretor Executivo, segundo a qual este último deve ser

autorizado a celebrar contratos por tempo indeterminado com os agentes temporários após o seu primeiro período contratual, em conformidade com as disposições legislativas aplicáveis (artigo 8.º do ROA e artigo 16.º da Decisão n.º 2015-166, de 18.11.2015, do Conselho de Administração). No que se refere aos agentes contratuais, os desvios relativamente ao disposto no artigo 85.º do ROA devem continuar a ser excecionais.

2.2. Principais desenvolvimentos

Dado a eu-LISA ter continuado a consolidar as suas operações, a aumentar a sua eficiência e a garantir com êxito a prestação de serviços no futuro, os eventos externos e as exigências das partes interessadas criaram, simultaneamente, oportunidades e desafios que foram enfrentados de forma ágil e criativa. Em 2016, a chegada contínua de um número significativo de migrantes e refugiados à Europa, os violentos episódios de terrorismo em solo europeu e os efeitos a longo prazo da crise económica foram alguns dos desafios mais eminentes enfrentados. No entanto, continua a pairar a ameaça da criminalidade organizada e transfronteiriça, assinalada, a par do terrorismo, na Agenda Europeia para a Segurança¹¹ e nas Conclusões do Conselho sobre a Estratégia Renovada de Segurança Interna da União Europeia para 2015-2020.¹² Os objetivos de garantir a segurança das fronteiras externas, aumentar a eficácia ao nível da passagem das fronteiras e garantir uma melhor aplicação das regras comuns da UE em matéria de asilo, previstos na Agenda Europeia da Migração,¹³ continuaram a ser tidos como fundamentais. Através das suas atividades, do seu amplo envolvimento e colaboração com as partes interessadas ao longo do ano e, designadamente, graças à sua gestão de ferramentas de alta qualidade nos domínios do intercâmbio de informações e da cooperação, a Agência deu contributos importantes para os esforços europeus no sentido de responder a todos os desafios acima referidos e enfrentar todas as ameaças acima descritas de forma harmonizada e abrangente. Ao seguir as prioridades e cumprir os objetivos gerais dos documentos de orientação de alto nível acima descritos, a Agência assegura também a continuidade das atividades ano após ano.

Em resposta a alterações no plano da política externa e tendo sempre em atenção a evolução das necessidades da comunidade de utilizadores finais, os três sistemas informáticos de grande escala geridos pela eu-LISA conheceram evoluções importantes em 2016:

- As importantes atualizações da infraestrutura de VIS operadas em agosto de 2016 deram ao sistema a capacidade para gerir 450 000 operações por hora e processar informações biográficas de até 60 milhões de pedidos de visto.
- O projeto de implantação de uma funcionalidade de pesquisa biométrica no sistema central do SIS II, com base no Regulamento (CE) n.º 1987/2006, artigos 20.º e 22.º, avançou de acordo com o objetivo previsto de implantar funcionalidades de pesquisa biométrica no SIS II em 2017.
- Teve início o aumento de emergência da capacidade da base de dados do Eurodac para 7 milhões de registos, a fim de manter o sistema em linha com as crescentes necessidades dos Estados-Membros derivadas da crise migratória.
- A eu-LISA contribuiu de forma coerente e diligente para a elaboração e subsequente discussão da proposta de novo Regulamento Eurodac, atualmente em fase de consulta no âmbito da nova proposta de Regulamento Dublin IV.

Olhando para o futuro, a eu-LISA continuou a dar contributos importantes para a aplicação de políticas pertinentes no domínio da JAI, em sintonia com a estratégia a longo prazo da Agência para 2014-2020. Os peritos da Agência

¹¹ http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/basic-documents/docs/eu_agenda_on_security_en.pdf

¹² <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9798-2015-INIT/pt/pdf>

¹³ https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_pt.pdf

contribuíram com elementos técnicos relevantes para várias discussões com as partes interessadas sobre o aperfeiçoamento da proposta da Comissão Europeia relativa ao SES apresentada em abril de 2016, nomeadamente refletindo sobre a viabilidade técnica das sugestões apresentadas e assegurando a devida compreensão e utilização dos resultados do Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes» executado em 2015. Além disso, a Agência estabeleceu as estruturas internas necessárias e lançou as bases organizativas adequadas para garantir a participação imediata na fase de conceção e desenvolvimento do sistema que deverá seguir-se à aprovação do texto legislativo pelos colegisladores. Assim, importa assegurar a disponibilização, tão rapidamente quanto possível, de um novo e extremamente importante sistema informático de grande escala aos Estados-Membros. A Agência desempenhou também um positivo papel de assessoria ao trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia no que respeita à proposta do sistema ETIAS,¹⁴ publicada em novembro de 2016, comprovando assim o seu estatuto de centro de excelência no domínio das TIC. Foi criada uma equipa de projeto interna para se ocupar de todo o trabalho relativo a este sistema no futuro próximo. De igual modo, e apesar de não ter sido apresentada qualquer proposta legislativa relativa ao e-CODEX em 2016, a eu-LISA envidou esforços preliminares no sentido de se dotar da capacidade para cumprir qualquer prazo futuro que venha a ser imposto à Agência para assumir a responsabilidade pela gestão operacional do e-CODEX.

A Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de abril de 2016, sobre sistemas de informação mais sólidos e mais inteligentes para controlar as fronteiras e garantir a segurança¹⁵ abordou a evolução dos atuais sistemas informáticos de grande escala, as eventuais necessidades dos novos sistemas para completar a paisagem de sistemas de informação no domínio da justiça e assuntos internos e as possíveis vantagens da melhoria da interoperabilidade entre os sistemas informáticos de grande escala. Foi igualmente constituído um Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Sistemas de informação e Interoperabilidade. A eu-LISA apoiou o trabalho do grupo e dos três subgrupos de apoio existentes, tendo ainda sido criado um grupo de missão interno específico para coordenar os contributos da eu-LISA, sob a forma de documentos factuais e apresentações pertinentes para alimentar a discussão. Publicado em 21 de dezembro de 2016, o relatório intercalar do Grupo de Peritos de Alto Nível reconheceu a validade das sugestões apresentadas pelos representantes da Agência nas várias reuniões, bem como os contributos positivos que a Agência pode dar ao trabalho a desenvolver neste domínio no futuro. Propõe-se que a eu-LISA equacione, juntamente com a Comissão Europeia e outras partes relevantes, a viabilidade e as abordagens possíveis da implantação de um serviço partilhado de correspondências biométricas e de um Portal de Pesquisa Europeu. Sugere-se também que a Agência pondere o desenvolvimento de uma capacidade central de monitorização da qualidade dos dados dos três sistemas informáticos que tem à sua responsabilidade. No seguimento desta recomendação, a Agência, na qualidade de coordenador proposto da ação correspondente (ação 4) da Estratégia de Gestão da Informação (EGI) Renovada — 5.ª lista de ações, procedeu já à elaboração e apresentação de um plano de ação para a melhoria da qualidade dos dados dos sistemas informáticos de grande escala ao Grupo do Intercâmbio de Informações e da Proteção de Dados (DAPIX) do Conselho.¹⁶ Debatido e saudado pelos Estados-Membros em dezembro de 2016, o plano dá o impulso necessário às atividades de cooperação com todas as partes relevantes, com vista à melhoria da qualidade dos dados dos sistemas informáticos de grande escala em e após 2017.

A cooperação é tida como fundamental para garantir a coerência de atividades complementares e, no caso da eu-LISA, o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades operacionais. No ano passado, as interações com agências, instituições e Estados-Membros da UE foram particularmente frequentes e importantes. A liderança assumida pela Agência no Fórum de Gestão de Projetos do Eurodac é um exemplo notório do envolvimento proativo da eu-LISA com os Estados-Membros. O relatório anual da rede de agências JAI indica que a eu-LISA participou em mais atividades conjuntas com outras agências do que em qualquer outro ano anterior. Entre as ações de

¹⁴ https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-security/legislative-documents/docs/20161116/proposal_etias_en.pdf

¹⁵ <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7644-2016-INIT/pt/pdf>

¹⁶ <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10824-2016-INIT/en/pdf>

colaboração nele referidas é possível realçar a colaboração no domínio da luta contra o terrorismo, tendo as agências atualizado a caixa de ferramentas para enfrentar o fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros ao longo do ano. O EASO, a Europol, a FRA e a Frontex participaram no anteriormente mencionado Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Sistemas de informação e Interoperabilidade, tendo as agências estabelecido contactos frequentes antes das reuniões para garantir que cada parte conhecesse todas as perspetivas e pudesse transmitir as mensagens ideais, de modo a assegurar o cumprimento de todos os requisitos. A Agência tenciona debater as propostas apresentadas no relatório intercalar do Grupo com a Comissão Europeia, os Estados-Membros e as agências da UE.

2.3. Disposições orçamentais e financeiras

A eu-LISA tem diversas fontes de financiamento.¹⁷ A sua principal fonte de financiamento consiste numa subvenção da UE aprovada anualmente pela autoridade orçamental da UE, ou seja, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia.¹⁸

No quadro da apresentação de relatórios anuais, a Agência publica as suas taxas de execução orçamental e indicadores de desempenho, que podem ser úteis para mostrar a eficiência e eficácia com que a Agência geriu as suas despesas durante o período de referência.

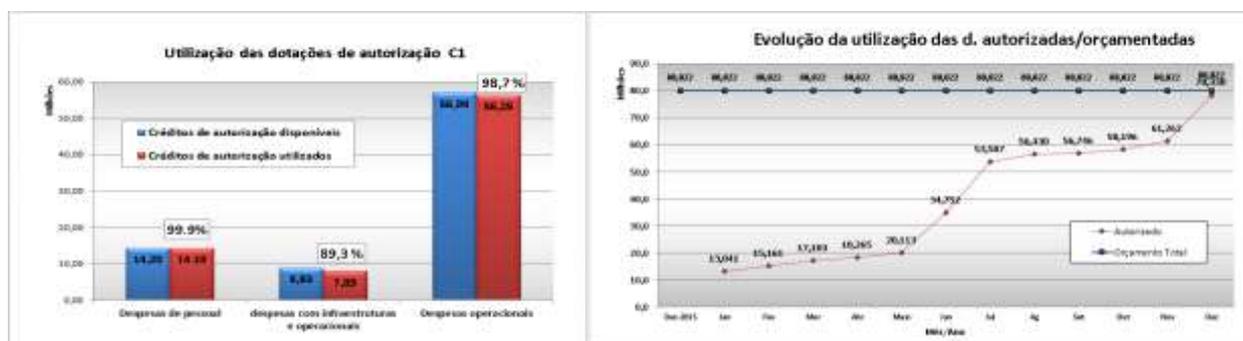
Execução das dotações orçamentais para 2016

Em 2016, a eu-LISA administrou um orçamento de 80,02 milhões de euros a título da subvenção da UE. A Agência atingiu uma elevada taxa de execução orçamental até ao final do exercício:

- 97,9 % para as dotações de autorização;
- 97,6 % para as dotações de pagamento, incluindo a transição de despesas administrativas de 2016 para 2017.

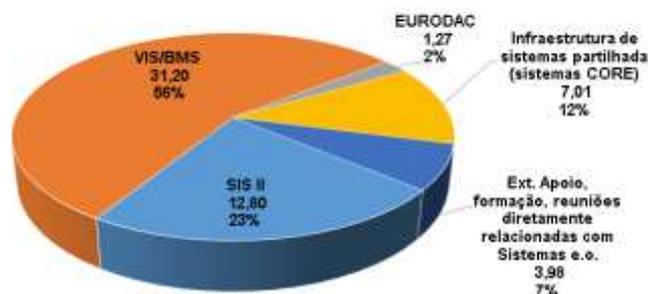
Execução das dotações de autorização

As dotações de autorização (C1) aprovadas para 2016 foram distribuídas entre os diferentes títulos da seguinte forma: 71,2 % foram previstas para o orçamento operacional (Título 3), 11,0 % para despesas de infraestruturas e de funcionamento (Título 2) e 17,8 % para despesas de pessoal (Título 1). Os gráficos abaixo mostram a execução do orçamento por título até ao final do ano.



No que respeita às despesas de funcionamento (Título 3), devido à natureza plurianual dos contratos utilizados para apoiar as principais operações, foram automaticamente transitadas dotações de autorização em aberto de 2016 no valor de 51,9 milhões de euros, que serão pagas em 2017 e nos anos subsequentes. Para consultar a repartição pormenorizada, ver Anexo II. Foi executado um total de 98,7% do orçamento operacional, correspondente a 56,99 milhões de euros. O gráfico ilustra a repartição do orçamento operacional por capítulo.

Título 3: dotações de autorização executadas em milhões de €



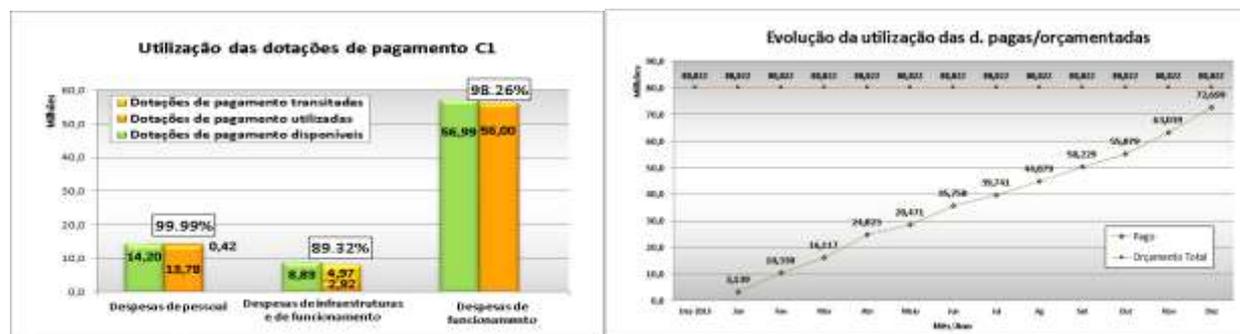
¹⁷ Artigo 32.º do Regulamento que cria a Agência.

¹⁸ Esta subvenção refere-se a dotações de autorização e pagamento C1 (dotações aprovadas do exercício em curso).

Execução das dotações de pagamento

O total do orçamento aprovado em dotações de pagamento ascendeu a 80,02 milhões de euros.

No final de 2016, a execução das dotações de pagamento, no caso das dotações C1, atingiu 97,6 %, incluindo a transição das despesas administrativas para 2017. Os gráficos abaixo mostram o orçamento total por título e a utilização global das dotações de pagamento durante o ano de 2016.



Além disso, foram executadas 97,6 % das dotações de pagamento transitadas de 2015 para 2016 referentes a despesas administrativas.

As dotações de autorização do Título 1 (despesas de pessoal)¹⁹ no montante de 0,42 milhões de euros e do Título 2 (despesas administrativas e despesas de funcionamento) no montante de 4,97 milhões de euros, ainda não utilizadas em pagamentos em 2016, e para as quais existe uma autorização jurídica válida, serão transitadas para 2017, juntamente com as dotações de pagamento correspondentes.

No Título 3, a maior fatia das dotações de pagamento foi utilizada no VIS/BMS. O gráfico abaixo apresenta a composição das dotações de pagamento executadas no que se refere ao orçamento de funcionamento.

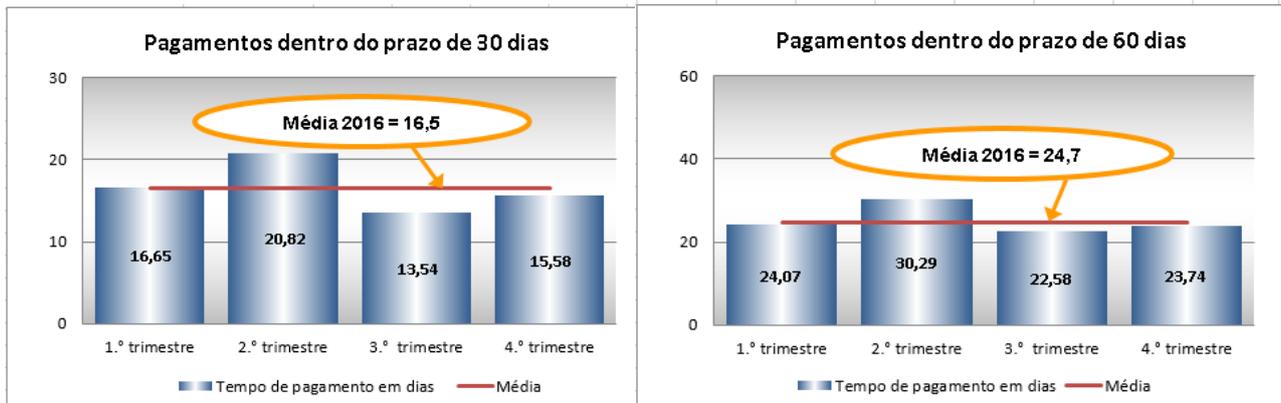


Indicador de desempenho: tempo de pagamento

Em 2016, foi efetuado um total de 2886 operações de pagamento, que representa um aumento de 16 % face a 2015; 2736 operações com um prazo máximo de pagamento de 30 dias, 32 com um prazo máximo de pagamento de 45 dias, 112 com um prazo máximo de pagamento de 60 dias, cinco com um prazo máximo de 90 dias e uma com um prazo especial de pagamento de 36 dias.

¹⁹ As dotações de autorização e de pagamento relativas a remunerações não são transitadas.

O tempo médio de pagamento para todos os tipos de pagamentos permaneceu bastante abaixo do prazo contratual. Nas duas categorias principais, o tempo médio de pagamento foi de 16,5 dias para os pagamentos a 30 dias e de 24,7 dias para os pagamentos a 60 dias.



No geral, 93,2 % dos pagamentos foram feitos dentro do prazo, por comparação com os prazos contratuais. No total, sofreram atrasos 196 pagamentos, dos quais três levaram ao pagamento de juros de mora no valor de 1539,32 euros aos contratantes.

Procedimentos de contratação pública

Em 2016, a eu-LISA adjudicou um total de 320 contratos, dos quais 57 na sequência de procedimentos de contratação pública lançados pela Agência. Os restantes 263 foram adjudicados como contratos/ordens específicos no âmbito de contratos-quadro da eu-LISA ou interinstitucionais já celebrados. O procedimento por negociação foi o mais utilizado em 2016 (53 casos correspondentes a contratos de baixo valor), seguido de três concursos públicos. Importa destacar que, em 2016, a eu-LISA celebrou dois contratos-quadro no seguimento de dois concursos limitados: 1) o contrato de manutenção em estado de funcionamento do VIS/BMS – VIS/BMS, num valor estimado de 194,45 milhões de euros e 2) o contrato relativo à Infraestrutura Comum Partilhada, num montante estimado de 40 milhões de euros.

2.4. Gestão de recursos humanos

Desenvolvimentos

Em 2016, as atividades da Agência na área da gestão de recursos humanos centraram-se nos objetivos estabelecidos no Programa de Trabalho Anual de 2016. Estas atividades visaram assegurar a execução eficaz da política de RH e do plano anual de formação do pessoal, bem como a implantação de um serviço de administração do pessoal eficaz. Foi dada especial atenção à implantação de um sistema de avaliação do pessoal justo e transparente, capaz de garantir o cumprimento das metas de recrutamento e retenção de pessoal, de promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência e de os utilizar como fatores determinantes do desenvolvimento da sua cultura institucional.

Em janeiro de 2016, a eu-LISA aprovou uma ERH, a qual norteará as atividades na área da gestão de recursos humanos até 2020. Em 2016, a eu-LISA aprovou duas normas de execução²⁰ do Estatuto dos Funcionários e do

²⁰ Em 2016, a eu-LISA aprovou as seguintes duas normas de execução: 1) sobre a reclassificação dos agentes temporários; 2) sobre a reclassificação dos agentes contratuais.

Regime Aplicável aos Outros Agentes da União Europeia, as quais reforçam o quadro jurídico do trabalho no domínio dos recursos humanos, que consiste atualmente em 39 dessas normas. No decorrer do ano, a Agência formulou e adotou uma política interna em matéria de funções sensíveis e as orientações para a aplicação prática da renovação de contratos. O desenvolvimento do quadro de competências prosseguiu em 2016, tendo sido dada prioridade às competências técnicas. O trabalho de desenvolvimento e implantação do quadro de competências continuará em 2017.

A Agência continuou focalizada no desenvolvimento dos quadros adequados de formação profissional do pessoal e na criação de uma série de soluções que permita a participação dos funcionários na formação, incluindo os que trabalhem por turnos, os que estejam em regime de disponibilidade permanente ou os que viajem frequentemente em missões. São apresentadas mais informações sobre a formação no capítulo seguinte sobre aprendizagem e desenvolvimento.

O trabalho de adaptação dos requisitos para a ferramenta eletrónica de RH, Allegro, avançou para a fase de definição e testes e para o módulo de recrutamento eletrónico. No entanto, os outros desenvolvimentos do projeto Allegro foram suspensos devido às dificuldades na contratação do gestor de projeto e à decisão da Agência de passar a estar ligada ao SYSPER II, a ferramenta eletrónica de RH da Comissão Europeia, que foi aberta às agências da UE. Os trabalhos do projeto relacionado com este sistema estão previstos para 2017 e 2018. Em outubro de 2016, a eu-LISA e o Diretor-Geral de RH da Comissão Europeia assinaram um acordo de nível de serviço para este efeito.

Aprendizagem e desenvolvimento

Os resultados da análise das necessidades em matéria de formação anual para 2016 foram refletidos na formação proporcionada aos funcionários, centrada no desenvolvimento das competências necessárias e na prestação de formação técnica ao pessoal do Departamento de Operações. A formação inicial (programa de integração) foi desenvolvida e introduzida no final de 2016.

Os gráficos abaixo mostram o número total de dias de formação e outras atividades de aprendizagem organizados na eu-LISA (os dois centros e o Gabinete de Ligação são contabilizados em conjunto) e o número médio de dias de formação por membro do pessoal.

Total de dias de formação = 668,2

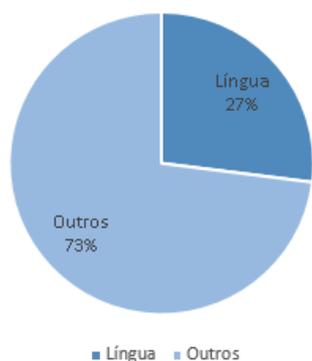


Figura 1: Dias de formação na eu-LISA em 2016

Número médio de dias de formação por pessoa = 4,55

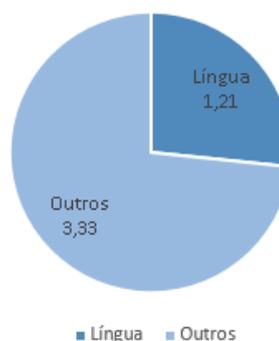


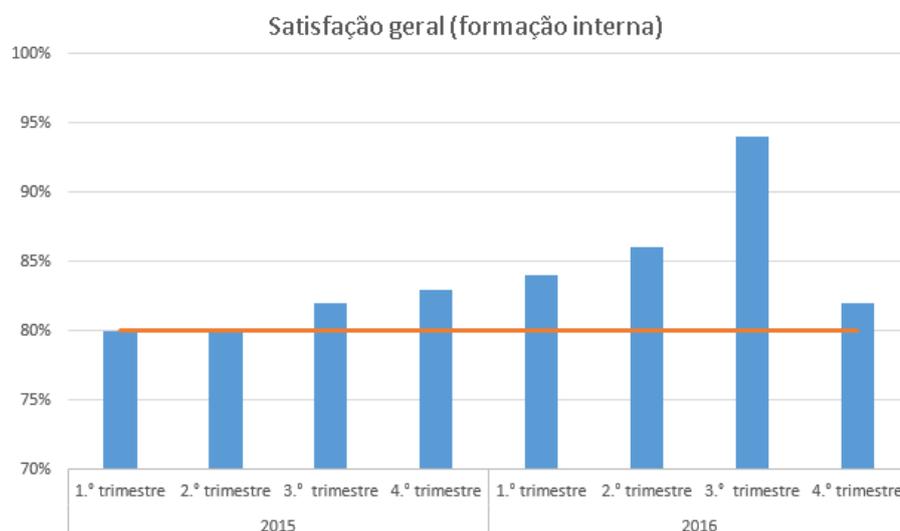
Figura 2: Distribuição do número médio de dias de formação por pessoa

Em novembro de 2016, foi organizada uma semana de aprendizagem, com várias oportunidades para ficar ao corrente da evolução tecnológica e da abordagem inovadora da aprendizagem, com cinco *workshops* e apresentações, seis palestras e dez oradores convidados. Durante o ano, tiveram lugar outras oito atividades de

aprendizagem, nas quais foram apresentados diversos métodos de aprendizagem para dar aos funcionários mais possibilidades de escolha para atenderem e satisfazerem as suas necessidades de aprendizagem.

Os resultados dos inquéritos de satisfação realizados após os cursos de formação revelam uma tendência positiva na avaliação da oferta de aprendizagem e desenvolvimento feita pelos membros do pessoal.

Figura 3: Comparação do nível de satisfação do pessoal com as ações de formação interna organizadas em 2015 e 2016



Quadro de pessoal e número de efetivos

Em 2016, o total do pessoal da eu-LISA correspondia a 155 lugares, incluindo 118 agentes temporários (AT), 29 agentes contratuais (AC) e 8 peritos nacionais destacados (PND). No final do ano, estavam preenchidos 144 lugares e tinham sido aceites ofertas de trabalho para três lugares; oito lugares permaneciam vagos, alguns dos quais sem possibilidade de substituição devido aos cortes previstos para 2017.²¹

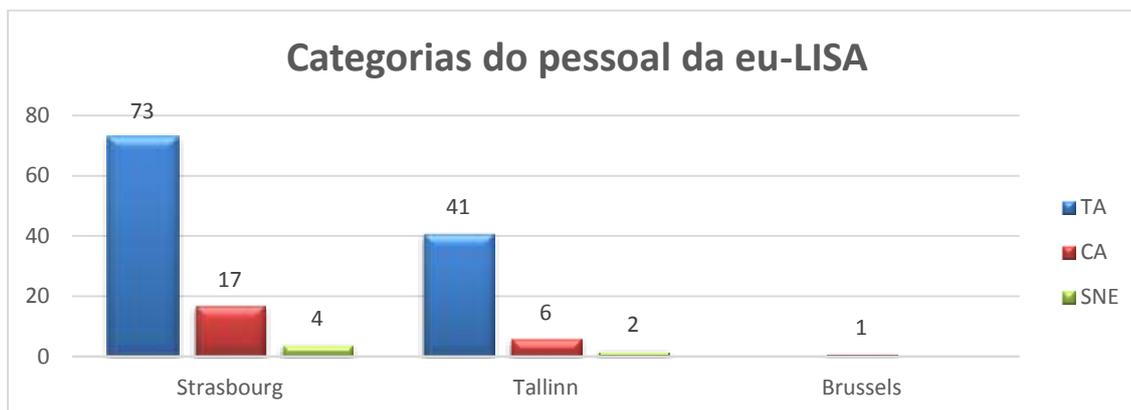
O quadro de pessoal da Agência não inclui os lugares para funcionários nem os lugares de secretariado classificados como AST/SC. O número total de lugares do quadro de pessoal diminuiu dois lugares em comparação com 2015 devido aos cortes de pessoal, tendo atingido um nível de 118 lugares.

O Anexo IV mostra o quadro de pessoal de 2016 da eu-LISA.

Em termos de efetivos, no final de dezembro de 2016, estavam ao serviço 144 funcionários em tempo integral: 114 AT, 24 AC e 6 PND. Destes, 73 AT, 17 AC e quatro PND trabalhavam em Estrasburgo, 41 AT, seis AC e dois PND em Taline e um AC no Gabinete de Ligação da eu-LISA em Bruxelas. O pessoal da Agência representava, no seu conjunto, 21 nacionalidades, sendo constituído em 28 % por mulheres e em 72 % por homens.

O gráfico abaixo indica o número de funcionários da eu-LISA por tipo de contrato e a repartição pelas instalações da Agência.

²¹ Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho: «Programação de recursos humanos e financeiros das agências descentralizadas 2014-2020» de 10.7.2013, COM(2013) 519 final.



Strasbourg	Estrasburgo
Tallinn	Taline
Brussels	Bruxelas
TA	AT
CN	AC
SNE	PND

Figura 4: Categorias do pessoal da eu-LISA, incluindo as pessoas que aceitaram uma oferta de trabalho

A Agência proporcionou igualmente oportunidades de estágio. No final de 2016, havia três estagiários em Taline.

Estrutura organizativa

Em 2016, foram efetuadas as seguintes alterações na estrutura organizativa da eu-LISA, que afetaram o número de efetivos:

- A Unidade de Finanças e Aquisições foi reorganizada para acompanhar a evolução das necessidades e apoiar mais de perto o Departamento de Operações.
- Na Unidade de Gestão e Manutenção de Aplicações, foi criado um sexto setor com a divisão do Setor dos Sistemas de Segurança Interna e Asilo em Setor de Segurança Interna e Setor de Sistemas de Asilo. Esta alteração foi seguida de várias transferências a nível interno.
- Um lugar de Assistente de Comunicação Interna na Unidade de Coordenação Geral (UCG) foi transformado no lugar de Assistente de Gestão de Documentos e transferido para o Setor de Serviços Institucionais (CSS).

O organigrama da eu-LISA é apresentado no Anexo III.

Indicadores de desempenho no domínio dos RH

A Agência definiu indicadores de desempenho²² (IDF) para as áreas relacionadas com os RH, os quais servem para medir a taxa de absentismo, a rotatividade do pessoal, o índice de desempenho do pessoal e o empenho do pessoal.

A taxa de absentismo é medida comparando o número total de dias de ausência sem atestado médico com o número de dias de ausência com atestado médico. Em 2016, o nível deste IDF foi de 23 %, sendo que a meta era mantê-lo

²² Indicadores de Desempenho Empresarial da eu-LISA; este documento foi adotado pelo Conselho de Administração da eu-LISA em 15 de março de 2015 (ref. 2015-042) e o pedido dirigido ao Conselho de Administração para alterar os Indicadores de Desempenho Empresarial da Agência (ref. 2016-127) data de outubro de 2016.

abaixo dos 25 %. Embora este IDF tenha sido inferior ao registado em 2015, observou-se um ligeiro aumento do número médio de dias de ausência por funcionário sem atestado médico, que se situou nos 2,82 dias por pessoa.

A rotatividade do pessoal foi de aproximadamente 7,64 %, uma vez que 11 funcionários deixaram a organização em 2016. Este valor supera o IDF de referência de 5 % fixado para a rotatividade. A sede de Taline foi fortemente afetada pela rotatividade do pessoal, que atingiu os 16 %.

O índice de desempenho do pessoal ficou dentro das metas definidas para o IDF (as metas apontavam para 100 % de avaliações concluídas e mais de 10 % de alto desempenho e menos de 5 % de baixo desempenho): atingiu 2,7 % para o desempenho de nível I e 59 % para o desempenho de nível I e II. Não se registaram casos de nível de desempenho baixo (insatisfatório).

O empenho do pessoal foi medido avaliando a percentagem do pessoal que respondeu ao Inquérito de Satisfação do Pessoal. Este IDF chegou aos 81 % em 2016, sendo que a meta era de 80 % ou mais.

Regimes de compensação das horas extraordinárias

De acordo com o n.º 28 do relatório sobre «a quitação pela execução do orçamento das agências da União Europeia para o exercício de 2011: desempenho, gestão financeira e controlo»²³, a Agência tem de comunicar o número de dias de férias concedidos em cada escalão no âmbito dos regimes de flexibilização do horário de trabalho e de compensação das horas extraordinárias.

O regime de flexibilização do horário de trabalho é um padrão de trabalho aplicado por norma na eu-LISA de acordo com a regra de execução relativa ao tempo de trabalho.²⁴ O mandato da Agência de disponibilização dos seus serviços aos Estados-Membros de forma contínua (24 horas por dia, sete dias por semana) implica que parte do trabalho do pessoal seja realizado por turnos ou em regime de disponibilidade permanente. As intervenções nos sistemas informáticos geridos pela Agência exigem, de tempos a tempos, que o trabalho seja realizado fora do horário normal de expediente, inclusive à noite ou durante os feriados. Por conseguinte, a compensação das horas extraordinárias realizadas ao abrigo do regime de flexibilização do horário de trabalho, durante intervenções ao abrigo do regime de disponibilidade permanente ou em projetos específicos, é uma característica inerente ao funcionamento da organização.

O quadro abaixo indica o número de dias de férias concedidos como compensação por horas extraordinárias, discriminados por grupo de funções, escalão e número médio de dias de ausência dos funcionários.

²³ P7_TA(2013) 0134.

²⁴ Decisão da Comissão sobre o tempo de trabalho, de 15 de abril de 2015, C(2014) 2502, adotada pelo Conselho de Administração da eu-LISA em 15 de abril de 2015.

Grupo de funções e escalão	Compensação de horas extraordinárias	Compensação ao abrigo do regime de disponibilidade permanente	Compensação ao abrigo do regime de flexibilização do horário de trabalho
AD 05	1,8	2,1	84,8
AD 06	4,3	9,2	100,6
AD 07	16,3	3,3	147,9
AD 08	1,0	3,0	59,3
AD 09	0,5	0,0	62,5
AD 10	2,0	0,0	9,5
AD 11	0,0	0,0	25,0
AD 12	0,0	0,0	0,0
AD 13	0,0	0,0	0,0
AD 14	0,0	0,0	0,0
AD 15	0,0	0,0	0,0
AD 16	0,0	0,0	0,0
AST 01	0,0	0,0	0,0
AST 02	0,0	0,0	2,0
AST 03	7,5	1,5	13,5
AST 04	1,0	0,0	36,5
AST 05	1,5	0,0	22,0
AST 06	1,0	2,3	41,7
AST 07	0,0	0,0	26,0
AST 08	0,0	0,0	0,0
AST 09	0,0	0,0	0,0
AST 10	0,0	0,0	0,0
AST 11	0,0	0,0	0,0
Número total de dias	36,8	21,5	631,3
Número de pessoas	21,0	17,0	79,0
Número médio de dias de ausência	6,7		
GF III 09	0	0	6,0
GF IV 13	0	0	15,5
GF IV 14	2,0	4,8	74,3
GF IV 16	0	0	3,0
Número total de dias	2,0	4,8	98,8
Número de pessoas	1,0	1,0	16,0
Número médio de dias de ausência	5,9		
PND	0,5	61,5	34,5
Número total de dias	0,5	61,5	34,5
Número de pessoas	1,0	4,0	6,0
Número médio de dias de ausência	5,0		
Número total de dias:	39,3	87,8	764,6
Número total de pessoas:	23,0	22,0	101,0
Média geral	6,48	3,99	7,57

Os valores abaixo indicam o número de dias de compensação por horas extraordinárias (HE) e intervenções ao abrigo do regime de disponibilidade permanente (RDP) e a percentagem correspondente.

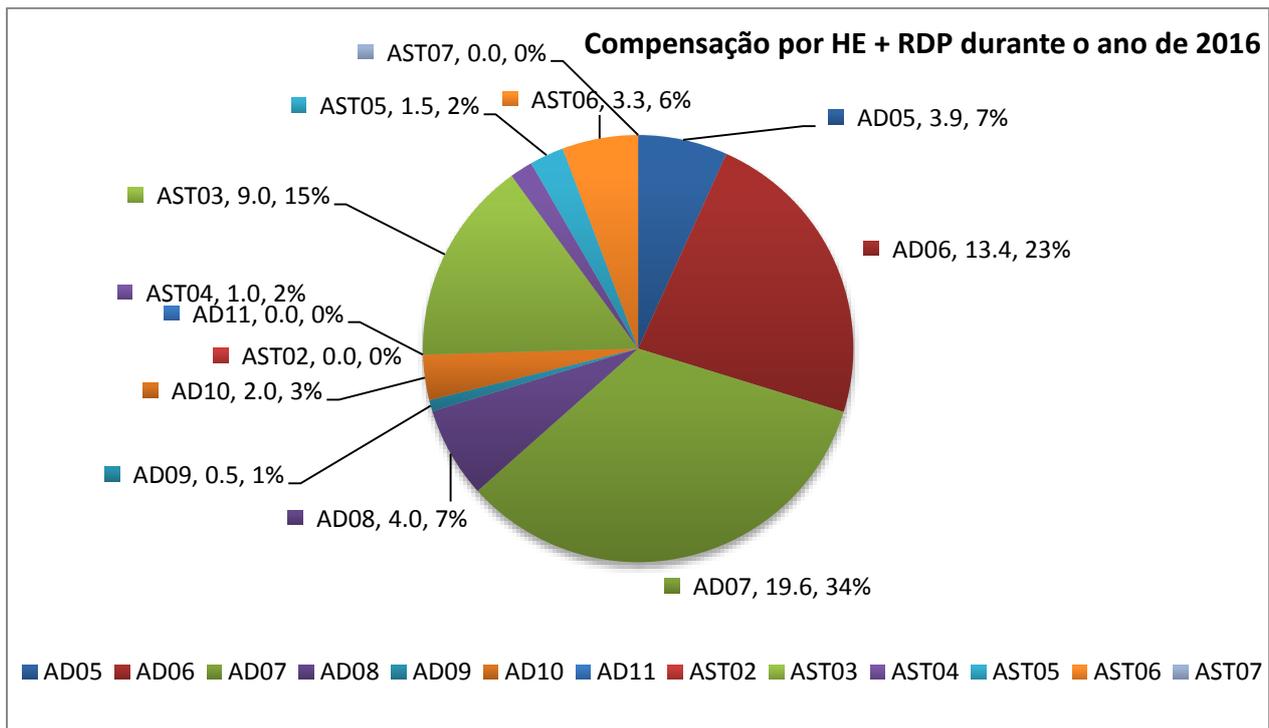


Figura 5: Número de dias e percentagem de compensação por horas extraordinárias (HE) e intervenções ao abrigo do regime de disponibilidade permanente dos agentes temporários discriminados por escalão

AD05	AD05
AD06	AD06
AD07	AD07
AD08	AD08
AD09	AD09
AD10	AD10
AD11	AD11
AST03	AST03
AST04	AST04
AST05	AST05
AST06	AST06
AST07	AST07

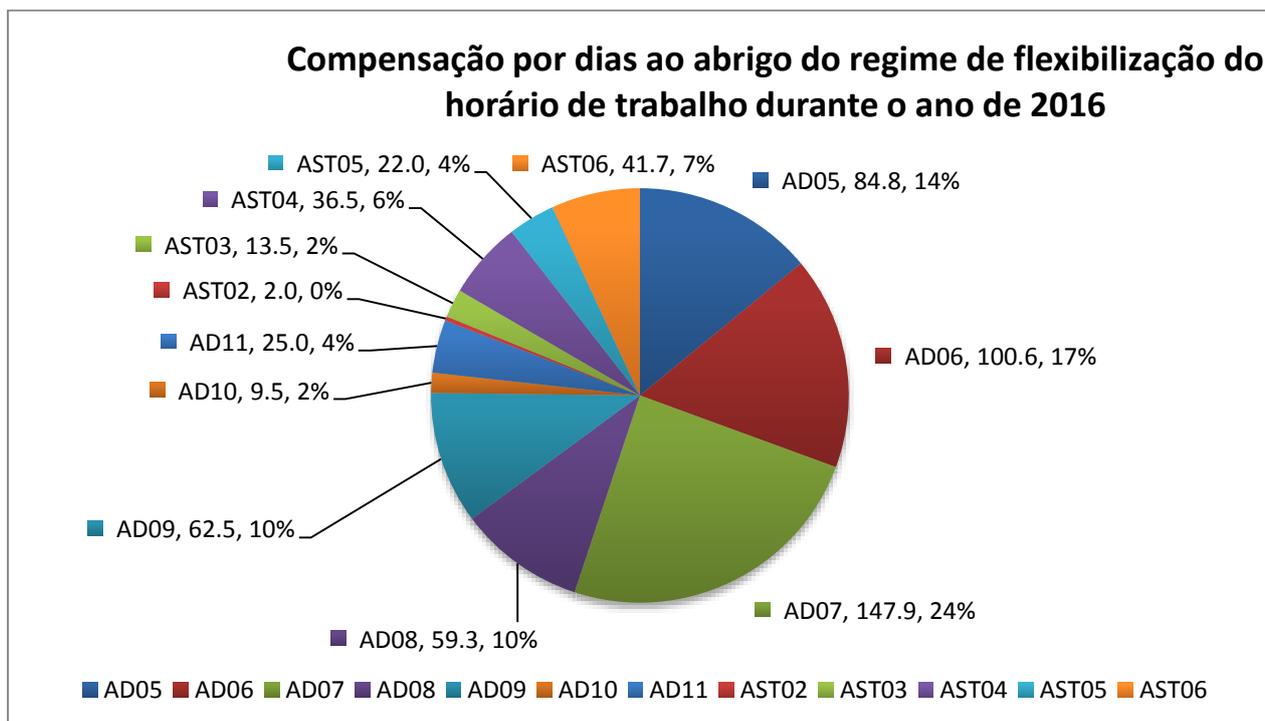


Figura 6: Número de dias e percentagem de compensação por dias ao abrigo do regime de flexibilização do horário de trabalho dos agentes temporários discriminados por escalão em 2016

AD05	AD05
AD06	AD06
AD07	AD07
AD08	AD08
AD09	AD09
AD10	AD10
AD11	AD11
AST03	AST03
AST04	AST04
AST05	AST05
AST06	AST06
AST07	AST07

Descrição dos resultados do exercício de triagem/análise comparativa

A eu-LISA procedeu ao seu terceiro exercício de análise comparativa para identificar o rácio de pessoal administrativo/operacional, a fim de responder às novas exigências do Regulamento Financeiro-Quadro (RFQ), o qual estipula que todas as agências devem realizar anualmente esse exercício para justificar as despesas administrativas de forma mais estruturada e transparente.

O exercício de triagem foi conduzido de acordo com a metodologia acordada pelos Chefes de Administração das Agências Europeias.

A triagem abrangeu todos os lugares da eu-LISA e não apenas os lugares de agentes temporários que constam do Quadro de Pessoal.

Em 2016, a percentagem de lugares administrativos foi ligeiramente inferior em relação a 2015, diminuindo de 17,75 % para 15,91 %.

Ao invés, verificou-se um ligeiro aumento da percentagem de lugares operacionais, de 69,93 % em 2015 para 73,28 % em 2016. Os números de funcionários das diferentes subcategorias de lugares foram os seguintes: os lugares de operacional geral subiram de 49,43 % em 2015 para 60,74 % em 2016; os lugares de gestão de programas diminuíram de 12,1 % em 2015 para 4,53 % em 2016, e os lugares de coordenação operacional de alto nível mantiveram-se idênticos (8,4 % em 2015 contra 8,01 % em 2016).

Esta comparação indica também um ligeiro decréscimo do número e percentagem de lugares neutros, de 12,32 % em 2015 para 10,81 % em 2016. Tal deveu-se sobretudo ao recrutamento de mais agentes contratuais para o Departamento de Operações da eu-LISA, que reduziu a percentagem de lugares neutros e de apoio administrativo, incluindo lugares de coordenação. Além disso, em 2016, o corte no número de funcionários incidiu sobre os lugares de apoio administrativo.

As percentagens de 15,91 % de lugares administrativos e 19,02 % de lugares administrativos e de coordenação, e os lugares neutros e operacionais combinados como proporções do número total de lugares, evidenciam a elevada eficiência do recrutamento de pessoal na eu-LISA.

No entanto, esta evolução teve de ser contrabalançada com a aplicação de um maior rácio de lugares de apoio administrativo ao apoio externo, como se observa na análise comparativa dos prestadores de serviços externos (intramuros). Este equilíbrio continuará a ser necessário enquanto a Agência registar um crescimento do número de pessoal operacional e de projetos que careçam de apoio tecnológico para reduzir a execução e o processamento manuais de tarefas administrativas.

Os resultados da triagem de 2016 são apresentados nos quadros do Anexo IV:

- O primeiro quadro do Anexo IV mostra o Quadro de Pessoal da eu-LISA.
- O segundo mostra os níveis relativamente aos quais os principais lugares identificados pela Comissão Europeia para fins de avaliação comparativa se encontram representados na eu-LISA.
- O terceiro quadro, indicativo, apresenta a comparação dos resultados dos exercícios de análise comparativa realizados em 2015 e 2016, relativamente aos funcionários e aos prestadores de serviços externos (intramuros).

2.5. Avaliação pela Administração

Embora fossem já aplicadas em 2013, as Normas de Controlo Interno (NCI) da Agência (tal como definidas no artigo 30.º, no artigo 44.º, n.º 2, e no artigo 47.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento Financeiro da Agência) foram formalmente adotadas pelo Conselho de Administração, por procedimento escrito, em 15 de junho de 2014. As 16 normas de controlo individuais encontram-se estruturadas em torno de seis grandes áreas: 1) missão e valores; 2) RH; 3) processo de planeamento e de gestão de riscos; 4) operações e atividades de controlo; 5) informação e relatórios financeiros; e 6) avaliação e auditoria. Foi nomeado formalmente pelo Diretor Executivo um Coordenador do Controlo Interno. O sistema de controlo interno da Agência integra a totalidade das 16 NCI adotadas pela eu-

LISA, que configuram o quadro geral do controlo interno e garantem à administração que os objetivos são alcançados, graças à existência de verificações e contraverificações sólidas do ponto de vista financeiro e operacional. Este quadro é monitorizado de forma regular para assegurar a eficácia dos controlos existentes.

Em 2016, a natureza das medidas visou sobretudo obter uma granularidade bem dispersa entre as várias áreas de controlo interno, conforme definido nas normas. A par das atividades de execução de natureza corrente em matéria de controlo interno, tais como as atualizações das declarações de missão das várias entidades da Agência ou os procedimentos de execução relacionados com a gestão de pessoal (por exemplo, exercícios de avaliação e planos de formação individual), o registo de NCI de 2016 incluiu também medidas de reforço da configuração do ano anterior. A título de exemplo, será de referir a atividade, concluída com êxito, de execução de uma proposta inicial/roteiro para a criação de um sistema de gestão da qualidade na eu-LISA.

A gestão e o controlo financeiros da Agência assentam em processos essenciais para as áreas da contratação pública (da avaliação das necessidades até à seleção dos fornecedores, seguidas de uma decisão de adjudicação), da execução orçamental (da autorização financeira ao pagamento, ao acompanhamento dos contratos e às recuperações) e da gestão orçamental, que são a base de uma boa gestão financeira.

No que respeita à verificação *ex ante*, todas as operações são verificadas quanto às suas regularidade, conformidade e boa gestão financeira. No quadro dos circuitos financeiros aplicados na eu-LISA, as funções de verificação e autorização são desempenhadas por diversas pessoas, seguindo as melhores práticas da boa gestão financeira. Uma vez que os controlos *ex post* não são obrigatórios de acordo com o Regulamento Financeiro e não foram identificados como estando em falta durante, por exemplo, a análise de risco da Agência, não foram ainda aplicados na organização.

A eu-LISA instituiu, a partir de 2013, um procedimento e um registo para documentar as exceções e situações de não conformidade. Relativamente a 2016, foram registadas 30 exceções e situações de não conformidade. Além disso, em 2016, não foram detetados na Agência casos de fraude ou de perda de ativos.

2.6. Tarefas de execução orçamental confiadas a outros serviços e entidades

Não Aplicável

2.7. Avaliação dos resultados de auditoria durante o ano de referência

2.7.1. Serviço de Auditoria Interna

Em 2016, o Serviço de Auditoria Interna (SAI) da Comissão Europeia realizou duas auditorias de garantia. Em resposta às constatações e recomendações das auditorias, a Agência, de comum acordo com o SAI, empreendeu vários planos de ação. Os temas e as conclusões das auditorias são apresentados abaixo.

Auditoria sobre as operações de TI da eu-LISA²⁵

A auditoria teve por objetivo avaliar a adequação da conceção e a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno para a gestão operacional dos sistemas informáticos sob a responsabilidade da eu-LISA.

De um modo geral, a auditoria confirmou que a conceção e a aplicação prática dos processos ITSM da eu-LISA garantem de forma eficaz que a eu-LISA opera os sistemas SIS II, VIS e Eurodac de forma a permitir o intercâmbio contínuo e ininterrupto de dados entre as autoridades nacionais que os utilizam.

Embora a auditoria não tenha detetado problemas muito importantes na gestão operacional dos sistemas informáticos, o SAI considera que existe margem para melhorar a eficiência dos processos conexos. O SAI emitiu cinco recomendações, todas classificadas como «Importantes» e relacionadas com melhorias, nomeadamente, processos, tais como a gestão da mudança e o processo de gestão do nível de serviço, incluindo relatórios sobre os indicadores de nível de serviço acordados e os IDF dos processos.

Auditoria sobre planeamento e afetação, avaliação de desempenho e promoção e formação de pessoal na eu-LISA²⁶

A auditoria teve por objetivo avaliar a adequação da conceção e a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno utilizado pela eu-LISA para gerir os seus recursos humanos. De igual modo, a auditoria avaliou a conformidade jurídica e regulamentar da Agência com as disposições específicas do quadro regulamentar aplicável.

O SAI conclui que persistem insuficiências no processo de gestão de recursos humanos da eu-LISA, mais especificamente, elementos que não são inteiramente compatíveis com os aspetos processuais das Normas de Execução e as orientações internas da própria Agência. O SAI assinalou duas constatações como «Muito Importantes» e duas como «Importantes». As constatações «Muito Importantes» prendem-se com os procedimentos de avaliação de desempenho e de promoção, a conformidade com os procedimentos, a manutenção precisa dos processos do pessoal e a gestão e planeamento de RH. Foi elaborado um plano de ação para dar resposta a todas as constatações. O plano foi acordado com o SAI e, aquando da elaboração do presente relatório, estava em curso a sua execução.

2.7.2. Capacidade de Auditoria Interna (CAI)

Em 2016, a Capacidade de Auditoria Interna (CAI) da eu-LISA levou a cabo três auditorias de garantia, cujos temas e conclusões são apresentados a seguir.

Auditoria sobre a conceção do sistema de controlo interno do Acordo de Delegação do projeto «Fronteiras Inteligentes»²⁷

A auditoria visou proceder a uma avaliação independente e apresentar ao Diretor Executivo e ao Conselho de Administração um parecer de auditoria sobre a adequação do desenho do sistema de controlo interno que a Agência implantara para executar as tarefas necessárias à realização da fase de testes do Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes».

²⁵ Relatório final da auditoria sobre as operações de TI da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (Ares (2016)3501586 — 15/07/2017).

²⁶ Relatório final da auditoria sobre planeamento e afetação, avaliação de desempenho e promoção e formação de pessoal na eu-LISA (Ares (2016)7043332 — 19/12/2016).

²⁷ Relatório final da auditoria sobre a conceção do sistema de controlo interno do Acordo de Delegação do projeto «Fronteiras Inteligentes (CAI/06/2016).

Com base nos resultados da auditoria, e conforme descrito acima sobre o objetivo e o âmbito, o CAI entendeu que o desenho do sistema de controlo interno criado pela eu-LISA para a execução do acordo de delegação era adequado em 23 de maio de 2016.

Auditoria sobre o projeto de reconstrução em Estrasburgo²⁸

A auditoria teve por objetivo efetuar uma avaliação e apresentar ao Diretor Executivo, bem como ao Conselho de Administração, uma garantia independente da eficiência e eficácia dos controlos internos aplicados na execução do projeto de reconstrução em Estrasburgo.

A ausência dos documentos necessários do projeto (ou seja, do plano e do relatório de progresso do projeto) impediu a CAI de garantir de forma razoável a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno criado para este projeto. Contudo, com base na análise dos dados contratuais e financeiros existentes nos circuitos financeiros da Agência relacionados com a execução do contrato de reconstrução, a CAI constatou uma reduzida taxa de avanço dos trabalhos (ou seja, 9 %) em 30 de junho de 2016 (ou seja, a meio do calendário do projeto). A CAI emitiu uma recomendação de auditoria classificada como «Muito Importante» e duas classificadas como «Importantes». A constatação «Muito Importante» respeita ao projeto e à organização de gestão do contrato criada. Foi elaborado um plano de ação para dar resposta a todas as constatações.

Relatório final da auditoria sobre a gestão de projetos de TI²⁹

O objetivo consistia em efetuar uma avaliação e dar ao Diretor Executivo e ao Conselho de Administração uma garantia independente da adequação e eficácia do processo de gestão de projetos de TI.

A CAI confirma a implantação inicial do processo de gestão de projetos e os planos de melhoria anunciados em outubro de 2014. No entanto, a CAI considera que o processo de gestão de projetos necessita urgentemente de uma revisão e melhorias. A revisão deve considerar, entre outros aspetos, uma apropriação adequada, o recrutamento de pessoal, as ferramentas, o apoio e a supervisão. A CAI formulou duas recomendações «Muito Importantes», relacionadas com a conclusão, manutenção e melhoria contínua do processo de gestão de projetos, a estimativa de custos dos projetos e a negociação dos preços com os contratantes. À data da elaboração do presente relatório, fora elaborado um plano de ação, então em fase de análise pelas partes interessadas internas relevantes.

2.7.3. Tribunal de Contas Europeu

Em 2016, o Tribunal de Contas Europeu realizou a habitual auditoria das contas anuais da eu-LISA relativas ao exercício de 2015.³⁰ O Tribunal auditou:

- 1) As contas anuais da Agência, que são constituídas pelas demonstrações financeiras³¹ e pelos mapas sobre a execução do orçamento³² relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- 2) A legalidade e regularidade das operações subjacentes a essas contas.

De acordo com o parecer do Tribunal, as contas anuais da Agência refletem fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a sua situação financeira em 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados das suas

²⁸ Relatório final da auditoria sobre o projeto de reconstrução em Estrasburgo (CAI/11/2016).

²⁹ Relatório final da auditoria sobre a gestão de projetos de TI (CAI/02/2017).

³⁰ Relatório sobre as contas anuais da Agência Europeia para a Gestão Operacional dos Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA) relativas ao exercício de 2015, acompanhado da resposta da Agência.

³¹ Incluem o balanço e a demonstração de resultados financeiros, o mapa dos fluxos de caixa, a demonstração de variações do ativo líquido e uma síntese das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

³² Entre estas, a conta de resultados da execução orçamental e o anexo à mesma.

operações e fluxos de caixa relativos a esse exercício, em conformidade com as disposições dos regulamentos financeiros aplicáveis e com as regras contabilísticas adotadas pelo contabilista da Comissão Europeia.

No parecer do Tribunal, as operações subjacentes às contas anuais relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

O Tribunal formulou cinco observações que **não põem em causa os pareceres supra**. Essas observações diziam respeito:

- À conclusão de um CQ, sem especificar em pormenor os serviços necessários;
- A um CQ de prestação de serviços de formação que não especifica que os serviços contratados devem estar em conformidade com o disposto nas regras financeiras da Agência em matéria de contratação pública;
- A um convite à manifestação de interesse e à pré-seleção de candidatos para participação num procedimento por negociação num valor estimado de 20 milhões de euros, os quais ocorreram sem uma delegação formal por parte do Gestor Orçamental;
- Às dotações de autorização transitadas sob o Título II do orçamento, que correspondiam a 9 milhões de euros, ou 50 % do total de dotações de autorização (em 2014, este valor tinha sido de 15 milhões de euros, ou 87 %); estas transições respeitam maioritariamente a um grande contrato para a ampliação do edifício de Estrasburgo (4,6 milhões), bem como a serviços prestados no âmbito de contratos plurianuais;
- Aos países associados de Schengen que ainda não tinham contribuído para as atividades (salários e outras despesas administrativas) sob os Títulos I e II do orçamento da Agência.

Todas as constatações tiveram resposta por parte da Agência. Importa também referir que a resolução de algumas das constatações está fora do controlo da eu-LISA.

2.8. Seguimento das recomendações e planos de ação para auditorias

A Capacidade de Auditoria Interna (CAI) da Agência acompanha e segue regularmente a situação dos planos de ação da eu-LISA executados na sequência das várias recomendações de auditoria.

Estas incluem todas as recomendações de auditoria pendentes de 31 de dezembro de 2016 classificadas como «Essenciais» ou «Muito Importantes» e formuladas pelos seguintes auditores:

- Serviço de Auditoria Interna da Comissão Europeia;
- Capacidade de Auditoria Interna da eu-LISA;
- Tribunal de Contas Europeu.

O relatório apresenta os resultados do acompanhamento (situação dos planos de ação declarada pela administração e pelos responsáveis pelas ações) e os resultados do seguimento dos auditores. A fim de confirmarem o encerramento (no título «Encerradas» do quadro de síntese abaixo), o SAI e a CAI realizaram o seguimento anual dos planos de ação correspondentes a recomendações declaradas como «Implementadas» (avaliação pelo auditor dos elementos comprovativos apresentados e recolhidos).

Em 31 de dezembro de 2016, a Agência tinha 22 recomendações de auditoria classificadas como «Muito Importantes», das quais 10 foram formuladas recentemente³³ e aparecem assinaladas abaixo como «Novas». Não havia recomendações «Essenciais» pendentes.

O SAI seguiu³⁴ e encerrou quatro recomendações «Muito Importantes» resultantes do reexame limitado do SAI da aplicação das normas de controlo interno na eu-LISA em 2015. Continua pendente uma recomendação «Muito Importante». A respetiva ação corretiva está em curso, mas a conclusão integral deverá ocorrer no final de 2017, e não, como inicialmente previsto, em novembro de 2015.

A CAI seguiu³⁵ e encerrou uma recomendação «Muito Importante»³⁶ resultante da auditoria à gestão de contratos efetuada pela CAI. Continua pendente uma recomendação «Muito Importante»³⁷, cujo prazo foi prorrogado de 30 de junho de 2016 para 30 de junho de 2017. Outra recomendação «Muito Importante»³⁸ permanece pendente com um novo período de acompanhamento.

O TCE seguiu³⁹ as observações formuladas nos anos anteriores, sendo que três recomendações «Muito Importantes»⁴⁰ foram encerradas (ou não eram aplicáveis). Apesar de declarada «Implementada» pela Administração da eu-LISA, uma recomendação «Muito Importante»⁴¹ continua em curso.

Quadro de síntese

Recomendações do SAI, CAI e TCE por classificação	Total	Novas	Implementadas	Em curso	Encerradas	Atrasadas
Essenciais ^a	0	0	0	0	0	0
Muito importantes ^b	22	10	9	0	8	3
Total	22	10	9	0	8	3

^aEssencial: debilidade de base no processo auditado que é prejudicial ao nível da entidade.

^bMuito importante: debilidade de base no processo auditado que é prejudicial para todo o processo.

Nota: Para efeitos de acompanhamento, todas as recomendações do TCE são classificadas como «Muito Importantes».

Chave de leitura dos títulos na tabela acima:

Fundida: o Auditor fundiu a recomendação com uma semelhante.

Encerrada: o Auditor encerrou formalmente a questão.

Implementada: trata-se de uma afirmação do responsável pela recomendação. A questão está pronta para seguimento pelo Auditor com vista ao encerramento.

Em curso: a aplicação prossegue de acordo com o previsto. Prazo não previsto ou novo plano de ação/prazo acordado com o Auditor.

Atrasada: a recomendação não foi aplicada no prazo acordado.

³³ Em 17 de janeiro de 2017, na sequência da auditoria sobre o processo de gestão de projetos de TI, realizada pela CAI em 2016, foram emitidas duas recomendações de auditoria «Muito Importantes».

³⁴ Nota relativa à auditoria de seguimento do SAI sobre as recomendações pendentes resultantes do reexame limitado do SAI da aplicação das normas de controlo interno na eu-LISA (Ares(2017)444132 — 27/01/2017).

³⁵ Memorando da CAI sobre os resultados das atividades de seguimento (CAI/05/2017).

³⁶ Rec. n.º 2015100925: 1.2.2 Governação dos contratos.

³⁷ Rec. n.º 2015100924: 1.2.1 — Definição e organização da gestão de contratos.

³⁸ Rec. n.º 201404295: A Agência, com base no resultado de uma avaliação de riscos incluindo a avaliação de riscos de fraude, deve aplicar, sem demora, um procedimento em matéria de exceções que assegure que todas as situações de sobreposição de controlos ou desvios relativamente aos processos e procedimentos estabelecidos sejam documentadas em relatórios de exceções, fundamentadas, devidamente aprovadas antes do início da ação e inscritas num registo especial.

³⁹ Relatório sobre as contas anuais da Agência Europeia para a Gestão Operacional dos Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA) relativas ao exercício de 2015, acompanhado da resposta da Agência.

⁴⁰ Rec. n.º 201410307: 14: Controlos internos, rec. n.º 2015103029: 12: Gestão orçamental e rec. n.º 2015103030: 13: Gestão orçamental.

⁴¹ Rec. n.º 201410308: Contribuição dos países associados. De acordo com o Regulamento que cria a Agência, os países associados à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen, bem como às medidas relativas ao Eurodac, devem contribuir para o orçamento da Agência. Embora os países associados de Schengen estivessem a utilizar os sistemas geridos pela Agência, em 2013, as negociações da Comissão estavam ainda em curso.

Nova: estão a ser preparados planos de ação ou a sua aplicação acaba de ter início no caso de recomendações emitidas no prazo de seis meses a contar da data de referência.

2.9. Seguimento dado às observações da autoridade de quitação

À data da elaboração do presente relatório, o processo de quitação relativo a 2015 tinha sido concluído, estando em curso o relativo a 2016. O quadro abaixo fornece informações relativas às ações executadas pela Agência para responder às observações da autoridade de quitação no que se refere a 2015.

Domínio	Comentário	Atualização da eu-LISA
Fiabilidade das contas	Congratula-se com as conclusões do Tribunal de Contas no sentido de que as contas anuais da eu-LISA refletem fielmente a sua situação financeira em 31 de dezembro de 2015 e de que as suas operações são legais e regulares	
Orçamento e gestão financeira	Congratula-se com as melhorias registadas no que diz respeito ao planeamento e ao controlo orçamentais; observa que a taxa de execução do orçamento foi superior a 99 %, tanto para as dotações de autorização e como para as de pagamento	
Procedimentos de aquisições e recrutamento	Lamenta que a Agência tenha externalizado a prestação de serviços de formação não operacional a terceiros sem garantir que estes agiam em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro da União; lamenta que tenha sido realizado um convite à manifestação de interesse para participação num procedimento por negociação sem delegação formal do gestor orçamental; lamenta que a Agência tenha participado em negociações e acordos contratuais com um único contratante sem definir precisamente os serviços solicitados; reconhece que a Agência agiu em conformidade com as disposições do seu regulamento financeiro; solicita, porém, que, atendendo aos elevados montantes envolvidos no desenvolvimento e manutenção de sistemas JAI e aos riscos associados, a Agência continue a assegurar o cumprimento do Regulamento Financeiro da União	<p>Não houve qualquer convite à manifestação de interesse sem delegação formal do gestor orçamental. O procedimento referido consistiu numa análise prévia do mercado. Todas as atividades de contratação pública decorreram em conformidade com o Regulamento Financeiro.</p> <p>A Agência celebrou um contrato-quadro (CQ) para prestação de serviços relacionados com a formação. Não houve quaisquer negociações diretas, porquanto o objeto do contrato é diferente. A Agência carece de pessoal para ministrar a formação necessária, pelo que recorre a um contratante para analisar o mercado com base em pedidos específicos e encontrar a solução mais adequada.</p>
	Congratula-se com os esforços realizados para adaptar os sistemas JAI à evolução das prioridades políticas e aos acontecimentos imprevistos ao longo do ano; reconhece a importância crescente da Agência para o funcionamento do espaço Schengen; insta a Agência a acompanhar de perto os seus recursos humanos e financeiros e, se necessário, a apresentar pedidos atempados e justificados de ajustamento	A comparação dos recursos humanos disponíveis com as tarefas que foram atribuídas à Agência permite concluir que esta tem falta de pessoal. Por conseguinte, a eu-LISA irá solicitar lugares adicionais de agentes contratuais (AC) para 2018 e espera que o Parlamento Europeu acolha favoravelmente este pedido.

Governança institucional	Exorta a Agência a desenvolver indicadores de desempenho fundamentais (IDF) adequados que reflitam melhor os efeitos e o impacto das suas ações na manutenção da segurança na UE, no controlo das fronteiras externas da UE e na gestão dos fluxos migratórios	Neste momento, a Agência está a finalizar a revisão do conjunto de indicadores de desempenho empresarial. O conjunto revisto deverá ser adotado pelo Conselho de Administração em 2017.
--------------------------	--	---

Parte II (b). Avaliações externas

À data da elaboração do presente relatório (janeiro de 2017), está em curso uma avaliação externa da Agência, em conformidade com o artigo 31.º do Regulamento (UE) n.º 1077/2011.

A avaliação analisou a forma como a eu-LISA executou o seu mandato, nos termos do regulamento que a cria, incidindo sobre quatro aspetos: eficiência, eficácia, valor acrescentado e coerência. De igual modo, analisou o contributo da Agência para a criação de um ambiente coordenado, eficaz e coerente para a gestão dos sistemas informáticos de grande escala que apoiam a aplicação das políticas no domínio da JAI.

A avaliação foi bem-sucedida, tendo concluído que a Agência executa o seu mandato de forma eficaz. A avaliação propõe igualmente formas específicas de melhorar as operações da Agência e identifica possíveis oportunidades de alargamento do seu mandato.

Do relatório destaca-se que a avaliação constatou o seguinte:

- De um modo geral, a Agência alcançou o seu objetivo de garantir com eficácia a gestão operacional dos três sistemas informáticos que lhe estão confiados.
- Embora estejam ainda em evolução, a estrutura organizativa e os processos internos estão adequadamente estruturados e descritos. A Agência foi capaz de encontrar soluções para realizar as tarefas que lhe estão atribuídas. Tal foi particularmente notório nos casos de estudo de certos projetos (por exemplo, os estudos do Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes» e dos Serviços Comuns Partilhados).
- Globalmente, a Agência conseguiu respeitar a repartição clara de funções e responsabilidades ao nível da UE e a nível nacional, no que se refere à sua atividade principal de gestão de sistemas informáticos de grande escala.
- Em geral, as atividades da eu-LISA estão devidamente sintonizadas com os quadros e estratégias pertinentes no domínio da JAI.
- A Agência formulou uma estratégia de cooperação coerente para atuar de forma estruturada com diversas partes interessadas, através da adoção da sua estratégia de gestão das partes interessadas.
- O estabelecimento de uma única autoridade de gestão para assumir a gestão operacional dos três sistemas informáticos cria naturalmente um elevado nível de valor acrescentado, conquanto a Agência desempenhe de forma eficiente e eficaz as suas funções. Assim, a maximização do valor acrescentado da eu-LISA depende, logicamente em grande medida da sua capacidade para desempenhar as suas funções principais de forma eficiente e eficaz.
- Em termos gerais, a avaliação registou opiniões positivas sobre o nível de envolvimento e comunicação com as partes interessadas a nível nacional.

Parte III. Avaliação da eficácia dos sistemas de controlo interno

3.1. Gestão de riscos

A Agência segue um quadro abrangente de gestão de riscos que inclui, com uma periodicidade anual, a recolha, avaliação e priorização dos riscos, e ainda a realização de um *workshop* dedicado à gestão dos riscos da Agência no quarto trimestre de cada ano. Nesse *workshop*, são identificados os responsáveis pelos riscos, bem como as estratégias e respostas para os combater. Os resultados são documentados no plano anual de resposta aos riscos da Agência, o qual é válido até ao *workshop* sobre gestão de riscos da Agência do ano seguinte e também define os pormenores do intercâmbio para monitorização dos riscos entre os responsáveis pelos riscos e o responsável pela governação e gestão dos riscos da Agência.

Relativamente a 2016, foram identificados, no total, seis riscos da Agência, os quais foram tratados no âmbito do plano de resposta aos riscos da eu-LISA. Os riscos respeitavam aos possíveis efeitos da falta de recursos e ferramentas para uma gestão eficiente e eficaz do ciclo de vida dos sistemas de extremo a extremo; às restrições a curto e médio prazo que afetam negativamente a execução da estratégia em matéria de tecnologia da eu-LISA; ao aumento do pessoal externo, que carecia de uma integração e controlo eficientes, e podia evoluir para uma solução a longo prazo; à complexidade e escala dos contratos dos sistemas principais da atividade, que afetam a eficácia da execução orçamental; ao ambiente dinâmico e complexo, suscetível de colocar desafios à Agência no cumprimento da sua missão.

Foram definidas, juntamente com os responsáveis pelos riscos referidos, quinze medidas individuais para os combater, das quais onze já tinham sido executadas no final do ano com o fito de atenuar de forma suficiente os riscos identificados e o seu impacto na organização. No intuito de minimizar os riscos de fraude, foram elaborados, atualizados, comunicados e disponibilizados ao pessoal procedimentos pertinentes sobre o enquadramento ético da Agência. É organizada formação numa base anual para consciencializar o pessoal da Agência. Para saber mais pormenores sobre os seis riscos da Agência, consultar o Anexo VII.

3.2. Cumprimento e eficácia das Normas de Controlo Interno

As 16 NCI da eu-LISA foram aplicadas e integradas de forma equilibrada nas tarefas decorrentes do PTA da Agência para 2016. Em 2016, as 16 NCI foram especificadas de forma mais pormenorizada em 126 medidas de controlo interno individuais, atribuídas a determinados funcionários competentes da organização. Tendo em conta as medidas tomadas em 2016 para obter e manter a conformidade com as NCI da Agência, pode-se afirmar que o controlo interno está suficientemente estabelecido na eu-LISA. Foram executadas diversas ações, demonstrativas dos esforços da eu-LISA no sentido da aplicação e da busca da boa governação. Relativamente a 2017, o alcance e âmbito das medidas de conformidade serão atualizados com base nos pareceres do Gestor Orçamental, bem como nas constatações relativas aos resultados das reuniões conjuntas entre o coordenador do controlo interno e os gestores e funcionários da eu-LISA com funções relacionadas com as NCI.

Foi instituída a função de coordenador do controlo interno (tutelada pelo chefe do Setor de Governação da Agência) para apoiar a aplicação eficiente e eficaz das NCI na eu-LISA, com a criação de um ponto focal para a prestação de informações e sensibilização, bem como de uma capacidade de monitorização e elaboração de relatórios. Com base nos exercícios trimestrais de monitorização realizados com os gestores e os funcionários com funções relacionadas com as NCI, o coordenador do controlo interno reportou continuamente, em 2016, ao Diretor Executivo sobre a situação e a evolução da conformidade com as NCI na eu-LISA. A fim de facilitar ainda mais os esforços da Agência com vista à criação de um sistema eficiente e eficaz de controlo interno, o coordenador do controlo interno realizou,

em 2016, um exercício de priorização, do qual resultaram propostas de atualização, em 2017, das medidas de aplicação das NCI.

Além disso, o coordenador do controlo interno avaliou a eficiência e eficácia gerais do sistema de controlo interno. Para esse efeito, consultou o registo das NCI da eu-LISA (que documenta o estado de aplicação de cada medida relacionada com a aplicação das NCI na Agência) para obter os dados necessários, que foram depois resumidos e transmitidos sob a forma de relatório ao Conselho de Administração da eu-LISA para informação. Para informações mais pormenorizadas sobre a aplicação das NCI, consultar o Anexo VII.

Parte IV. Garantia da administração

4.1. Análise dos elementos que subjazem à garantia

Os elementos essenciais da garantia subjazem à garantia razoável dada pelo Gestor Orçamental na sua declaração de fiabilidade relativa ao relatório anual de atividades. Os referidos elementos são resumidos abaixo.

Elemento essencial 1: Avaliação pela Administração

Avaliação pela Administração

A Administração da Agência tem uma confiança razoável na existência, em geral, de controlos adequados e do seu funcionamento como previsto. Os riscos são monitorizados e atenuados, e são realizados os reforços e melhorias necessários.

Além disso, a Administração reconhece a necessidade de a Agência manter um elevado nível de eficiência no contexto do seu controlo interno e avaliar e reforçar constantemente os controlos internos existentes, a fim de alcançar e, subsequentemente, manter o cabal cumprimento dos requisitos das 16 NCI adotadas para assegurar a realização dos objetivos do seu PTA.

Registo de exceções

A Agência dispõe de um procedimento para o registo de exceções desde 2013. No início de 2015, foi adotado um procedimento formal para o registo e gestão de exceções. O seu objetivo global consiste em estabelecer mecanismos adequados para assegurar que as circunstâncias excecionais de importância significativa de sobreposição de controlos ou desvios relativamente ao quadro regulamentar definido sejam devidamente explicadas, registadas e comunicadas de acordo com o princípio da transparência. Todas as exceções devem ser documentadas, justificadas e aprovadas ao nível adequado antes de ser tomada qualquer medida.

Em 2016, foram registados 30 exceções e casos de incumprimento dos procedimentos estabelecidos. O Gestor Orçamental determinou que tais exceções ou casos de incumprimento não exigem uma reserva formal na declaração de fiabilidade com base na materialidade.

Elemento essencial 2: Resultados da auditoria externa

Parecer do SAI

Relatório final da auditoria sobre as operações de TI da eu-LISA

De um modo geral, a auditoria confirmou que a conceção e a aplicação prática dos processos ITSM garantem de forma eficaz que a eu-LISA opera os sistemas SIS II, VIS e Eurodac de forma a permitir o intercâmbio contínuo e ininterrupto de dados entre as autoridades nacionais que os utilizam. Embora a auditoria não tenha detetado problemas muito importantes na gestão operacional dos sistemas informáticos, o SAI considera que existe margem para melhorar a eficiência dos processos conexos. Estes são descritos em pormenor no corpo do relatório.

Relatório final da auditoria sobre planeamento e afetação, avaliação de desempenho e promoção e formação de pessoal na eu-LISA

Em conformidade com os regulamentos, a Agência concluiu com êxito os seus procedimentos de avaliação do desempenho e promoção nos anos que foram objeto da auditoria (2014 e 2015). O SAI reconhece que a eu-LISA lançou projetos destinados a reforçar os controlos da gestão de RH, incluindo o desenvolvimento de uma ferramenta de TI para a gestão integrada dos RH. Além disso, em 2016, a Agência adotou uma abrangente ERH que articula os

seus objetivos estratégicos para o período de 2014-2020 com os objetivos específicos da Unidade de Recursos Humanos e Formação (URHF). A sua execução será analisada no terceiro trimestre de 2017. No entanto, o SAI conclui que persistem insuficiências no processo de gestão de RH da eu-LISA, mais especificamente, existem elementos que não são inteiramente compatíveis com aspetos processuais das Normas de Execução e as orientações internas da própria Agência. Neste contexto, o SAI formulou duas constatações «Muito Importantes».

A Agência enferma de uma série de insuficiências nos seus sistemas de avaliação do desempenho e de promoção (constatação n.º 1), nomeadamente o incumprimento dos prazos previstos, a não conformidade parcial do processo de avaliação e promoção com os procedimentos obrigatórios, o papel ambíguo do Comité Paritário de Promoção tal como atualmente constituído e a necessidade de transparência nas comunicações com o pessoal e de melhorias na qualidade das próprias avaliações de desempenho.

A Agência não dispõe de um lugar de Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Formação (URHF) (ou seja, de um gestor de RH responsável pelas matérias neste domínio) desde março de 2016 (constatação n.º 2). O Chefe do Departamento de Recursos e Administração (DRA) (o departamento que inclui a URHF e duas outras unidades) assumiu também a responsabilidade direta pela direção da URHF desde essa data. O SAI observa que esta situação foi temporariamente inevitável. No entanto, considera que os importantes desafios existentes na área da gestão de RH obrigam a que este lugar seja restabelecido e preenchido assim que possível. Estão em curso vários projetos na área dos RH que deverão contribuir significativamente para uma gestão e um planeamento eficazes dos RH, sendo que tais projetos exigem os conhecimentos e a supervisão de um quadro superior exclusivo na área dos RH.

A conclusão acima enunciada foi acompanhada pela identificação dos riscos seguintes, suscetíveis de afetar a consecução dos objetivos do processo auditado:

- Procedimento de avaliação do desempenho e promoção — classificação do risco: «Alto»;
- Gestão e Planeamento de RH — classificação do risco: «Alto».

Parecer do TCE (relatório de auditoria sobre as contas de 2015)

Parecer sobre a fiabilidade das contas:

De acordo com o parecer do Tribunal, as contas anuais da Agência refletem fielmente, em todos os aspetos materialmente relevantes, a sua situação financeira em 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados das suas operações e fluxos de caixa relativos ao exercício encerrado nessa data, em conformidade com as disposições dos regulamentos financeiros aplicáveis e com as regras contabilísticas adotadas pelo contabilista da Comissão.

Parecer sobre a legalidade e regularidade das operações subjacentes às contas

No parecer do Tribunal, as operações subjacentes às contas anuais relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 são, em todos os aspetos materialmente relevantes, legais e regulares.

Elemento essencial 3: Seguimento dado às reservas manifestadas nos períodos de referência anteriores

A declaração de fiabilidade do Gestor Orçamental constante do Relatório Anual de Atividades de 2015 não continha quaisquer reservas.

Conclusão

Com base no exposto nas partes II e III supra, é possível concluir que não existem insuficiências significativas nos controlos internos suscetíveis de ter impacto na declaração de fiabilidade.

4.2. Reservas (se aplicável)

Tendo em conta as informações supra, o Gestor Orçamental não emitiu qualquer reserva.

4.3. Conclusões gerais sobre a fiabilidade

Eu, abaixo assinado, Diretor Executivo da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA),

Na minha qualidade de Gestor Orçamental,

Declaro que as informações contidas no presente relatório apresentam uma imagem verdadeira e fiel da situação.

Declaro dispor de garantias razoáveis de que os recursos afetados às atividades descritas no presente relatório foram utilizados para os fins previstos e de acordo com os princípios da boa gestão financeira, e de que os procedimentos de controlo realizados dão as garantias necessárias em matéria de legalidade e regularidade das operações subjacentes.

Esta garantia razoável baseia-se no meu próprio julgamento e nas informações de que disponho, nomeadamente os resultados da autoavaliação, os controlos *ex post*, o trabalho do Serviço de Auditoria Interna, o trabalho da Capacidade de Auditoria Interna e as recomendações formuladas nos relatórios do Tribunal de Contas.

Confirmo não ter conhecimento de qualquer facto não mencionado no relatório que possa prejudicar os interesses da eu-LISA.

Taline,.....

..... (assinatura)

Krum GARKOV

ANEXOS

Anexo I. Indicadores de desempenho empresarial

Em 2015, o Conselho de Administração da eu-LISA adotou um conjunto de indicadores de desempenho empresarial. A primeira medição destes indicadores foi parcialmente realizada no final do quarto trimestre de 2016 e no início do primeiro trimestre de 2017. Decorrem ainda discussões entre as partes interessadas e a eu-LISA, pelo que o conjunto completo de metas para os indicadores de desempenho empresarial estava ainda por acordar com o Conselho aquando da elaboração do presente relatório. A eu-LISA está neste momento a trabalhar para que se alcance um acordo sobre todas as metas para os indicadores. O conjunto atualizado de indicadores deverá ser adotado pelo Conselho de Administração em 2017.

O Relatório Anual de Atividades de 2016 abrange os IDF (com metas) adotados pelo Conselho de Administração. As metas dos IDF ainda em discussão não estão representadas no quadro abaixo.

IDF	Indicador de desempenho empresarial	Meta ^a	Real ^b
1	Segurança: número de insuficiências graves identificadas nos testes de segurança	0	958
2	Segurança: percentagem de riscos de segurança identificados tratados pelos controlos de garantia de segurança	100 %	100 %
3	Eurodac: disponibilidade do sistema central	99,99 %	99,83 %
4	Eurodac: tempo de resposta do sistema central	99,45 %	99,99 %
5	Disponibilidade da rede de área alargada (WAN) (para os sistemas SIS II e VIS)	99,99 %	100 %
6	SIS II: disponibilidade do sistema central	99,99 %	99,83 %
7	SIS II: tempo de resposta do sistema central	99,50 %	99,88 %
8	VIS: disponibilidade do sistema central	99,99 %	99,48 %
9	VIS: tempo de resposta do sistema central	100 %	98,64 %
10	Taxa de anulação das dotações de pagamento transitadas	< 5 %	3,33 %
11	Taxa (%) de execução orçamental das autorizações	95-99 %	97,90 %
12	Taxa (%) de execução dos pagamentos	> 95 %	97,58 %
13	Rácio dos custos de investimento /manutenção comparados com o custo global dos sistemas geridos pela Agência; não deve ser medido como proposto, mas sim suprimido de acordo com o pedido de alteração dos IDF dirigido ao Conselho de Administração		
14	RH: rácio (%) dos recursos administrativos comparados com os recursos operacionais	Administrativos: 20 %	15,91 %
		Operacionais: 70 %	73,28 %
15	Rácio (%) de pagamentos efetuados dentro dos prazos regulamentares	90-100 %	93,20 %
16	Superfície média de espaço de escritórios por ETI (em m ²)	10 m ²	7,9 m ²
17	Satisfação dos participantes externos dos cursos de formação da eu-LISA	> 3	4,45
18	Cumprimento do PCA da Agência	0,5-1,5	0,44
19	Gestão de projetos de contratação pública: % dos principais projetos de contratação pública dentro dos prazos estabelecidos	> 60 %	97 %

20	Grau de satisfação do cliente: % de utilizadores dos EM satisfeitos ou muito satisfeitos com a generalidade do serviço prestado pelo <i>Service Desk</i> da eu-LISA	> 80 %	94,45 %
21	Rácio (%) de atividades definidas no Programa de Trabalho Anual realizadas ou dentro dos prazos estabelecidos	90 %	91,2 %
22	Desempenho do <i>helpdesk</i> de sistemas dos Estados-Membros	> 80 %	90 %
23	Gestão de projetos: avaliação dos projetos concluídos em comparação com os parâmetros definidos em termos de qualidade/custo/tempo	< 10	0
24	Percentagem de recomendações de auditorias aplicadas dentro dos prazos estipulados	80-100 %	75 %
25	RH: percentagem de dias de falta ao trabalho justificados e injustificados durante o período de referência	< 25 %	23 %
26	RH: taxa de rotatividade anual do pessoal	≤ 5 %	7,64 %
27	RH: índice de desempenho do pessoal	Avaliações concluídas: 100 %	100 %
		Baixo desempenho: < 5 %	0 %
		Alto desempenho: > 10 %	59 %
28	RH: nível de empenho do pessoal	≥ 80 %	81 %
29	Comunicação externa: visibilidade da eu-LISA na Internet	Visitantes únicos: em aberto	81 005
		Duração média das visitas: em aberto	4 min. e 54 seg.
		Taxa de rejeição (saída do sítio após visita de uma só página): em aberto	37 %
		Ações por visita (média): em aberto	3,7

^aA meta da disponibilidade dos sistemas não está definida com precisão nos instrumentos jurídicos que regem os sistemas. A Agência estabeleceu a meta de 99,99 % pelo facto de os sistemas por si geridos serem definidos como sistemas de alta disponibilidade.

^bA disponibilidade real inclui o tempo de alternância e retorno, em caso de manutenção prevista.

ETI, equivalente a tempo inteiro; PCA, Plano de Contratos e Aquisições.

Anexo II. Estatísticas relativas à gestão financeira

1. Orçamento inicial, transferências e orçamentos retificativos

O quadro seguinte resume, por capítulo, as transferências orçamentais internas efetuadas pela Agência para fundos C1 em 2016. Não foi necessário qualquer orçamento retificativo.

Capítulo orçamental	Dotações de autorização				Dotações de pagamento			
	Orçamento inicial	Transferências	Orçamento retificativo	Orçamento definitivo	Orçamento inicial	Transferências	Orçamento retificativo	Orçamento definitivo
TÍTULO 1 - DESPESAS COM PESSOAL	15 241 848,00	-1 041 661,95		14 200 186,05	15 241 848,00	-1 041 661,95		14 200 186,05
A-11 Salários e subsídios	13 860 848,00	-1 230 214,66		12 630 633,34	13 860 848,00	-1 230 214,66		12 630 633,34
A-12 Despesas de recrutamento	35 000,00	42 386,49		77 386,49	35 000,00	42 386,49		77 386,49
A-13 Despesas de deslocação em serviço	300 000,00	110 000,00		410 000,00	300 000,00	110 000,00		410 000,00
A-14 Infraestrutura médico-social	646 000,00	52 502,20		698 502,20	646 000,00	52 502,20		698 502,20
A-15 Formação para o pessoal	400 000,00	-16 335,98		383 664,02	400 000,00	-16 335,98		383 664,02
TÍTULO 2 — DESPESAS DE INFRAESTRUTURAS E FUNCIONAMENTO	11 372 000,00	-2 540 000,00		8 832 000,00	11 372 000,00	-2 540 000,00		8 832 000,00
A-20 Despesas com instalações	4 985 000,00	-3 564 450,00		1 420 550,00	4 985 000,00	-3 564 450,00		1 420 550,00
A-21 TI e telecomunicações da Agência	1 550 000,00			1 550 000,00	1 550 000,00			1 550 000,00
A-22 Bens móveis e despesas acessórias	200 000,00			200 000,00	200 000,00			200 000,00
A-23 Despesas de funcionamento administrativo corrente	385 000,00	163 150,00		548 150,00	385 000,00	163 150,00		548 150,00
A-24 Despesas postais	35 000,00			35 000,00	35 000,00			35 000,00
A-25 Conselho de Administração	280 000,00			280 000,00	280 000,00			280 000,00
A-26 Informação e publicações	400 000,00	150 000,00		550 000,00	400 000,00	150 000,00		550 000,00
A-27 Serviços de apoio externo	2 567 000,00	711 300,00		3 278 300,00	2 567 000,00	711 300,00		3 278 300,00
A-28 Segurança	970 000,00			970 000,00	970 000,00			970 000,00
TÍTULO 3 - DESPESAS OPERACIONAIS	53 408 152,00	3 581 661,95		56 989 813,95	53 408 152,00	3 581 661,95		56 989 813,95
B3-0 Infraestrutura de sistemas partilhada (sistemas CORE)	7 032 000,00	0,00		7 032 000,00	4 050 000,00	215 000,00		4 265 000,00
B3-1 SIS II	10 225 000,00	2 570 000,00		12 795 000,00	8 900 000,00	1 405 000,00		10 305 000,00
B3-2 VMS/BMS	29 500 000,00	1 700 342,84		31 200 342,84	32 750 000,00	1 041 661,95		33 791 661,95
B3-3 EURODAC	2 825 000,00	-1 500 000,00		1 325 000,00	3 900 000,00	-205 000,00		3 695 000,00
B3-6 Serviços operacionais prestados por entidades externas diretamente relacionados com os sistemas CORE	2 546 152,00	917 000,00		3 463 152,00	2 508 152,00	1 125 000,00		3 633 152,00
B3-7 Reuniões e missões diretamente relacionadas com os sistemas CORE	540 000,00	-100 000,00		440 000,00	560 000,00	0,00		560 000,00
B3-8 Formação diretamente relacionada com operações	740 000,00	-5 680,89		734 319,11	740 000,00	0,00		740 000,00
TOTAL	80 022 000,00	0,00		80 022 000,00	80 022 000,00	0,00		80 022 000,00

2. Execução do orçamento do exercício (fonte dos fundos C1)

Quanto às dotações para 2016 (fonte de fundos C1), a Agência atingiu um elevado nível de execução orçamental, superior a 97,9 % nas dotações de autorização e de pagamento, tendo em consideração a transição automática de dotações.

TÍTULO ORÇAMENTAL	AUTORIZAÇÕES (C1)			PAGAMENTOS (C1)		
	Orçamentadas	Utilizadas	%	Orçamentadas	Utilizadas	%
Título 1 - Despesas de pessoal	14 200 186,05	14 198 694,61	99,9 %	14 200 186,05	14 198 694,61	99,9 %
<i>dos quais, executados</i>		14 198 694,61	99,9 %		13 783 002,28	97,1 %
<i>dos quais, transitados automaticamente</i>		-			415 692,33	2,9 %
Título 2 – Despesas de infraestruturas e funcionamento	8 832 000,00	7 889 174,20	89,3 %	8 832 000,00	7 889 174,20	89,3 %
<i>dos quais, executados</i>		7 889 174,20	89,3 %		2 916 061,90	37,0 %
<i>dos quais, transitados automaticamente</i>		-	-		4 973 112,30	63,0 %
Título 3 – Despesas operacionais	56 989 813,95	56 249 994,65	98,7 %	56 989 813,95	55 999 644,43	98,3 %
TOTAL em EUROS	80 022 000,00	78 337 863,46	97,9 %	80 022 000,00	78 087 513,24	97,6 %
<i>dos quais, executados</i>		78 337 863,46	97,9 %		72 698 708,61	90,8 %
<i>dos quais, transitados</i>		-			5 388 804,63	6,7 %

3. Execução do orçamento para outras fontes de fundos

Além do orçamento do exercício (fonte de fundos C1), a Agência executou dotações:

- de receitas afetadas internas (fonte de fundos C4);
- de receitas afetadas internas transitadas (fonte de fundos C5);
- da transição de autorizações (diferenciadas no Título 3 e não diferenciadas nos Títulos 1 e 2) e das dotações de pagamento correspondentes (apenas não diferenciadas) de anos anteriores (fonte de fundos C8);
- de receitas afetadas externas, como contribuições dos países associados, de acordo com o artigo 32.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento que cria a Agência e o Acordo de Delegação do projeto «Fronteiras Inteligentes celebrado com a Comissão Europeia em 2015 (fonte de fundos Ro, apenas no Título 3).

Título orçamental	Fonte de fundos	Autorizações			Pagamentos		
		Orçamentadas	Utilizadas	% da autorização	Orçamentadas	Utilizadas*	% do pagamento
A-1 Despesas de pessoal	C1	14 200 186,05	14 198 694,61	99,9 %	14 200 186,05	13 783 002,28	97,1 %
	C5	627,70	627,70	100,0 %	627,70	627,70	100,0 %
	C8	271 530,94	242 886,42	89,5 %	271 530,94	242 886,42	89,5 %
	Subtotal	14 472 344,69	14 442 208,73	99,8 %	14 472 344,69	14 026 516,40	96,9 %
A-2 Despesas de infraestruturas e de funcionamento	C1	8 832 000,00	7 889 174,20	89,3 %	8 832 000,00	2 916 061,90	33,0 %
	C4	95 726,73	436,14	0,5 %	95 726,73		
	C5:	8 455,67	8 455,67	100,0 %	8 455,67	4 255,67	50,3 %
	C8	19 270 980,00	18 825 609,48	97,7 %	19 270 980,00	18 825 609,48	97,7 %
Subtotal	28 207 162,40	26 723 675,49	94,7 %	28 207 162,40	21 745 927,05	77,1 %	
B0-3 Despesas de funcionamento	C1	56 989 813,95	56 249 994,65	98,7 %	56 989 813,95	55 999 644,43	98,3 %
	C4	32 141,66	5 629,09	17,5 %	32 141,66	2 850,72	8,9 %
	C5	595,00	595,00	100,0 %	595,00	595,00	100,0 %
	C8	70 153 508,48	64 929 186,22	92,6 %			
	R0	4 763 925,58	2 037 462,89	42,8 %	4 763 925,58	1 819 740,49	38,2 %
Subtotal	131 939 984,67	123 222 867,85	93,4 %	61 786 476,19	57 822 830,64	93,6 %	
TODOS	TOTAL	174 619 491,76	164 388 752,07	94,1 %	104 465 983,28	93 595 274,09	89,6 %

*Nas dotações C1 do Título 3, 4 388 024,41 euros referem-se a pagamentos de autorizações do exercício. O remanescente, no valor de 51 611 620,02 euros, foi utilizado para cobrir autorizações de anos anteriores.

4. Lista de transferências orçamentais

Em 2016, ao abrigo do artigo 27.º do Regulamento Financeiro da Agência, foram efetuadas as transferências internas elencadas no quadro seguinte.

Transferências orçamentais em 2016					
Transferência orçamental n.º	Referência	Data	Rubrica orçamental	Dotação de autorização (em euros)	Dotação de pagamento (em euros)
1	LIS.951	15/01/2016	B03200 VIS-BMS MWO	0,00	-1 260 675,26
			B03201 VIS/BMS Outros	0,00	1 260 675,26
			B03300 Eurodac MWO	0,00	-460 000,00
			B03301 Eurodac Outros	0,00	460 000,00
2	LIS.983	21/06/2016	A01110 Salário base	206 048,00	206 048,00
			A01111 Abono de lar	-42 800,00	-42 800,00
			A01112 Abono por filho a cargo	-95 548,00	-95 548,00
			A01113 Abono escolar	-27 500,00	-27 500,00
			A01114 Subsídios de expatriação e de residência no estrangeiro para AC	-133 000,00	-133 000,00
			A01200 Despesas de viagem	50 000,00	50 000,00
			A01403 Atividades sociais	42 800,00	42 800,00
			A02010 Despesas com instalações FR	-1 720 000,00	-1 720 000,00
			A02330 Outras despesas de funcionamento correntes	150 000,00	150 000,00
			A02600 Informação e publicações	150 000,00	150 000,00
			A02700 Serviços de apoio externo	-150 000,00	-150 000,00
			B03100 SIS II MWO	1 570 000,00	1 570 000,00
			B03300 Eurodac MWO	0,00	-300 000,00
			B03301 Eurodac Outros	0,00	300 000,00
			LIS.985 ^a	21/06/2016	B03100 SIS II MWO
B03300 Eurodac MWO	-119 105,60	-119 105,60			
3	LIS.989	25/07/2016	A02010 Despesas com instalações FR	-861 300,00	-861 300,00
			A02700 Serviços de apoio externo	861 300,00	861 300,00
4	LIS.991	10/08/2016	A01200 Despesas de viagem	-4 207,50	-4 207,50
			A01201 Outras despesas	4 207,50	4 207,50
5	LIS.993	26/09/2016	A01100 Salário base	-330 300,00	-330 300,00
			A01102 Abono por filho a cargo	12 000,00	12 000,00
			A01110 Salário base	160 000,00	160 000,00
			A01124 Ajudas de custo	30 000,00	30 000,00
			A01301 Deslocações em serviço	110 000,00	110 000,00
			A01403 Atividades sociais	18 300,00	18 300,00
			A02010 Despesas com instalações FR	-983 150,00	-983 150,00
			A02320 Despesas de contencioso	13 150,00	13 150,00
			B03100 SIS II MWO	-155 000,00	-155 000,00
			B03600 Serviços de fornecedores externos diretamente relacionados com os sistemas CORE	1 125 000,00	1 125 000,00
LIS.999	6/10/2016	B03100 SIS II MWO	155 000,00	0,00	
		B03600 Serviços de fornecedores externos diretamente relacionados com os sistemas CORE	-155 000,00	0,00	
6	LIS.1001	7/11/2016	A01102 Abono por filho a cargo	15 000,00	15 000,00
			A01110 Salário base	50 000,00	50 000,00
			A01124 Ajudas de custo	38 000,00	38 000,00
			A01125 Subsídio mensal	6 500,00	6 500,00
			A01144 Outros subsídios	5 500,00	5 500,00
			A01190 Coeficientes corretores	-120 000,00	-120 000,00
			A01401 Subsídio de creche	5 000,00	5 000,00
			B03100 SIS II MWO	1 000 000,00	0,00
B03300 Eurodac MWO	-1 000 000,00	0,00			
7	LIS.1005	29/11/2016	A01102 Abono por filho a cargo	5 450,00	5 450,00
			A01110 Salário base	15 200,00	15 200,00
			A01125 Subsídio mensal	150,00	150,00
			A01130 Cobertura dos riscos de doença	1 600,00	1 600,00
			A01131 Cobertura de doença profissional e de acidente	250,00	250,00
			A01132 Cobertura do risco de desemprego	1 250,00	1 250,00
			A01190 Coeficientes corretores	-39 900,00	-39 900,00
			A01201 Outras despesas	16 000,00	16 000,00
			A02310 Encargos bancários e outros encargos financeiros	-50 000,00	-50 000,00
			A02330 Outras despesas de funcionamento correntes	50 000,00	50 000,00
8	LIS.1018	20/12/2016	A01100 Salário base	-527 175,51	-527 175,51
			A01101 Abono de lar	-1 327,38	-1 327,38
			A01102 Abono por filho a cargo	-3,22	-3,22
			A01103 Abono escolar	-13 533,48	-13 533,48
			A01104 Subsídios de expatriação e de residência no estrangeiro para AT	-8 366,52	-8 366,52
			A01105 Horas extraordinárias, trabalho por turnos e deveres de permanência de AT	-6 034,59	-6 034,59
			A01110 Salário base	-46,58	-46,58
			A01124 Ajudas de custo	-874,12	-874,12
			A01125 Subsídio mensal	-15,36	-15,36
			A01130 Cobertura dos riscos de doença	-13,98	-13,98

Transferências orçamentais em 2016					
Transferência orçamental n.º	Referência	Data	Rubrica orçamental	Dotação de autorização (em euros)	Dotação de pagamento (em euros)
			A01131 Cobertura de doença profissional e de acidente	-47,11	-47,11
			A01132 Cobertura do risco de desemprego	-19,22	-19,22
			A01140 Subsídios de nascimento e por morte	-1.206,76	-1.206,76
			A01141 Despesas de viagem por ocasião das férias anuais	-63 271,08	-63 271,08
			A01144 Outros subsídios	-857,83	-857,83
			A01181 Despesas de deslocação (entrada em serviço)	-1 832,83	-1 832,83
			A01182 Subsídio de instalação e de transferência	-34 823,53	-34 823,53
			A01183 Despesas de mudança de residência	-20 317,06	-20 317,06
			A01184 Ajudas de custo	-5 825,08	-5 825,08
			A01190 Coeficientes corretores	-302 523,42	-302 523,42
			A01200 Despesas de viagem	-23 292,50	-23 292,50
			A01201 Outras despesas	-321,01	-321,01
			A01400 Consulta médica preventiva anual	-6 000,00	-6 000,00
			A01401 Subsídio de creche	-5 000,00	-5 000,00
			A01403 Atividades sociais	-2 597,80	-2 597,80
			A01500 Formação para o pessoal	-16 335,98	-16 335,98
			B03000 Infraestrutura de sistemas partilhada (sistemas CORE)	0,00	205 000,00
			B03200 VIS-BMS MWO	1 700 342,84	1 041 661,95
			B03300 Eurodac MWO	-500 000,00	55 000,00
			B03301 Eurodac Outros	0,00	-260 000,00
			B03600 Serviços de fornecedores externos diretamente relacionados com os sistemas CORE	-53 000,00	0,00
			B03730 Outras reuniões e deslocações em serviço	-100 000,00	0,00
			B03800 Formação diretamente relacionada com as operações	-5 680,89	0,00
9	LIS.1020	22/12/2016	B03000 Infraestrutura de sistemas partilhada (sistemas CORE)	0,00	10 000,00
			B03100 SIS II MWO	0,00	-10 000,00
9	Número total de transferências efetuadas em 2016				

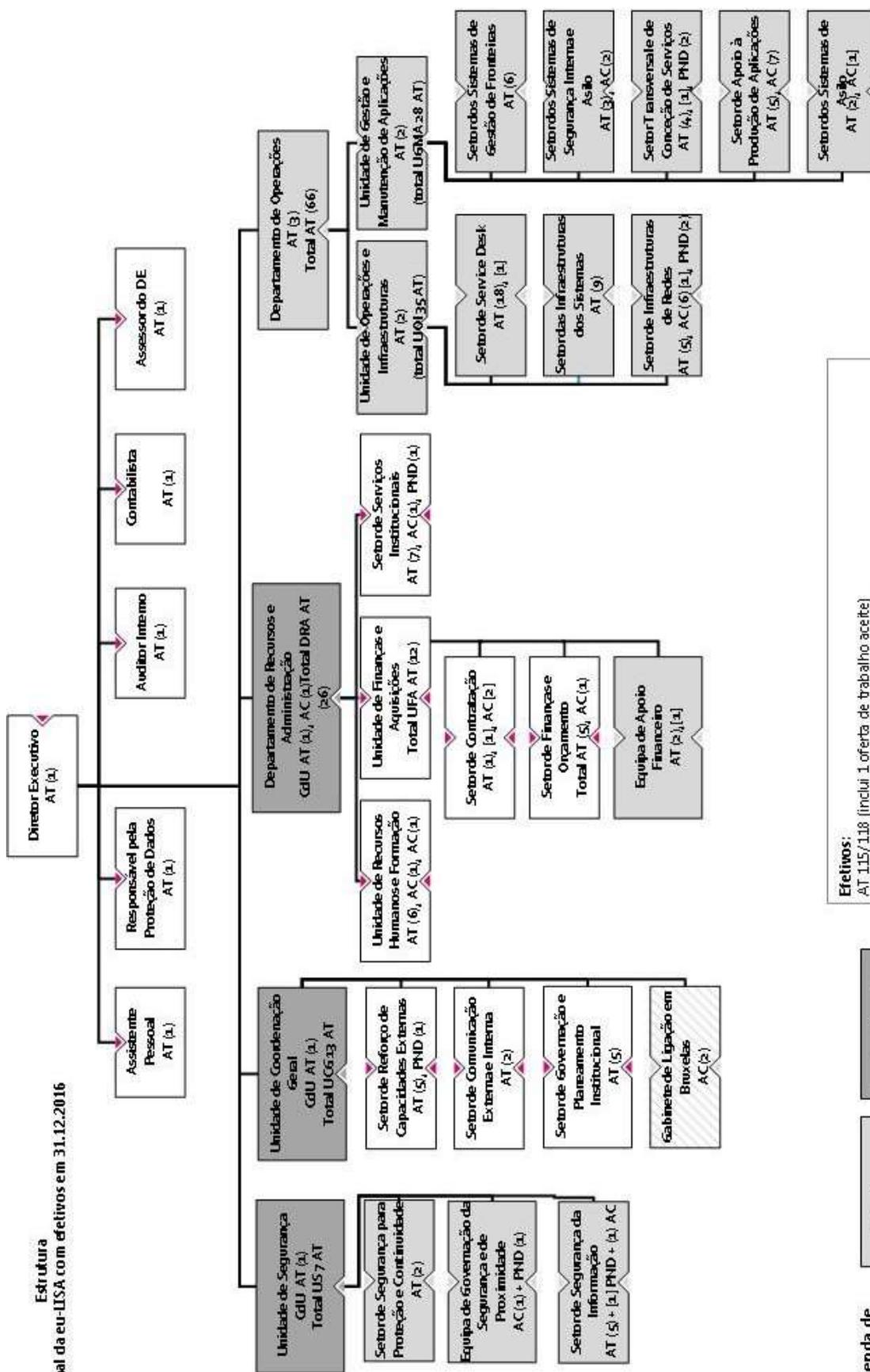
^aRo dotações de autorização e de pagamento.

Anexo III. Organigrama

Em 2016, o número total de lugares na eu-LISA compreendia 144 funcionários a tempo inteiro: 114 AT, 24 AC e seis PND.

O organigrama mostra a situação existente em 31 de dezembro de 2016, apresentando os departamentos, as unidades e os setores, bem como os lugares individuais hierarquicamente dependentes do Diretor Executivo da eu-LISA, com o número de efetivos.

Estrutura organizacional da eu-LISA com efetivos em 31.12.2016



Efetivos:
 AT 115/118 (Inclui 1 oferta de trabalho aceite)
 AC 26/29 (Inclui 2 ofertas de trabalho aceite)
 PND 6/8
 [x] lugares ocupados
 [x] lugares vagos
 Nota: As cores e o sublinhado da descrição representam a localização do lugar

Legenda de cores:

Estasburgo	Localizações mistas
Taline	Bruxelas

Anexo IV. Quadro de Pessoal

Quadro de Pessoal da eu-LISA em 2016

O Quadro de Pessoal de 2016 consistia em 118 lugares de AT.

Categoria e grau	Quadro de Pessoal autorizado no âmbito do orçamento da União Europeia de 2016	
	Número de funcionários	Número de AT
AD 16	0	0
AD 15	0	0
AD 14	0	1
AD 13	0	2
AD 12	0	3
AD 11	0	3
AD 10	0	5
AD 9	0	9
AD 8	0	12
AD 7	0	13
AD 6	0	14
AD 5	0	12
Total AD	0	74
AST 11	0	0
AST 10	0	0
AST 9	0	1
AST 8	0	1
AST 7	0	2
AST 6	0	6
AST 5	0	12
AST 4	0	12
AST 3	0	10
AST 2	0	0
AST 1	0	0
Total AST	0	44
Total	0	118

Informação sobre o nível de ingresso para cada tipo de lugar: quadro indicativo

O quadro infra mostra os níveis em que as funções principais enumeradas pela Comissão Europeia estão representadas na eu-LISA. Em caso de diferença na terminologia da Comissão e da Agência, são enumeradas as designações de funções utilizadas na Agência. Convém notar que os graus de ingresso mais elevados do que os referidos no artigo 53.º do ROA se devem ao recrutamento organizado durante a fase de arranque da Agência, quando foram inscritos graus mais elevados no Quadro de Pessoal da eu-LISA.

<i>Funções principais (exemplos — a terminologia deve ser adaptada às funções de cada agência)</i>	<i>Tipo de contrato (funcionário, AT ou AC)</i>	<i>Grupo de funções, grau de recrutamento (ou base dos parêntesis se publicado em parêntesis)</i>	<i>Indicação de que a função é dedicada a apoio administrativo ou a operações [de acordo com as definições utilizadas na metodologia de análise de funções]</i>
<i>Chefe de Departamento — nível 2</i>	AT	AD 12	Administração/Operações
<i>Chefe de Unidade - nível 3</i>	AT	AD 10	Administração/Operações
<i>Chefe de Setor — nível 4</i>	AT, AC	AD 5, AD 7, AD 8, AD 9, AD 10, GF IV	Administração/Operações
<i>Funcionário Sénior</i>	AT	AD 9	Administração/Operações
<i>Funcionário</i>	AT, AC	AD 7, AD 8, GF IV	Administração/Operações
<i>Funcionário Júnior</i>	AT, AC	AD 5, GF IV	Administração/Operações
<i>Assistente Sénior</i>	N/D	N/D	Administração/Operações
<i>Assistente Júnior</i>	AT, AC	AST 2, AST 3, GF III	Administração/Operações
<i>Chefe do Departamento de Recursos e Administração</i>	AT	AD 12	Administração
<i>Chefe da Unidade de Recursos Humanos e Formação</i>	AT	AD 10	Administração
<i>Chefe da Unidade de Finanças e Aquisições</i>	AT	AD 10	Neutral
<i>Chefe de TI</i>	N/D	N/D	N/D
<i>Secretário^a/Assistente Assistente do Chefe de Departamento ou Assistente do Chefe de Unidade</i>	AT, AC	AST 3, GF III	Administração/Operações
<i>Secretário do serviço de correio</i>	N/D	N/D	N/D
<i>Administrador Web/Editor</i>	N/D	N/D	N/D
<i>Responsável pela Proteção de Dados</i>	AT	AD 10	Administração
<i>Contabilista</i>	AT	AD 9	Neutral
<i>Auditor Interno</i>	AT	AD 9	Administração/Neutral
<i>Assistente Pessoal do Diretor Executivo</i>	AT	AST 5 ^b	Administração

^aO Quadro de Pessoal da eu-LISA não previa lugares para secretários/as. Com a entrada em vigor do novo Estatuto dos Funcionários em 1 de janeiro de 2014, a eu-LISA decidiu manter os graus aprovados no Quadro de Pessoal e aumentar as tarefas do pessoal contratado nos graus AST2 e AST3 para os assistentes num determinado domínio (RH, TI, etc.) ou os assistentes administrativos. Ao mesmo tempo, sempre que necessário, o trabalho de secretariado é executado pelos prestadores de serviços externos (intramuros).

^bEste grau de ingresso foi estabelecido com a criação da Agência em 2012.
GF, Grupo de funções.

Análise comparativa face aos resultados do ano anterior

O quadro indicativo foi fornecido pela Comissão Europeia. O quadro final será acrescentado com base na recomendação do grupo de trabalho sobre a metodologia de análise comparativa.

No final de 2016, eu-LISA procedeu ao seu terceiro exercício de análise comparativa, realizado de acordo com a metodologia acordada pelos diretores das agências europeias.⁴² A análise abrangeu todos os lugares da eu-LISA, não apenas os lugares de AT que constam do Quadro de Pessoal. Os resultados desta análise são apresentados nos quadros infra.

Quadro 1. Resultados do exercício de análise comparativa da eu-LISA de 2016 — funcionários

<i>(Sub)categoria do tipo de funções</i>	2015 (%)	2016 (%)
Apoio administrativo e coordenação	17,75	15,91
<i>Apoio administrativo</i>	13,41	12,50
<i>Coordenação</i>	4,34	3,41
Operacional	69,93	73,28
<i>Operacional geral</i>	49,43	60,74
<i>Gestão de programas</i>	12,10	4,53
<i>Coordenação operacional de alto nível</i>	8,4	8,01
<i>Avaliação & avaliação do impacto</i>	0	0,00
Neutral	12,32	10,81
<i>Finanças</i>	12,32	10,81
<i>Controlo</i>	n/d	n/d

Em 2015 e 2016, a Agência analisou igualmente os lugares ocupados por prestadores de serviços externos (pessoal intramuros), sendo os resultados comparativos mostrados abaixo.

Quadro 2. Resultados do exercício de análise comparativa da eu-LISA de 2015 — prestadores de serviços externos (intramuros)

<i>(Sub)categoria do tipo de funções</i>	2015 (%)	2016 (%)
Apoio administrativo e coordenação	51,22	56,80
<i>Apoio administrativo</i>	41,46	54,00
<i>Coordenação</i>	9,76	2,80
Operacional	39,02	39,20
<i>Operacional geral</i>	34,15	31,60
<i>Gestão de programas</i>	n/d	5,60
<i>Coordenação operacional de alto nível</i>	4,88	2,00
<i>Avaliação e avaliação do impacto</i>	n/d	n/d
Neutral	9,76	4,00
<i>Finanças</i>	9,76	4,00
<i>Controlo</i>	n/d	n/d

⁴² Metodologia de Análise das Funções das Agências anexa à Nota da Reunião dos Diretores de Agências de 16-17 de outubro de 2014.

Anexo V. Recursos humanos e financeiros por atividade

Dado que a eu-LISA ainda não aplicou a orçamentação por atividades, a informação relativa aos RH não está disponível. No que toca aos recursos financeiros, consultar o Anexo II.

Anexo VI. Anexo específico referente à Parte II

Avaliação externa nos termos do artigo 31.º do Regulamento que cria a Agência

Avaliação externa independente da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA)

pela Comissão Europeia e a Ernst & Young

Resumos executivos

Março de 2016

1. Resumo executivo

A avaliação externa de 2015 (a Avaliação) da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA) insere-se num período em que o espaço europeu de liberdade, segurança e justiça se depara com uma vaga de fluxos migratórios e um aumento do número de pedidos de asilo. Numa altura em que os Estados-Membros da UE procuram, em colaboração com a Comissão Europeia, gerir estes fluxos migratórios, surge no topo da agenda a necessidade de assegurar o bom funcionamento dos três sistemas informáticos de grande escala que apoiam o trabalho dos Estados-Membros e da Comissão no domínio dos assuntos internos (o Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração (SIS II), o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e o sistema Eurodac).

A Avaliação demonstrou que a Agência realiza as suas tarefas de forma eficaz. Incumbida pelo legislador da UE da gestão dos três sistemas, a Agência logrou reunir recursos e assegurar a criação de sinergias e a adoção de uma abordagem mais coerente. Assim, a Agência contribui também para um ambiente de sistemas informáticos mais coordenado, eficaz e coerente. No entanto, foram identificados aspetos em que a Agência pode melhorar a sua gestão operacional. Além disso, volvidos três anos sobre a criação da Agência, a equipa de avaliação assinalou a eventual necessidade de rever ou alargar as tarefas atribuídas à eu-LISA no regulamento que a cria e noutros instrumentos jurídicos aplicáveis, o que permitiria adaptar o presente mandato da Agência em consonância com os atuais desafios existentes ao nível da UE.

As **principais conclusões** da Avaliação, em torno de quatro eixos de análise, são as que se seguem.

1.1. Eficácia

Este critério visou avaliar em que medida a eu-LISA atingiu os seus objetivos, descritos na lógica de intervenção.

Q1.1. Em que medida garantiu a eu-LISA de forma eficaz a gestão operacional, o desenvolvimento técnico e a segurança dos sistemas informáticos de grande escala no domínio da JAI que lhe estão confiados, assim como a melhoria dos mesmos?

A Avaliação constatou que, de um modo geral, a Agência alcançou o seu objetivo de garantir com eficácia a gestão operacional dos três sistemas informáticos que lhe estão confiados. A Avaliação constatou que a Agência desempenhou com êxito as tarefas decorrentes do regulamento que a cria e dos acordos de nível de serviço (ANS) vigentes, implantou corretamente as evoluções dos sistemas e cumpriu os requisitos derivados das melhores práticas de segurança, de proteção dos dados e do setor. De igual modo, a Agência estabeleceu as capacidades e uma estrutura organizativa adequadas para realizar as tarefas relacionadas com a evolução dos sistemas sob a sua

responsabilidade (ITIL v3, Prince 2, ISO 2700x). A Avaliação identificou também possibilidades de melhoria, das quais se destacam:

- No que se refere à aplicação das melhores práticas ITIL v3, embora a Agência tenha alcançado progressos louváveis (por exemplo, a criação de ferramentas de gestão de projetos adequadas para projetos como o VIS Evolutions e a rede Testa-NG), há ainda trabalho por fazer. A título de exemplo, a Avaliação identificou a necessidade de reforçar a monitorização do desempenho dos processos de TI implantados e de alargar o âmbito de aplicação dos indicadores de desempenho, que atualmente estão limitados ao desempenho empresarial.
- A Avaliação assinalou um risco para a continuidade da atividade associado à ausência de um Plano de Recuperação de Catástrofes (PRC) único e transversal e de um Plano de Continuidade da Atividade (PCA) cobrindo os três sistemas (por exemplo, pessoal, instalações, recursos, etc.), que fora identificado pela Agência e estava em fase de resolução através de um projeto em curso durante o período da Avaliação.
- Relativamente à gestão das capacidades, a Avaliação identificou a necessidade (por exemplo, no caso de estudo da Evolução do VIS) de a Agência estabelecer e formalizar um processo de análise que permita analisar regularmente as necessidades de capacidades dos sistemas juntamente com os Estados-Membros, com base nas estatísticas geradas a partir dos sistemas e num exercício prospetivo.
- Quanto à segurança informática, a Avaliação identificou a necessidade de implantar uma função de gestão da arquitetura interfuncional, responsável pela validação das escolhas de infraestruturas, pela seleção das tecnologias de aplicação e pela implantação a nível transversal, e não por sistema. São necessários uma estratégia comum e um roteiro para melhorar a integração dos princípios da arquitetura de segurança nos três sistemas, de modo a reduzir os riscos de segurança.
- No que respeita à proteção de dados, a Avaliação identificou a necessidade de assegurar a inclusão das disposições pertinentes em matéria de proteção de dados nos acordos celebrados com os contratantes externos. Além disso, a Avaliação registou as preocupações existentes em relação à apresentação de dados de qualidade e de relatórios de análise dos mesmos. O grau de acesso da Agência às bases de dados para elaborar estes relatórios é, atualmente, pouco clara, visto que o quadro jurídico em vigor não prevê um mandato explícito, em especial no que toca à geração de relatórios de análise de dados (ou seja, a apresentação de relatórios relativos à análise dos dados introduzidos nos sistemas pelos Estados-Membros). Deste modo, a Avaliação identificou a necessidade de esclarecer esta questão numa futura evolução/reforma do quadro jurídico atual.
- Em relação às obrigações da eu-LISA em matéria de apresentação de documentos e relatórios, a Agência deve impor o controlo da qualidade dos relatórios/documentos apresentados.

Q1.2a. Em que medida foi a eu-LISA eficaz no acompanhamento da investigação?

O acompanhamento das atividades de investigação levadas a cabo pela Agência foi avaliado como pertinente e necessário para o funcionamento eficiente e eficaz da Agência e do desenvolvimento dos sistemas. Não foi possível identificar exemplos claros de impacto devido ao baixo nível de maturidade desta atividade. A Agência identificou a importância do acompanhamento da investigação e reconheceu, no seu programa de trabalho de 2015, que devem ser envidados maiores esforços no sentido de canalizar os resultados da atividade para a gestão operacional dos sistemas.

A Avaliação constatou também que são necessários esforços para garantir a criação de sinergias com outras entidades neste domínio, entre as quais a Comissão Europeia.

Q1.2b. Em que medida foi a eu-LISA eficaz na prestação de formação?

Desde a sua criação, a Agência envidou esforços assinaláveis no sentido de desenvolver atividades de formação sólidas e em consonância com as necessidades, técnicas e práticas, das autoridades nacionais. A elaboração da estratégia de formação é efetuada anualmente através dos Pontos de Contacto Nacionais em matéria de formação, compostos por representantes dos Estados-Membros.

A Avaliação constatou ser necessário um maior alinhamento com as necessidades técnicas, nomeadamente em termos de melhoria do conteúdo técnico da formação. Tal necessidade dever-se-á em parte à participação passiva das partes interessadas relevantes (por exemplo, membros dos Grupos Consultivos e dos PCN) na elaboração da estratégia de formação, isto apesar dos esforços da Agência no sentido de obter a sua participação.

Q1.2c. Em que medida foi a eu-LISA eficaz nas suas tarefas específicas do Eurodac relativas à transmissão, recolha, comparação, acesso, correção ou apagamento dos dados?

A Agência foi eficaz na execução das suas tarefas específicas do Eurodac, aplicando processos e procedimentos desde que assumiu as suas funções operacionais, em dezembro de 2012, para controlar a transmissão eficaz dos dados e a comparabilidade das impressões digitais enviadas pelos Estados-Membros.

Q1.3. Em que medida foi a eu-LISA capaz de dar resposta às novas tarefas que lhe foram confiadas?

A Agência demonstrou ter capacidade para responder às novas tarefas que lhe foram confiadas. No que respeita aos sistemas DubliNet e VISION, a Agência assegurou com êxito a integração e gestão eficazes das tarefas operacionais. Apesar de a Agência ter sido bem-sucedida, não existem atualmente relatórios formais sobre o impacto da execução dessas tarefas nos recursos da Agência, o qual deverá ser avaliado no futuro.

No que se refere ao Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes», a Agência foi eficaz na implantação dos aspetos técnicos relacionados com o projeto e na assistência prestada aos Estados-Membros na realização de testes. Surgiram problemas no que respeita à gestão financeira, nomeadamente à concessão de subvenções aos Estados-Membros ao abrigo do projeto-piloto. O pessoal da Agência deve receber formação em matéria de gestão financeira e gestão de subvenções da UE.

A Avaliação constatou que a Agência deve ser dotada de recursos adicionais, caso lhe sejam confiados o desenvolvimento e a gestão operacional do novo Sistema de Entrada/Saída ou de qualquer outro sistema informático de grande escala.

Q1.4. Em que medida foi a eu-LISA bem-sucedida no estabelecimento de parcerias e na procura de sinergias com outras agências da UE, bem como na construção de relações sólidas e de confiança com as suas partes interessadas, ao operar e manter os sistemas abrangidos pelo seu mandato?

Desde a sua criação, a Agência desenvolveu relações de cooperação e eficazes com outras agências JAI. Nesse sentido, celebrou até agora três acordos de cooperação ou acordos de trabalho formalizando a cooperação com outras agências da UE (CEPOL, FRONTEX, EASO). Esta cooperação foi considerada bem-sucedida pela Avaliação, tendo as sinergias criadas contribuído para a execução das tarefas da eu-LISA (ou seja, cooperação com a FRONTEX no âmbito do projeto-piloto «Fronteiras Inteligentes»). Apesar desta cooperação, o Regulamento que cria a Agência define um mandato limitado para a mesma. Deste modo, ao desenvolver a cooperação com outras agências JAI no âmbito do seu mandato, a eu-LISA deve envidar todos os esforços necessários para assegurar um nível contínuo de prioridade e serviço à sua atividade principal.

1.2. Eficiência

Este critério visou avaliar os custos (financeiros, recursos humanos, tempo, conhecimentos especializados) diretamente incorridos pela Agência para alcançar os resultados pretendidos, bem como a forma como são afetados e geridos.

Q.2.1. Em que medida foi a eu-LISA eficiente na execução das tarefas previstas no seu mandato, estabelecido pelo Regulamento que cria a Agência?

Desde a sua criação, a Agência empreendeu um significativo trabalho de alinhamento das suas funções, operações e processos internos com a gestão de uma estrutura de TI. Nomeadamente, a eu-LISA introduziu mudanças no Departamento de Operações com o objetivo de identificar e introduzir sinergias operacionais. Devido às limitações de recursos que a Agência enfrenta, a Avaliação constatou que existe a necessidade de uma análise completa da afetação de recursos às tarefas principais e secundárias a executar pela Agência, a fim de verificar se a afetação é proporcional aos objetivos a atingir e se é possível proceder a alguma reafetação. A Avaliação constatou igualmente (por exemplo, no estudo de caso sobre a reformulação do Regulamento Eurodac) a necessidade de estabelecer controlos adequados para assegurar a disponibilidade de recursos humanos suficientes para uma gestão de projetos com base nas necessidades.

Q2.1a. Em que medida foi a eficiência da Agência influenciada por fatores externos?

Embora a Avaliação tenha constatado que a Agência se deparou com alguns problemas resultantes de fatores externos (recrutamento em Taline, falta de sinergias na contratação pública relativa aos sistemas devido à vinculação da Agência a contratos em vigor), espera-se que estes problemas continuem a ser resolvidos com o passar do tempo, e que os contratos e mecanismos contratuais acabem por ficar em sintonia com a abordagem da Agência (ou seja, celebração de contratos que abrangem os três sistemas).

Q2.1b. Em que medida são os mecanismos internos e externos de monitorização, elaboração de relatórios e avaliação da eu-LISA adequados para garantir a responsabilização e a avaliação apropriada do desempenho global da eu-LISA?

Os avaliadores identificaram a necessidade de a Agência melhorar a qualidade dos seus relatórios para assegurar a transparência do seu desempenho global, com problemas atualmente identificados referentes à responsabilização e transparência das atividades da Agência nos seus relatórios (por exemplo, dificuldades na identificação da relação entre o trabalho previsto no Programa de Trabalho e o trabalho efetivamente realizado no Relatório Anual de Atividades).

Q.2.2. Foram os orçamentos anuais da Agência executados com eficiência e tendo em vista a obtenção de resultados?

No que se refere à execução orçamental dos últimos anos, a Avaliação registou um baixo nível de execução das dotações de autorização anuais relativas ao Título 3 (despesas de funcionamento). Esta constatação remete para a necessidade de a Agência reforçar o planeamento de capacidades, para permitir um planeamento plurianual mais pormenorizado (atividades e estimativas financeiras conexas) e o acompanhamento rigoroso do processo de execução.

Q2.3a. Em que medida são as soluções organizacionais, os RH e os procedimentos da eu-LISA adequados para realizar o trabalho que lhe está confiado e o volume de trabalho efetivo?

Devido às limitações existentes em termos de flexibilidade interna, a Avaliação sublinhou que a antecipação das evoluções no volume de trabalho da Agência e a atribuição de novas tarefas foram fundamentais para encontrar tempo suficiente para a adaptação dos recursos existentes e a implantação de recursos adicionais. Não obstante, pode-se desde já frisar que deve ser confiado à eu-LISA o desenvolvimento do novo Sistema de Entrada/Saída (ou de qualquer outro sistema informático de grande escala), havendo a necessidade de adaptar o atual nível de recursos e os perfis necessários em conformidade, pois a eu-LISA foi inicialmente dotada de recursos humanos para operar três sistemas, mas não para desenvolver novos sistemas.

Q2.3b. É o ciclo de planeamento da Agência (programa de trabalho e orçamento anuais) consentâneo com o objetivo de alcançar resultados eficientes?

A Avaliação constatou que o processo de elaboração do Programa de Trabalho Anual é adequado, embora peque por falta de antevisão, devido à atual ausência de um programa de trabalho plurianual. Devem ser introduzidas melhorias, tais como o envolvimento das partes interessadas numa fase anterior do processo e um maior alinhamento deste último com o orçamento e o programa de trabalho plurianual. Para este efeito, a eu-LISA deve adotar rapidamente um programa de trabalho plurianual pormenorizado, tal como prevê o regulamento que a cria, para garantir um planeamento eficaz por parte da Agência.

Q2.3c. Em que medida conseguiu a eu-LISA aproveitar as capacidades internas para realizar as várias tarefas que lhe estão confiadas?

Embora estejam ainda em evolução, a Avaliação constatou que a estrutura organizativa e os processos internos estão adequadamente estruturados e descritos. A Agência foi capaz de encontrar soluções para realizar as tarefas que lhe estão atribuídas. Tal foi particularmente notório nos estudos de caso de certos projetos (por exemplo, os estudos do Projeto-Piloto «Fronteiras Inteligentes» e dos Serviços Comuns Partilhados). Em relação às novas tarefas, a Agência lidou com elas de forma eficiente, através da reafetação interna do pessoal.

Quanto à subcontratação, a Avaliação constatou a necessidade de uma estratégia de aquisições formal e transversal, bem como de pessoal interno para garantir uma gestão rigorosa do trabalho executado pelos contratantes externos.

Q2.4. Contribuem os processos e procedimentos da eu-LISA para a eficiência das suas operações?

A Agência envidou esforços louváveis no sentido de formular as políticas, processos e procedimentos adequados para governar, estruturar e organizar as suas operações e proporcionar o nível de serviço exigido. Tais esforços foram evidentes, por exemplo, na execução do projeto dos estudos sobre os Serviços Comuns Partilhados.

A Avaliação constatou a necessidade de se implantar um sistema de gestão da qualidade destinado a analisar regularmente e atualizar todos os processos, políticas e procedimentos. Nos estudos de caso realizados para a Avaliação, foi também identificada a necessidade de garantir a disponibilidade de documentação relativa à gestão das exceções e ao organigrama (projeto «VIS Evolutions»).

Q2.5. Em que medida a governação, a estrutura organizativa e as localizações da eu-LISA, estabelecidas pelo Regulamento que cria a Agência, propiciaram a sua eficiência e a realização de economias de escala?

O atual sistema de governação não parece carecer de grandes mudanças. Continua a haver margem para melhorar a participação ativa dos membros dos Grupos Consultivos, com o intuito de fornecer conhecimentos especializados à Agência sobre a gestão operacional dos três sistemas informáticos. O Conselho de Administração funciona de

forma eficiente, não sendo necessárias grandes alterações nas suas práticas atuais. No entanto, em certos casos, a atual utilização do procedimento escrito pode não assegurar uma consideração adequada das questões. Além disso, a Avaliação constatou (no estudo de caso sobre os Serviços Comuns Partilhados) que a Agência poderia, eventualmente, aumentar o seu nível de comunicação sobre o andamento dos projetos. No que respeita aos vários centros, a Avaliação constatou que a dispersão geográfica da eu-LISA afeta a execução eficiente das suas tarefas e responsabilidades, gerando custos adicionais que não seriam incorridos se a Agência tivesse apenas dois centros (técnico e de salvaguarda). Embora existam custos diretos e indiretos, estes são considerados proporcionais aos fundamentos técnicos e políticos associados à criação de vários centros antes da criação da Agência, os quais continuam a ser pertinentes (são descritos em pormenor na secção 4.9.3).

1.3. Coerência

Este critério visou determinar em que medida as atividades de cooperação da eu-LISA são articuladas de forma eficaz com as das partes interessadas, nomeadamente os Estados-Membros, os países associados, a Comissão Europeia e as outras instituições e organismos da UE, para assegurar a complementaridade e evitar a duplicação de esforços. A Avaliação apreciou também o alinhamento das estratégias, a coerência das atividades de cooperação, os riscos de sobreposição, os procedimentos aplicados para assegurar a coerência das atividades de cooperação da eu-LISA com as políticas e atividades das partes interessadas e a perceção das partes interessadas sobre a qualidade dessas atividades.

Q.3.1. Em que medida atua a eu-LISA em cooperação com a Comissão Europeia e outros organismos da UE para assegurar a complementaridade e evitar a duplicação de esforços?

O Regulamento que cria a Agência e o Memorando de Entendimento entre a Agência e a Comissão instituem um quadro sólido para uma cooperação eficaz que, de um modo geral, é considerada satisfatória. A Comissão apoiou adequadamente a Agência durante a sua criação e até ter assumido as suas tarefas, em 1 de dezembro de 2012, e no período de transição, até a Agência ter atingido a independência orçamental, em 22 de maio de 2013. A cooperação estabelecida com as outras instituições da UE é considerada benéfica para assegurar a complementaridade na execução da política e da estratégia da UE, desde que essa cooperação respeite os limites do mandato da Agência. As relações desenvolvidas com o setor privado, através da organização de eventos setoriais, criou uma plataforma útil para discutir as futuras necessidades e oportunidades relacionadas com o desenvolvimento das TI. Foram identificadas várias possibilidades de melhoria, designadamente:

- A coerência, em termos de gestão da infraestrutura de comunicação, entre a Agência e a Comissão pode ser melhorada com a transferência de tarefas da Comissão (execução do orçamento, aquisição e renovação e questões contratuais) para a Agência. A Agência tem competência e capacidades para realizar estas tarefas, o que poderia também levar a uma melhor eficiência.
- Além disso, foi identificado um risco de duplicação em relação ao mandato da Agência no que respeita ao acompanhamento da investigação sobre a gestão operacional dos sistemas, que deve estar em sintonia com o trabalho de investigação da Comissão neste domínio e ser coordenado com a Comissão, em conformidade com o artigo 15.º do Memorando de Entendimento. A título de exemplo, pode-se referir as atividades de acompanhamento da investigação relativa aos identificadores biométricos. Embora a Agência tenha elaborado um relatório sobre esta matéria em 2015 devido às suas ligações com os sistemas que gere, foram já empreendidas atividades de investigação concretas no domínio da biometria no âmbito do Horizonte 2020 e de outros programas de investigação.

- A Avaliação considera que a Agência pode continuar a desenvolver atividades de cooperação externa (com outras agências da UE), desde que respeitem o mandato da Agência e as atividades principais não sejam afetadas em termos de qualidade do serviço, rapidez da resposta, elaboração de relatórios, etc.

Q.3.2. Em que medida atua a eu-LISA em cooperação com os Estados-Membros e os países associados para assegurar a complementaridade e evitar a duplicação de esforços?

A Avaliação constatou que, globalmente, a Agência conseguiu respeitar a repartição clara de funções e responsabilidades ao nível da UE e a nível nacional, no que se refere à sua atividade principal de gestão de sistemas informáticos de grande escala. Tal foi possível devido à clara divisão decorrente do quadro jurídico da Agência, prevista no regulamento que a cria. Apesar de não ter sido detetada qualquer duplicação de esforços, poderá existir uma maior complementaridade com um acréscimo da interação dos membros dos Grupos Consultivos e da participação da Agência na análise das estatísticas dos Estados-Membros.

Q.3.3. Em que medida são as atividades da eu-LISA coerentes com os documentos de estratégia adotados no domínio de intervenção em causa?

A Avaliação constatou que, em geral, as atividades da eu-LISA estão devidamente sintonizadas com os quadros e estratégias pertinentes no domínio da JAI. A coerência das atividades da Agência foi confirmada pela sua própria estratégia para o período de 2014-2020. Devido ao baixo nível de maturidade desta estratégia, a Avaliação não pode apreciar o seu impacto. Contudo, o alinhamento com as políticas no domínio da JAI deverá continuar à medida que a estratégia for sendo desenvolvida nos próximos anos. Tal deve ser igualmente demonstrado mediante o alinhamento da estratégia da eu-LISA com o primeiro programa de trabalho plurianual, ainda por concluir.

Q.3.4. São os procedimentos aplicados eficazes para garantir a coerência das atividades de cooperação da eu-LISA com as políticas e atividades das partes interessadas?

A Avaliação constatou que a Agência formulou uma estratégia de cooperação coerente para atuar de forma estruturada com diversas partes interessadas, através da adoção da sua estratégia de gestão das partes interessadas. Apesar disso, não foram identificados mecanismos evidentes, ao nível da Agência, para assegurar o alinhamento das atividades de cooperação da eu-LISA com as políticas e atividades das suas partes interessadas. Embora a Agência tenha empreendido atividades de cooperação no domínio da JAI com as instituições da UE e outras agências JAI, a Agência necessita de envidar maiores esforços para garantir a coerência dessas atividades com o seu mandato, nomeadamente para garantir uma maior coordenação com os Estados-Membros representados no Conselho de Administração e com a Comissão nesta matéria.

1.4. Pertinência e valor acrescentado

Este critério visou analisar em que medida a criação da Agência trouxe benefícios, comparativamente aos mecanismos operacionais anteriores, em termos de eficiência e eficácia.

Q.4.1. Quais foram os benefícios de a Agência agir a partir de uma perspetiva operacional e estratégica?

O estabelecimento de uma única autoridade de gestão para assumir a gestão operacional dos três sistemas informáticos cria naturalmente um elevado nível de valor acrescentado, conquanto a Agência desempenhe de forma eficiente e eficaz as suas funções. Assim, a maximização do valor acrescentado da eu-LISA depende, logicamente em grande medida, da sua capacidade para desempenhar as suas funções principais de forma eficiente e eficaz. Os elementos principais subjacentes ao valor acrescentado da eu-LISA residem na partilha de conhecimentos especializados, no aproveitamento de sinergias com a colocação dos sistemas «sob o mesmo teto», e na criação de uma estrutura operacional mais flexível.

Q.4.2. Em que medida foi a eu-LISA mais eficaz na consecução dos seus resultados, em comparação com outros mecanismos anteriores, atuais ou alternativos a nível nacional ou ao nível da UE?

Ao realizar uma comparação dos custos relativos ao Eurodac (ou seja, o único sistema que permitia tal comparação) antes e depois da criação da Agência, a Avaliação não identificou economias decorrentes dessa criação, sendo os custos aparentemente mais elevados. Embora a diferença de custos seja, em certos casos, explicável pelas tarefas associadas aos sistemas (ou seja, formação, reuniões dos Grupos Consultivos), não foi possível efetuar uma avaliação comparativa geral dos custos devido às diferenças ao nível do registo de custos (por exemplo, relativamente à Unidade Central e à Unidade Central de Salvaguarda, à garantia da qualidade, ao *hardware* e ao *software*). A comparação dos custos operacionais detetou a necessidade de a Agência assegurar, no futuro, um registo claro dos custos por sistema, para poder verificar se foram ou não alcançados ganhos de eficiência.

Q.4.3. Em que medida reforçou a eu-LISA a participação dos Estados-Membros na gestão operacional e na evolução dos sistemas que lhe estão confiados ao abrigo do seu mandato?

Em termos gerais, a Avaliação registou opiniões positivas sobre o nível de envolvimento e comunicação com as partes interessadas a nível nacional. A governação da Agência contribuiu para a qualidade da comunicação e do envolvimento das autoridades nacionais, garantindo a disponibilização de uma plataforma aos Estados-Membros para estes participarem nas atividades da Agência e para assegurar que as necessidades dos mesmos sejam tidas em conta.

Apesar de os Grupos Consultivos serem um fórum relevante e valioso para a participação dos Estados-Membros, a Avaliação constatou que a riqueza de conhecimentos destes grupos poderia ser melhor explorada, de modo a melhorar a qualidade do diálogo com as autoridades nacionais. Tal poderia ocorrer através do estabelecimento de orientações e da definição de objetivos principais anuais para os Grupos Consultivos.

Anexo VII. Anexo específico referente à Parte III

Riscos identificados

Em resultado dos esforços de avaliação dos riscos realizados em 2015/2016, o quadro seguinte mostra a classificação dos seis riscos principais que se colocam à eu-LISA.

Classificação	Título
Risco 1	Ausência de uma estratégia de TI institucional
Risco 2	Falta de recursos e ferramentas para uma gestão eficiente e eficaz do ciclo de vida dos sistemas de extremo a extremo
Risco 3	Restrições a curto e médio prazo afetam negativamente a execução da estratégia em matéria de tecnologia da eu-LISA
Risco 4	O aumento do pessoal externo carece de uma integração eficiente e de controlo, evoluindo para uma solução a longo prazo
Risco 5	A complexidade e a escala dos contratos dos sistemas principais da atividade afetam a eficácia da execução orçamental
Risco 6	O ambiente dinâmico e complexo coloca desafios à Agência no cumprimento da sua missão

Normas de Controlo Interno

Número	Título	Síntese das principais medidas tomadas com vista ao cumprimento em 2016	Estado da aplicação como T/E (Total/Em curso)	Síntese das principais medidas diferidas/planeadas para 2017
NCI 1	Missão	As declarações de missão foram atualizadas sempre que necessário e comunicadas dentro da organização	Total	Revisão específica das declarações de missão, se necessário
NCI 2	Valores éticos e organizacionais	Foram organizadas sessões de sensibilização sobre o acompanhamento dos elementos do quadro ético; foram envidados esforços no sentido de atualizar o quadro ético	Em curso	Conclusão do estabelecimento de um procedimento de denúncia de irregularidades, reconhecimento formal do quadro ético pelos funcionários e nomeação de um consultor de ética
NCI 3	Afetação e mobilidade do pessoal	Os gestores deram os seus contributos para alinhar o planeamento do pessoal com os objetivos e prioridades da eu-LISA, estando a ser desenvolvido e aplicado um sistema interno de recrutamento para ocupação de vagas, a fim de assegurar oportunidades de mobilidade no âmbito da Agência	Em curso	O quadro de competências deve continuar a ser estabelecido, incluindo informações sobre as competências associadas a famílias de funções, pelo menos de acordo com a descrição de funções e as atividades realizadas na eu-LISA
NCI 4	Avaliação e desenvolvimento do pessoal	Conclusão do exercício de avaliação anual de 2016 (incluindo o registo das necessidades de formação do pessoal)	Total	Realização do exercício de avaliação anual de 2017
NCI 5	Objetivos e indicadores de desempenho	O Documento de Programação da eu-LISA (anteriormente o Programa Anual de Trabalho) foi elaborado na Agência	Em curso	Também em 2017, a Agência tenciona apresentar os

		em conformidade com as orientações aplicáveis e com base num diálogo entre os quadros superiores, os quadros intermédios e os funcionários, a fim de garantir a sua compreensão e apropriação. Foi apresentado o Relatório Anual de Atividades, incluindo todos os pormenores exigidos pelas partes interessadas da eu-LISA. A Agência manteve os indicadores de desempenho empresarial fundamentais em 2016; no entanto, não foi possível chegar a acordo com o Conselho de Administração sobre a sua formulação final		documentos de planeamento em conformidade com o regulamento que a cria, as melhores práticas e as necessidades das partes interessadas em termos de tempo, âmbito e qualidade. Os indicadores de desempenho empresarial fundamentais continuarão a ser revistos em conjunto com o Conselho de Administração para alcançar a sua formulação final
NCI 6	Processo de gestão de riscos	Aplicação da estrutura de gestão de riscos da Agência e conclusão do exercício de gestão de riscos de 2016	Total	Realização do exercício de gestão de riscos da Agência de 2017
NCI 7	Estrutura operacional	A estrutura operacional da Agência foi alterada de acordo com as necessidades, por exemplo, através da reafetação de tarefas entre entidades ou da introdução de setores como entidades subordinadas às unidades. Foi concluída uma estratégia de aquisições, seguida de uma estratégia em matéria de TI da Agência. A decisão do Diretor Executivo sobre a delegação de competências foi revista sempre que necessário	Em curso	A avaliação das funções sensíveis será concluída e as estratégias de aquisições e em matéria de TI da Agência continuarão a ser executadas
NCI 8	Processos e procedimentos	Ocorreu a fusão do Catálogo de Serviços de TI com os Catálogos de Serviços da Agência anteriores (separados). Os processos de funcionamento foram documentados em conformidade e mantidos. O Responsável pela Proteção de Dados reviu anualmente os processos e procedimentos de acordo com o mapa/plano anual de proteção de dados, de modo a assegurar que a proteção de dados seja aplicada em conformidade. Criação de um registo de exceções/desvios, incluindo procedimentos conexos e a realização de sessões de sensibilização	Total	A par das atualizações contínuas, se necessário, a Agência realizará um «exame de saúde» estruturado ao Catálogo de Serviços. Sempre que possível, a Agência continuará a apoiar os processos de atividade com a implantação de recursos de automatização e de TI
NCI 9	Supervisão da Administração	As entidades (departamentos, unidades, setores) executam o PTA de maneira estruturada, seguindo um processo coerente. Está instituído um processo de apresentação de relatórios para medir os progressos alcançados. O intercâmbio com o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) foi	Total	De acordo com os requisitos mínimos definidos, e se necessário, o Diretor Executivo informará sobre quaisquer problemas potencialmente significativos

		estabelecido de acordo com os requisitos definidos		relacionados com o controlo e a auditoria internos, os inquéritos do OLAF e questões importantes de natureza orçamental e financeira suscetíveis de afetar a sua posição na Agência ou a boa gestão das dotações, ou de entravar a realização dos objetivos fixados
NCI 10	Continuidade da atividade	Foi executado um PCA da Agência para assegurar a comunicação contínua das questões relativas à continuidade da atividade ao nível da gestão. Foi realizado e suficientemente documentado o processo de revisão anual dos planos de continuidade da atividade destinados aos sistemas informáticos de grande escala. Teve lugar a formação anual sobre o comportamento adequado em caso de invocação do plano de continuidade da atividade	Total	Continuação da revisão e atualização da documentação sobre a continuidade da atividade da Agência caso se realizem os processos de revisão necessários e aplicáveis dos planos de continuidade da atividade relativos aos sistemas informáticos de grande escala
NCI 11	Gestão de documentos	Instrução e formação destinadas aos funcionários que iniciam funções na Agência sobre gestão e classificação de documentos, estando em vigor um plano de classificação e uma política de arquivamento	Em curso	Implantação de um sistema de gestão eletrónica de documentos
NCI 12	Informação e comunicação	Atualização das estratégias de comunicação interna e externa e dos planos de ação, se necessário; realização de um inquérito de satisfação para o efeito. Cumprimento e documentação adequada das disposições relativas a direitos de autor em todos os esforços de comunicação externa. Execução da estratégia de comunicação interna e do correspondente plano de ação anual. Criação, aprovação e manutenção de um plano de segurança informática em conformidade com os requisitos. Organização de reuniões com o pessoal, pelo menos trimestralmente, para o Diretor Executivo anunciar questões relevantes	Total	Continuarão a ser elaborados e mantidos boletins informativos internos, em função das necessidades do pessoal. Em geral, os esforços e estratégias de comunicação interna e externa serão alterados de acordo com as necessidades das atividades e os regulamentos aplicáveis. Manutenção das reuniões trimestrais com o pessoal para o Diretor Executivo anunciar questões relevantes
NCI 13	Comunicação de informação contabilística e financeira	Foi estabelecido o Manual de NCI para o controlo dos dados contabilísticos	Total	Atualização do Manual de NCI para o controlo dos dados contabilísticos, se necessário
NCI 14	Avaliação das atividades	Conclusão da Avaliação da Agência com base no artigo 31.º do regulamento que a cria	Total	Execução de um plano de ação com base no artigo 31.º; além disso, reforço de capacidades

				da Agência para realizar avaliações <i>ex ante</i> das atividades definidas
NCI 15	Avaliação dos sistemas de controlo interno	Realização de sessões de sensibilização do pessoal sobre o quadro de NCI, incluindo mecanismos para a comunicação de insuficiências do controlo e tratamento de exceções/casos de incumprimento. Realização de um exercício de autoavaliação; foram dirigidas recomendações formais ao Gestor Orçamental para aprovação de desenvolvimentos futuros do quadro de NCI	Total	Apresentações de sensibilização sobre o quadro de NCI, incluindo mecanismos para comunicação de insuficiências do controlo e tratamento de exceções/casos de incumprimento. Realização de um exercício de autoavaliação sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da eu-LISA. Recomendações formais dirigidas ao Gestor Orçamental para aprovação da continuação da aplicação do quadro de NCI
NCI 16	Capacidade de auditoria interna	A Capacidade de Auditoria Interna funcionou e coordenou o seu trabalho com o Serviço de Auditoria Interna. Plano de trabalho de auditoria anual e relatório de auditoria interna anual executados	Total	Continuação do funcionamento da Capacidade de Auditoria Interna e da coordenação do seu trabalho com o SAI. Criação do plano de trabalho de auditoria anual e do relatório de auditoria interna anual. Introdução de um programa de garantia e melhoria da qualidade para auditorias internas, de acordo com o respetivo roteiro

Anexo VIII. Projeto de contas financeiras

QUADRO 1: BALANÇO — EU-LISA			
BALANÇO		2016	2015
A.I. ATIVOS NÃO CORRENTES		51 697 508,29	27 937 114,46
A.I. ATIVOS NÃO CORRENTES	A.I.1 Ativos intangíveis	36 033 467,00	22 384 246,14
	A.I.2. Ativos fixos tangíveis	15 664 041,29	5 552 868,32
A.II. ATIVOS CORRENTES		35 425 020,93	24 103 671,93
A.II. ATIVOS CORRENTES	A.II.2. Pré-financiamento corrente	16 740 739,99	6 666 586,08
	A.II.3. Contas a receber relativas a operações sem contrapartida direta	18 684 280,94	17 437 085,85
	A.II.6. Caixa e equivalentes de caixa	-	-
ATIVOS		87 122 529,22	52 040 786,39
P.II. PASSIVOS CORRENTES		(95 164 989,72)	(9 827 397,22)
P.II. PASSIVOS CORRENTES	P.II.2. Provisões de curto prazo		-
	P.II.4. Contas a pagar	(95 164 989,72)	(1 625 375,59)
	P.II.5. Encargos acrescidos e receitas diferidas	-	(8 202 021,63)
PASSIVOS		(95 164 989,72)	(9 827 397,22)
ATIVOS LÍQUIDOS (ATIVOS menos PASSIVOS)		(8 042 460,50)	(42 213 389,17)
P.III.2. Excedente/déficit acumulado		(42 213 389,17)	(17 778 898,41)
(Excedente)/déficit central não afetado*		50 255 849,67	(24 434 490,76)
TOTAL		0	0
<i>Notas explicativas (facultativo)</i>			
<p>Os valores de 2016 incluídos nos quadros 1 e 2 são provisórios, pois estão ainda em fase de preparação. Ainda não estão contabilizados os dados correspondentes à separação/diferimento dos exercícios, nem a liquidação da subvenção de equilíbrio/operacional, a qual continua a aparecer inserida na P.II.4. As contas a pagar ainda não estão contabilizadas. Depois de elaboradas, as contas provisórias e as contas finais serão ainda sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas. Por essa razão, é possível que os montantes incluídos nestes quadros tenham de ser ajustados após essa auditoria.</p>			

QUADRO 2: DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS — EU-LISA		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS	2016	2015
II.1 RECEITAS	1 442 011,18	72 346 282,82
II.1.1. RECEITAS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA DIRETA	1 377 327,00	72 328 080,41
II.1.1.6. OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA DIRETA	1 377 327,00	72 328 080,41
II.1.2. RECEITAS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES COM CONTRAPARTIDA DIRETA	64 684,18	18 202,41
II.1.2.2. OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES COM CONTRAPARTIDA DIRETA	64 684,18	18 202,41
II.2. DESPESAS	(51 697 860,85)	(47 911 792,06)
II.2. DESPESAS	(51 697 860,85)	(47 911 792,06)
II.2.10. OUTRAS DESPESAS	(21 612 665,90)	(14 186 750,14)
II.2.3. DESPESAS RELATIVAS A OUTRAS AGÊNCIAS & ORGANISMOS DA UE (IM)	(17 373 887,31)	(21 870 619,58)
II.2.6. CUSTOS DE PESSOAL	(12 709 768,32)	(11 852 614,40)
II.2.8. CUSTOS FINANCEIROS	(1 539,32)	(1 807,94)
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS	(50 255 849,67)	24 434 490,76
<i>Notas explicativas (facultativo)</i>		
<p><i>Os valores de 2016 incluídos nos quadros 1 e 2 são provisórios, pois estão ainda em fase de preparação. Ainda não estão contabilizados os dados correspondentes à separação/diferimento dos exercícios, nem a liquidação da subvenção de equilíbrio/operacional, a qual continua a aparecer inserida na P.II.4. As contas a pagar ainda não estão contabilizadas. Depois de elaboradas, as contas provisórias e as contas finais serão ainda sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas. Por essa razão, é possível que os montantes incluídos nestes quadros tenham de ser ajustados após essa auditoria.</i></p>		

CONTAS DO RESULTADO ORÇAMENTAL DA EU-LISA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016			
em 18/01/2017			
		2016	2015
RECEITAS			
Subvenção de equilíbrio da Comissão	+	94 083 000,00	67.262.000,00
Contribuição dos países associados	+	2 291 582,00	643 800,27
Fronteiras Inteligentes	+	21 722,89	3 325 000,00
Receitas diversas	+	127 868,39	25 422,70
RECEITAS TOTAIS (a)		96 524 173,28	71.256.222,97
DESPESAS			
<i>Título I: Pessoal</i>			
Pagamentos	-	13 783 629,98	12 702 845,23
Dotações transitadas	-	415 692,33	272 158,64
<i>Título II: Despesas administrativas</i>			
Pagamentos	-	2 920 317,57	9 215 650,98
Dotações transitadas	-	5 073 039,03	19 279 435,67
<i>Título III: Despesas de funcionamento</i>			
Pagamentos	-	57 822 830,64	37 456 451,55
Dotações transitadas	-	2 973 476,03	2 451 215,69
DESPESAS TOTAIS (b)		82 988 985,58	81 377 757,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO (a-b)		13 535 187,70	-10 121 534,79
Anulação de dotações de pagamento não utilizadas transitadas do exercício anterior	+	474 015,04	10 690 033,94
Ajustamento relativo à transição do exercício anterior de dotações disponíveis em 31.12 provenientes de receitas afetadas	+	2 460 299,06	
Diferenças cambiais do exercício (ganho +/-perda -)	+/-	-206,05	-819,92
BALANÇO DA CONTA DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO		16 469 295,75	567 679,23
Ano de balanço N-1	+/-	-7 652 180,93	-8 219 860,16
Saldo positivo do ano N-1 reembolsado no ano N à Comissão	-		
Resultado utilizado para determinar montantes na contabilidade geral		8 817 114,82	-7 652 180,93
Subvenção da Comissão Europeia: receitas acrescidas dos registos da Agência e despesas acrescidas da Comissão		85 265 885,18	
Pré-financiamento ainda não utilizado a reembolsar pela Agência à Comissão Europeia no ano N+1		8 817 114,82	
<p><i>Nota: Os dados apresentados na Conta do Resultado Orçamental supra estão ainda dependentes de confirmação por parte da DG HOME. Após aprovação, o conteúdo da célula «Subvenção da Comissão Europeia: receitas acrescidas dos registos da Agência e despesas acrescidas da Comissão» será adicionado à conta de ganhos e perdas como receita.</i></p>			

Anexo IX. Objetivos e indicadores

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
1	2.2.1.1	Gestão operacional do Eurodac (manutenção corretiva e adaptativa)	Prestação contínua de serviços de gestão, 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão de manutenção (CQ reformulado) e assistência aos utilizadores dos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; acordos de nível de serviço específicos Eurodac segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão	Alcançada	N/A
2	2.2.1.1	Gestão do contrato Eurodac	Gestão do contrato Eurodac	Sim	N/A	No mínimo, 2 reuniões do Comité Diretor por ano; no mínimo, 8 reuniões por ano com o contratante ao nível das aplicações/programas; 12 relatórios mensais de atividade revistos e aprovados por ano	Alcançada	N/A
3	2.2.1.2	Manutenção evolutiva do Eurodac	Adaptações do sistema após a reformulação	Em curso	Recalendarizado	Adaptações realizadas nos termos do plano acordado/de base	Em vias	As atividades relativas ao aumento da capacidade para 7 milhões de registos foram recalendarizadas após a diminuição das operações do Eurodac. O âmbito foi alargado (testes adicionais). Projeto iniciado e em curso
4	2.2.1.2	Estudo sobre a migração para uma rede específica Eurodac	Apoio à Comissão Europeia num estudo de análise de impacto sobre a configuração de uma rede virtual cifrada específica aos dados do Eurodac a fim de substituir o EuroDomain existente e permitir uma transmissão segura de serviços Web (xml) entre o SP e o SN	Não	Recalendarizada, visto depender de um estudo global sobre uma rede unificada a implantar em	Realização do estudo conforme o plano acordado/de base	Não alcançada	Realização do estudo recalendarizada no âmbito de um estudo global sobre uma rede unificada a implantar em 2017 pela eu-LISA

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
			(artigo 3.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (UE) n.º 603/2013)		2017 pela eu-LISA			
5	2.2.1.1	Elaboração do contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO) do Eurodac	Elaboração das especificações e início do processo de concurso para o novo contrato MWO do Eurodac	Em curso	N/A	Plano de contratação pública para MWO do Eurodac e primeira versão das especificações técnicas do concurso (ETC)	Em vias	Conclusão da versão final recalendarizada para o primeiro trimestre de 2017
6	2.2.1.1	Manutenção corretiva do SIS II	Manutenção corretiva de base	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específico do SIS II cumprido segundo as metas definidas no Anexo 2 do ANS padrão	Alcançada	N/A
7	2.2.1.1	Adaptações do SIS II (WL, Oracle 12c)	Manutenção adaptativa do Oracle 12	Não	Adiada devido ao projeto AFIS, conforme acordado com todas as partes interessadas; o PTA de 2016 foi alterado	Adaptações do SIS II concluídas conforme os planos e ANS relevantes em vigor	Adiada	Repriorização devido à necessidade de iniciar a implantação do AFIS no SIS II em 2016
8	2.2.1.1	Gestão operacional do SIS II (manutenção corretiva e adaptativa)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específicos do SIS II cumpridos segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão	Alcançada	N/A
9	2.2.1.1	Gestão do contrato do SIS II	Assegurar o cumprimento, pelo contratante, das obrigações contratuais decorrentes do contrato de manutenção em bom funcionamento do SIS II; manter o	Sim	N/A	No mínimo, 2 reuniões do Comité Diretor por ano a nível da administração; no mínimo, 8 reuniões por ano com o contratante ao nível das aplicações/programas; 12 relatórios	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
			SIS II em condições de funcionamento			mensais de atividade revistos e aprovados por ano		
10	2.2.1.2	Evoluções funcionais do SIS II segundo o roteiro acordado (novos recursos ou uma nova funcionalidade de verificação da coerência dos dados (DCC))	Alinhamento do sistema central do SIS II com as exigências novas/alteradas dos utilizadores	Sim	N/A	Conclusão atempada e dentro do âmbito, tal como acordado com os Estados-Membros	Alcançada	N/A
11	2.2.1.2	Estudo Active2Active do SIS II (operação da UC e da UCS em modo ativo/ativo para proporcionar uma melhor resiliência do sistema, a continuidade da atividade e uma melhor utilização dos recursos do centro de dados)	Estudo de base sobre o modo ativo/ativo (sujeito a análise jurídica a fim de garantir a conformidade do estudo com o quadro jurídico aplicável), proporcionando a conceção técnica de base e o roteiro de execução para a mudança prevista nas operações	Sim	N/A	Realização do estudo conforme o plano acordado/de base	Alcançada	N/A
12	2.2.1.2	Estudar e iniciar a execução do alinhamento da capacidade do SIS II de acordo com os resultados do estudo	Evolução de base em termos de capacidade/desempenho; sistema alinhado com uma maior exigência de capacidade; disponibilização de consultas automáticas e outras melhorias relacionadas com a elaboração de relatórios; melhorias técnicas, como a atualização do Oracle 12 e licenças associadas; apoio aos EM que se associem à comunidade SIS II	Sim	N/A	Evolução de base em termos de capacidade concluída segundo os planos acordados; apoio prestado aos novos EM associados à comunidade SIS II	Em vias	Execução adiada para 2017 devido ao projeto AFIS, conforme acordado com todas as partes interessadas; PTA de 2016 alterado
13	2.2.1.2	Implantação de recursos biométricos do SIS II em curso (a finalizar em 2017)	Implantação da capacidade de processamento de impressões digitais do SIS II	Sim	N/A		Alcançada	N/A
14	2.2.1.3	Realização em curso de um estudo relativo aos serviços partilhados; com base nos resultados deste estudo, implantação de certos serviços (a definir pelo estudo) de forma partilhada em 2016; após a disponibilização dos serviços partilhados, ligação do SIS II à infraestrutura partilhada;	Utilização da infraestrutura partilhada pelo SIS II; desmantelamento do antigo equipamento	Não	Repriorização devido à necessidade de iniciar os trabalhos do AFIS no SIS II	Estudo realizado conforme o plano acordado/de base; serviços específicos do SIS II desmantelados	Adiada	Adiada devido ao projeto AFIS, conforme acordado com todas as partes interessadas. PTA de 2016 alterado

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		desmantelamento dos serviços específicos do SIS II						
15	2.2.1.5	Interface do SIS II com mecanismo de salvaguarda de dados partilhado; desmantelamento do mecanismo de salvaguarda de dados específico do SIS II	SIS II ligado a mecanismo de salvaguarda de dados partilhado; desmantelamento do antigo equipamento (deve iniciar-se no final de 2016, após avaliação da conformidade com a base jurídica aplicável)	Não	Repriorização devido à necessidade de iniciar os trabalhos do AFIS no SIS II	Melhoria da duração da salvaguarda de dados e do número de incidentes e equipamento desmantelado	Adiada	Adiada devido ao projeto AFIS, conforme acordado com todas as partes interessadas; PTA de 2016 alterado
16	2.2.1.1	Gestão operacional do VIS (manutenção corretiva)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana; supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específicos do VIS/BMS cumpridos segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão	Alcançada	N/A
17	2.2.1.1	Gestão operacional do BMS (manutenção corretiva)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana; supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específicos do VIS/BMS cumpridos segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão	Alcançada	N/A
18	2.2.1.1	Gestão operacional do VIS (manutenção adaptativa)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana; supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específicos do VIS/BMS cumpridos	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
						segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão		
19	2.2.1.1	Gestão operacional do BMS (manutenção adaptativa)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana; supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos; ANS específicos do VIS/BMS cumpridos segundo as metas definidas no Anexo 2 do Acordo de Nível de Serviço padrão	Alcançada	N/A
20	2.2.1.1	Transição entre os contratantes e assunção do contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO) do VIS	Transição bem-sucedida entre os contratantes do contrato MWO; novo contratante MWO em condições de assumir as responsabilidades do contratante anterior	Em curso	É necessário envidar um esforço suplementar para fazer cumprir os requisitos contratuais reforçados e assim estabelecer os métodos e processos de trabalho adequados	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Não alcançada	Fracos níveis de desempenho e qualidade por parte do contratante; dificuldades com o grande número de atividades e acompanhamentos; estas questões foram abordadas durante as reuniões do Comité Diretor
21	2.2.1.1	Transição entre os contratantes e assunção do contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO) do BMS	Transição bem-sucedida entre os contratantes do contrato MWO; novo contratante MWO em condições de assumir as responsabilidades do contratante anterior	Em curso	É necessário envidar um esforço suplementar para fazer cumprir os requisitos contratuais reforçados e assim	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Não alcançada	Fracos níveis de desempenho e qualidade por parte do contratante; dificuldades com o grande número de atividades e acompanhamentos; estas questões foram abordadas durante as

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					estabelecer os métodos e processos de trabalho adequados			reuniões do Comité Diretor
22	2.2.1.1	Gestão operacional do VIS (manutenção corretiva) ao abrigo do novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Alcançada	N/A
23	2.2.1.1	Gestão operacional do BMS (manutenção corretiva) ao abrigo do novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Alcançada	N/A
24	2.2.1.1	Gestão operacional do VIS (manutenção adaptativa) ao abrigo do novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Alcançada	N/A
25	2.2.1.1	Gestão operacional do BMS (manutenção adaptativa) ao abrigo do novo contrato de manutenção em bom funcionamento (MWO)	Prestação contínua de serviços de gestão de aplicações 24 horas por dia/7 dias por semana, supervisão da manutenção e assistência aos EM	Sim	N/A	Novo contrato MWO elaborado e assinado conforme previsto; transição do contratante anterior para o novo contratante concluída; autorizações financeiras concretizadas de acordo com o plano; início da evolução programada conforme previsto	Alcançada	N/A
26	2.2.1.1	Aumento da capacidade do VIS alinhada com as necessidades da atividade e a conclusão da implantação do VIS; atividades relacionadas com o Código de Vistos+; atividades relacionadas com a integração da Croácia no	Evoluções do VIS/BMS	Em curso	São necessários esforços suplementares para dar início às atividades segundo os objetivos	Apresentação dos estudos necessários com a avaliação do impacto das evoluções previsíveis em termos de custos, tempo, aspetos técnicos e qualidade, a fim de acionar as execuções associadas em conformidade com os requisitos jurídicos e técnicos	Não alcançada	Após a conclusão do concurso público relativo ao novo contrato MWO, foi necessário prestar esclarecimentos sobre os recursos do programa

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		VIS e reforço da infraestrutura de testes do VIS/BMS			contratuais, da atividade e técnicos			e do projeto, o que atrasou a avaliação de impacto; a maior parte do trabalho está já concluída, mas aguarda-se ainda a finalização
27	Nova tarefa	Integração da Croácia no VIS	Concessão à Croácia do acesso ao VIS	Sim	N/A	Integração realizada conforme previsto	Alcançada	N/A
28	Nova tarefa	Aumento da capacidade da base de dados do VIS para 60 milhões de pedidos de visto	Evoluções do VIS/BMS	Sim	N/A	Execução do projeto de acordo com o plano de execução e em conformidade com o âmbito e o orçamento previstos	Alcançada	N/A
29	Nova tarefa	Alterações no Código de Vistos+	Evoluções do VIS/BMS	Sim	N/A	Execução do projeto de acordo com o plano de execução e em conformidade com o âmbito e o orçamento previstos	Alcançada	N/A
30	2.2.1.2	Estudo Active2Active VIS/BMS (operação da UC e da UCS em modo ativo/ativo, para proporcionar uma melhor resiliência do sistema, a continuidade da atividade e uma melhor utilização dos recursos do centro de dados)	Estudo de base sobre o modo ativo/ativo (sujeito a análise jurídica a fim de garantir a conformidade do estudo com o quadro jurídico aplicável), proporcionando a conceção técnica de base e o roteiro de execução para a mudança prevista nas operações	Em curso	Devido à vasta série de requisitos e aos desafios de natureza técnica a eles associados, a Fase 1 prolongou-se para além do previsto; assim, a data de apresentação do estudo foi adiada para janeiro de 2017	Realização do estudo conforme o plano acordado/de base	Não alcançada	Elaboração do estudo ainda em curso; o atraso não será superior a um mês
31	2.2.1.1	Gestão do contrato do VIS/BMS	Gestão do contrato do VIS; boa gestão financeira, orçamental e contratual do contrato MWO do VIS e do BMS (garantindo a cobertura contratual de todas as atividades previstas, o pagamento atempado das faturas e uma boa execução orçamental)	Em curso	São necessários esforços suplementares para validar o serviço prestado de acordo com os objetivos contratuais, da	No mínimo, 2 reuniões do Comité Diretor por ano a nível da administração; no mínimo, 8 reuniões por ano com o contratante ao nível das aplicações/programas; 12 relatórios mensais de atividade revistos e aprovados pela Agência por ano	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					atividade e técnicos			
32	2.2.1.3	Desenvolver o portal da equipa do Administrador de Aplicações com vista a reunir informações para a equipa de apoio de nível 2, lista de tarefas, contém documentação para a organização de equipas, documentação para procedimentos operacionais	Se estiverem disponíveis, nessa altura, soluções como o SharePoint, conceber o portal da equipa para posterior implantação	Sim	N/A	Portal da equipa disponível e em utilização (até finais de 2016)	Alcançada	N/A
33	2.2.1.1	As alterações não previstas acordadas para execução foram executadas em conformidade com o calendário e o âmbito acordados	Execução e gestão de alterações não previstas nos sistemas principais da atividade	Sim	N/A	As alterações não previstas acordadas para execução foram executadas sem necessidade de um orçamento suplementar em conformidade com o calendário e âmbito acordados	Alcançada	N/A
34	2.2.1.2	Implantação de plataformas de teste virtuais para os sistemas principais (SIS II, Eurodac, VIS, BMS), com início em 2016 e prossecução em 2017	Desmantelamento dos ambientes de teste físicos e substituição por outro virtual até ao final de 2016	Em curso	N/A	Execução do projeto de acordo com o plano de execução e em conformidade com o âmbito e o orçamento previstos	Em vias	N/A
35	2.2.1.1	Evolução do Gabinete de Gestão de Projetos: implantação de uma ferramenta de elaboração de relatórios relativos aos indicadores de desempenho fundamentais (IDF), ANS e estatísticas	Automatização da geração de dados estatísticos, a qual envolve atualmente um excesso de intervenção e recursos humanos; a implantação de modelos preenchidos pelos diferentes sistemas permitirá a geração automática e limitará o trabalho operacional de comunicação destes relatórios a nível interno	Em curso	N/A	15 % de economia de tempo na eficiência da comunicação dos relatórios, depois de a ferramenta estar totalmente implantada	Em vias	N/A
36	2.2.1.1	Evolução do Gabinete de Gestão de Projetos: desenvolvimento e implantação do painel de instrumentos automatizado para monitorização dos projetos	O projeto visa aumentar a capacidade do GGP para acompanhar a situação de todos os projetos internos e externos ativos e fornecer informações pormenorizadas e oportunas; integração, consolidação e automatização das ferramentas de	Em curso	N/A	Número de programas/projetos executados com um desvio inferior a 10 % do orçamento/calendário inicial; percentagem do período de execução igual ao tempo decorrido desde a fase inicial até à conclusão do projeto; percentagem de projetos em carteira executados/número total de projetos em	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
			gestão de projetos disponíveis da Agência no portal da sua Intranet			carteira; pelo menos 90 % dos projetos compatíveis com os processos de gestão da qualidade aplicados		
37	2.2.1.4	Implantação dos sistemas do projeto «Fronteiras Inteligentes» (Sistema de Entrada/Saída; contratação pública, subvenções e desenvolvimento)	De acordo com a proposta legislativa da Comissão Europeia, a execução do projeto «Fronteiras Inteligentes» começará assim que o quadro jurídico for aprovado; o calendário atual é o seguinte: resultados do projeto-piloto até ao final de 2015, base jurídica até ao final de 2016, desenvolvimento e gestão operacional entre 2017 e 2020	Em curso	Certos requisitos jurídicos carecem ainda de clarificação ou de ser complementados com o ato de execução, que será debatido logo após a aprovação do regulamento da UE; tendo também em conta as decisões dos legisladores pendentes, certas prestações foram concluídas, enquanto outras especificações técnicas têm de ser reformuladas até meados de 2017	Análise dos requisitos do programa «Fronteiras Inteligentes» e conceção do pacote adequado	Parcialmente alcançada	N/A
38	2.2.1.7	Conceção de estatísticas operacionais, programação e documentação	Conceção de estatísticas operacionais, programação, documentação	Sim	N/A	Melhorar a qualidade e a pontualidade da produção de estatísticas para os EM e aumentar o nível de automatização	Alcançada	N/A
39	2.2.1.7	Estatísticas e relatórios do Eurodac em conformidade com a	Conclusão atempada de relatórios de acordo com os instrumentos jurídicos aplicáveis	Sim	N/A	Relatórios e estatísticas disponíveis com um desvio inferior a 10 % dos planos de base	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		aplicação do regulamento formulado						
40	2.2.2.1	Gestão da mudança e <i>workshops</i> (a nível interno e nos EM)	Atividades de gestão da mudança recorrentes para todos os sistemas suportados	Sim	N/A	Atividades de gestão da mudança concluídas por processo; aumento de 5 % no número de alterações introduzidas em 2016 comparativamente a 2015	Alcançada	N/A
41	Nova tarefa	Gestão da mudança: coordenação do grupo de gestão da mudança via <i>webinars</i> e reuniões presenciais	Atividades correntes de gestão da mudança em todos os sistemas suportados, com vista à recolha de pedidos de alteração; avaliação dos impactos dos pedidos de alteração; acordo sobre as formas de executar os pedidos de alteração; definir o plano e coordenar as atividades de execução dos pedidos de alteração	Sim	N/A	Número de pedidos de alteração discutidos; número de <i>webinars</i> organizados; número de <i>workshops</i> (presenciais) organizados	Alcançada	N/A
42	Nova tarefa	Gestão da mudança: comunicação de informações	Atividades correntes de gestão da mudança em todos os sistemas suportados para: - comunicar no seio da eu-LISA a situação dos pedidos de alteração; cooperar com os gestores de aplicações e libertar os gestores da execução dos pedidos de alteração; publicar periodicamente no CIRCABC um registo com a situação dos pedidos de alteração; comunicar nos Grupos Consultivos a situação dos pedidos de alteração e das atividades do GGM; comunicar no comité do SIS/VIS a situação dos pedidos de alteração	Sim	N/A	Número de pedidos de alteração discutidos; relatório quinzenal; reunião do Grupo de Gestão da Mudança	Alcançada	N/A
43	Nova tarefa	Gestão da mudança: apoio	Atividades correntes de gestão da mudança para apoiar os gestores de aplicações da eu-LISA nas atividades relacionadas com a melhoria e a evolução das plataformas que têm de ser discutidas com os Estados-Membros	Sim	N/A	Organização de <i>workshops</i> e reuniões para discutir aspetos específicos com os peritos dos Estados-Membros	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
44	2.2.2.1	Elaboração de relatórios, planeamento integrado e gestão de riscos operacionais e dos projetos	Relatórios, planos e registos de riscos que contribuam para a gestão geral do DO e da Agência	Sim	N/A	Elaboração de relatórios, planeamento integrado, listas de riscos e planos de atenuação disponíveis	Alcançada	N/A
45	2.2.2.1	Alcançar uma maior excelência operacional através da melhoria das competências individuais de acordo com as necessidades identificadas e as lacunas existentes	Formação e certificações conforme os roteiros individuais de formação	Sim	N/A	90 % dos programas de formação concluídos de acordo com o plano	Alcançada	N/A
46	2.2.2.1	Análise de dados, previsões e apoio às atividades: trata-se de uma tarefa contínua que cria e fornece estatísticas e relatórios relacionados com desempenho dos sistemas, gestão de incidentes, capacidade, etc.	Disponibilização atempada de análise de dados, previsões e apoio às atividades em todas as aplicações, em função dos pedidos dos Estados-Membros ou de incidentes	Sim	N/A	Análise de dados, previsões e apoio às atividades disponibilizados aos Estados-Membros	Em curso	N/A
47	2.2.3.1	Preparação e apresentação de material nos Grupos Consultivos, <i>workshops</i> com Estados-Membros, e conferências sobre os sistemas e projetos relativos ao projeto «Fronteiras Inteligentes» e ao VIS, SIS II e Eurodac	Preparação e apresentação de material nos Grupos Consultivos e <i>workshops</i> com Estados-Membros: apresentações, análises, estatísticas, relatórios e atas	Sim	N/A	Participação do pessoal operacional em Grupos Consultivos e <i>workshops</i> pertinentes conforme solicitado	Alcançada	N/A
48	Nova tarefa	Projeto-piloto «Centros de Registo»	Participação no projeto-piloto interagências	Parcialmente alcançada	Conclusão da primeira fase – prova de conceito; continuação da segunda fase pendente da discussão em curso com a FRONTEX	Encerramento da fase da prova de conceito de acordo com o plano	Alcançada	N/A
49	Nova tarefa	Apoio à Comissão Europeia e prestação de aconselhamento técnico à atualização do sistema nacional grego	Reuniões de trabalho, avaliação técnica e elaboração do relatório técnico	Sim	N/A	Apresentação do relatório de avaliação técnica de acordo com o plano	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
50	Nova tarefa	Reformas do Eurodac e de Dublin	Avaliação técnica/de impacto e apoio à Comissão Europeia para a especificação dos requisitos das reformas do Eurodac e de Dublin; participação na reunião de trabalho e nas discussões do Conselho	Sim	N/A	Apresentação do relatório de avaliação técnica de acordo com o plano	Alcançada	N/A
51	Nova tarefa	DubliNet	Gestão operacional	Sim	N/A	Gestão operacional de acordo com o MdE assinado com a Comissão Europeia	Alcançada	N/A
52	2.2.1.2	Atividades e <i>workshops</i> de gestão de novas versões	Gestão de novas versões recorrente para todos os sistemas suportados	Sim	N/A	Planos de lançamento de novas versões disponíveis e divulgados a todas as partes interessadas	Alcançada	N/A
53	2.2.1.2	Criar um ambiente de desenvolvimento como ferramenta horizontal de apoio a todos os sistemas	Criar um ambiente de desenvolvimento que permita o desenvolvimento da base de dados Oracle, Weblogic, HP-UX e Linux	Não	Atividade adiada para eventual integração no projeto da infraestrutura comum partilhada numa fase posterior; haverá uma reavaliação das necessidades.	Ambiente de desenvolvimento disponível e operacional; documentação disponível	Cancelada	Atividade adiada para eventual integração com o projeto da infraestrutura comum partilhada numa fase posterior; haverá uma reavaliação das necessidades
54	2.2.1.3	Apoio do Serviço de Assistência (<i>Helpdesk</i>), relatórios diários, apoio de nível 1 aos Estados-Membros, estatísticas diárias	Garantir atividades de apoio de nível 1 adequadas e oportunas aos Estados-Membros	Em curso	N/A	95 % das interações entre EM reconhecidas em menos de 1 minuto; 95 % dos incidentes críticos categorizados em menos de 5 minutos; 95 % dos incidentes de alta prioridade categorizados em menos de 10 minutos; 95 % dos incidentes moderados categorizados em menos de 30 minutos	Em vias	N/A
55	2.2.1.3	Gestão de serviços eficaz, gestão de incidentes e problemas	Assegurar as atividades de gestão de serviços de forma eficaz e eficiente	Em curso	N/A	100 % dos incidentes críticos resolvidos ou soluções alternativas disponíveis em menos de 8 horas; 95 % dos incidentes de alta prioridade resolvidos ou com perspectiva de solução em menos de 24	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
						horas; 90 % dos incidentes moderados resolvidos ou com perspectiva de solução em menos de 6 dias		
56	2.2.1.3	Manutenção e monitorização das redes geridas pela eu-LISA com vista a garantir a segurança e fiabilidade da infraestrutura de comunicações	Infraestruturas de comunicação seguras e fiáveis; trata-se de um resultado a obter continuamente, não de um resultado específico para 2016	Em curso	N/A	Plena conformidade com todos os acordos de nível de serviço aplicáveis às redes existentes	Em vias	N/A
57	2.2.1.3	Contribuir para uma gestão eficaz dos contratos de todas as redes fornecidas por terceiros	Gestão eficiente dos contratos relativos às redes; trata-se de uma atividade contínua	Sim	N/A	Análise dos relatórios do contratante e resultados comunicados atempadamente à Comissão Europeia, tal como previsto no Memorando de Entendimento	Alcançada	N/A
58	2.2.1.5	Implantação de uma nova infraestrutura de salvaguarda de dados partilhada, que substituirá todas as infraestruturas de salvaguarda individuais dos sistemas existentes (SIS II, VIS, BMS, Eurodac); esta nova infraestrutura será escalável para permitir também a integração de sistemas futuros; as escolhas técnicas serão baseadas no resultado do estudo sobre os serviços partilhados (conclusão do estudo: primeiro trimestre de 2015)	Mecanismo de salvaguarda de dados único instalado e pronto para ser utilizado por todos os sistemas até ao final de 2016, a fim de evitar qualquer renovação da infraestrutura de salvaguarda existente devido a obsolescência; [a finalizar até ao final de 2016].	Em curso	Em curso devido ao atraso na obtenção da credenciação de segurança do pessoal do fornecedor	Melhoria da pegada, consumo de BTU e energia elétrica conseguida dentro dos prazos estipulados	Não alcançada	Instalação e configuração da infraestrutura de salvaguarda previstas para o início do primeiro trimestre de 2017, de modo a que as atividades conexas não sejam afetadas pelo atraso
59	2.2.2.1	Manutenção adaptativa das redes da eu-LISA	Melhoria e atualização contínuas das redes da eu-LISA (infraestrutura comum dos sistemas principais), de modo a satisfazer as necessidades da eu-LISA	Em curso	Execução atrasada devido a dificuldades com os mecanismos contratuais da primeira fase (os bastidores necessários não foram abrangidos pelo	Serviços de rede prestados em plena conformidade com os planos e ANS relevantes em vigor	Não alcançada	Atraso do início da produção da UCS e da UC devido a dificuldades com o dispositivo contratual

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					mesmo contrato do resto da infraestrutura)			
60	2.2.1.1	Disponibilidade contínua e conformidade com os ANS acordados	Operar, gerir e manter o centro de dados de salvaguarda e o centro operacional de salvaguarda de St. Johann im Pongau, AT	Em curso	N/A	Número de elementos da infraestrutura da UCS (Unidade Central de Salvaguarda) da eu-LISA que interrompem os serviços dos sistemas principais da atividade prestados aos Estados-Membros: possíveis problemas na infraestrutura da UCS da eu-LISA não interrompem os serviços dos sistemas principais da atividade prestados aos Estados-Membros	Em vias	N/A
61	2.2.2.1	Integração da base de dados de gestão de configuração (CMDB) do sistema de gestão de serviços de tecnologias de informação (ITSM) com a gestão de ativos da eu-LISA e estabelecimento de uma única fonte de informação para a gestão de ativos	Com a sua integração nos processos de gestão de ativos, a Agência garantirá uma melhor rastreabilidade dos investimentos nos sistemas sob a sua gestão; este projeto é um elemento importante do planeamento da Agência para dar seguimento a várias das constatações das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas Europeu em 2014	Sim	N/A	Integração da base de dados de gestão de configuração (CMDB) do sistema ITSM com a gestão de ativos concluída de acordo com o plano, com um desvio inferior a 10 % face ao calendário acordado	Adiada	Atividade adiada por motivos de repriorização
62	2.2.1.3	Fase 2 dos projetos de evolução da rede Testa-NG com atividades relacionadas com a CERTES e a otimização da rede (estudos relativos ao SIS II, ao Eurodac e ao VIS/BMS)	O projeto abrange atividades já não cobertas pela Comissão: conexões EuroDomain da eu-LISA (SC29) (cerca de 127 mil euros); consultoria externa (ao abrigo do contrato-quadro de consultoria externa), estimada em 200 mil euros; cablagem interna necessária e mecanismos do centro de dados, estimados em 25 mil euros	Sim	N/A	Resultados de acordo com o plano	Em vias	N/A
63	2.2.1.2	Melhorias contínuas no serviço em todos os processos internos e uma maior integração dos processos organizacionais	Alinhamento com os mais recentes desenvolvimentos de processos e cálculos dos IDF; melhorias no modelo de serviço da eu-LISA	Não	Falta de recursos e autorizações fixas	Processos internos aperfeiçoados; melhoria do modelo de serviço da eu-LISA	Não alcançada	Pendente de uma decisão de gestão

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
64	2.2.2.1	Preparação em curso para a certificação do ITSM (ISO 20000) em 2017	Atividades de preparação — a decidir	Não	Certificação adiada para 2019/2020 por motivos de repriorização	Preparação da certificação ISO 20000	Não alcançada	Certificação adiada para 2019/2020 por motivos de repriorização
65	2.2.2.1	Elaboração do contrato-quadro para a infraestrutura comum partilhada, lançamento e conclusão de um concurso público para o contrato relativo à manutenção em bom funcionamento (MWO) da infraestrutura comum partilhada	Contrato-quadro de fornecimento de <i>hardware</i> , <i>software</i> , serviços de integração, manutenção horizontal da infraestrutura dos sistemas principais, incluindo TI nos domínios institucional e da segurança, conforme o caso; elaboração da documentação do concurso e execução da contratação pública	Em curso	Conclusão atempada do processo de avaliação do concurso; proposta em conformidade e proponente selecionado; publicação dos resultados da avaliação; assinatura do contrato-quadro pendente	Seleção do contratante/contrato atempada e dentro do âmbito; processo de contratação concluído o mais tardar até ao final do terceiro trimestre de 2016	Em vias	N/A
66	2.2.1.3	Estabelecimento de uma monitorização integrada transversal dos sistemas geridos pela Agência	Com a implantação da monitorização integrada, será utilizada uma ferramenta para monitorizar todos os sistemas; todos os incidentes serão também registados e processados na mesma ferramenta; além disso, os incidentes serão automaticamente transmitidos aos contratantes para resolução através da ferramenta e todo o ciclo de resolução será monitorizado e registado; esta abordagem irá aumentar a eficiência das operações da Agência e dotá-la de melhores meios para interagir com e controlar os contratantes	Em curso	O processo encontra-se na fase do estudo de viabilidade	Monitorização integrada realizada de acordo com o plano; ganho de 10 % de eficiência em termos de tempo	Em vias	N/A
67	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de	Produção das estatísticas anuais do SIS II	Sim	N/A	Produção de estatísticas de acordo com os prazos estabelecidos nas bases jurídicas	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos						
68	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos	Atualização da lista das autoridades relativas ao SIS II	Sim	N/A	Atualização da lista das autoridades relativas ao SIS II	Alcançada	N/A
69	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos	Atualização da lista das autoridades (asilo) relativas ao Eurodac	Sim	N/A	Atualização da lista das autoridades relativas ao Eurodac	Alcançada	N/A
70	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos	Elaboração do relatório anual do Eurodac, incluindo o seu funcionamento técnico e segurança	Em curso	Projeto de relatório enviado ao Grupo Consultivo para consulta em 13 de dezembro de 2016; procedimentos escritos para parecer e aprovação do relatório previstos para janeiro/fevereiro de 2017	Relatório final de acordo com os requisitos jurídicos	Não alcançada	Devido ao atraso no fornecimento dos modelos de estatísticas anteriormente comunicado (devido ao projeto de reformulação), o relatório está atrasado
71	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos	Conclusão do relatório VIS sobre o funcionamento técnico do sistema e respetiva segurança	Sim	N/A	Relatório final de acordo com os requisitos jurídicos	Alcançada	N/A
72	2.2.1.7	Cumprimento de todas as obrigações de elaboração de	Trabalhos preparatórios para o relatório sobre o funcionamento	Sim	N/A	Relatório final de acordo com os requisitos jurídicos	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		relatórios estabelecidas no Regulamento que cria a Agência e nas bases jurídicas dos sistemas por ela geridos	técnico do SIS II (previsto para o segundo trimestre de 2017)					
73	2.2.1.8	Ações contínuas de formação técnica adequada sobre a utilização do SIS II, do VIS e do Eurodac destinadas às autoridades nacionais participantes	Revisão da estratégia de formação 2013-2016 (PCN) em estreita cooperação com a Comissão Europeia, a FRONTEX e a CEPOL	Em curso	Discussões com as partes interessadas internas e externas sobre o conteúdo, nomeadamente sobre as metodologias de formação a aplicar e em curso	Apresentação e aprovação do novo documento de estratégia em matéria de formação pelo Grupo Consultivo e o Conselho de Administração até ao final do quarto trimestre de 2016	Em vias	N/A
74	2.2.1.8	Ações contínuas de formação técnica adequada sobre a utilização do SIS II, do VIS e do Eurodac destinadas às autoridades nacionais participantes	Elaboração do plano de formação para 2017 (PCN)	Em curso	N/A	Apresentação e aprovação do novo plano de formação pelo Grupo Consultivo até ao final do quarto trimestre de 2016	Em vias	N/A
75	2.2.1.8	Ações contínuas de formação técnica adequada sobre a utilização do SIS II, do VIS e do Eurodac destinadas às autoridades nacionais participantes	Atualização da carteira de formação da Agência (PCN)	Sim	N/A	Atualização da carteira de formação até ao final do quarto trimestre de 2016	Excedida	Foram elaborados novos programas de formação
76	2.2.1.8	Ações contínuas de formação técnica adequada sobre a utilização do SIS II, do VIS e do Eurodac destinadas às autoridades nacionais participantes	Realização de atividades de formação como previsto no plano de formação de 2016	Sim	N/A	Todas as atividades de formação realizadas no calendário previsto	Excedida	Em 2016, estavam previstos 27 cursos e a eu-LISA realizou 33; relativamente ao SIS II, estavam previstos e foram realizados 16 cursos; relativamente ao VIS, estavam previstos 5 cursos e foram realizados 7; relativamente ao Eurodac, estavam

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
								previstos e foram realizados 6 cursos; estavam previstos 6 cursos horizontais e foram realizados 4
77	2.2.1.8	Ações contínuas de formação técnica adequada sobre a utilização do SIS II, do VIS e do Eurodac destinadas às autoridades nacionais participantes	Administração eficaz da plataforma de formação da eu-LISA	Sim	N/A	Disponibilidade constante da plataforma de formação (materiais de formação e funcionalidades) aos utilizadores	Alcançada	N/A
78	2.2.1.8	Integrar nos programas de formação da Agência a formação obrigatória sobre a utilização técnica do SIS II destinada a peritos de avaliação de Schengen	A eu-LISA, em cooperação com a Comissão Europeia, a Frontex e a CEPOL, contribui para a realização de cursos de formação para avaliadores de Schengen	Sim	N/A	Dois cursos de formação sobre a utilização técnica do SIS II realizados para os avaliadores de Schengen durante o período de referência	Alcançada	N/A
79	2.2.1.8	Integrar nos programas de formação da Agência a formação obrigatória sobre a utilização técnica do SIS II destinada a peritos de avaliação de Schengen	Atualização do pacote de formação para a equipa de avaliadores de Schengen da eu-LISA	Sim	N/A	Atualização do pacote de formação para a equipa de avaliadores de Schengen da eu-LISA até ao final do quarto trimestre de 2016	Alcançada	N/A
80	2.2.3.2	Desenvolvimento de programas de formação comuns e intercâmbio de formadores com outras agências	Desenvolvimento de programas de formação para outras agências JAI e outras partes interessadas sobre os sistemas geridos pela eu-LISA	Sim	N/A	Elaboração e execução na íntegra de três programas de formação para partes interessadas (EASO, FRONTEX e CEPOL)	Alcançada	N/A
81	2.2.3.2	Oferecer e desenvolver novos programas de formação externos (Apoio TIC), incluindo a disponibilização de formadores da eu-LISA	Contribuição da eu-LISA para a execução de programas de formação e o intercâmbio de formadores entre agências JAI e outras partes interessadas	Sim	N/A	Execução eficaz de programas de formação e intercâmbio de formadores entre agências JAI e outras partes interessadas	Alcançada	N/A
82	2.2.1.4	Coordenar a apresentação de relatórios de monitorização da tecnologia para apoiar o desenvolvimento do Programa de Viajantes Registados (RTP) e do Sistema de Entrada/Saída (SES)	Ligação com os respetivos fornecedores sobre as questões relativas às novas tecnologias	Em curso	N/A	Foram organizadas reuniões regulares com o contratante com vista à discussão e justificação das suas avaliações de novas tecnologias e das suas decisões quanto às opções tomadas	N/A	N/A; devido a atrasos no processo político, o projeto de desenvolvimento do SES atrasou-se, pelo que não existe ainda nenhum contratante para as atividades de desenvolvimento

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
83	2.2.2.3	Aquisição de conhecimentos centrada no <i>hardware</i> e <i>software</i> (TI e biometria) para incorporação no SES e no Programa de Viajantes Registrados	Continuar a acompanhar a literatura e publicações periódicas de acesso público e outras fontes disponíveis para reunir conhecimentos relativos à Agência, tal como indicado na estratégia de I&D de 2014-2017 e no roteiro anual	Sim	N/A	A eu-LISA assina pelo menos quatro publicações periódicas relevantes relacionadas com o desenvolvimento tecnológico objeto de estudo; as publicações periódicas são disponibilizadas à Agência através dos canais de distribuição definidos	Alcançada	N/A
84	2.2.2.3	Aquisição de conhecimentos centrada no <i>hardware</i> e <i>software</i> (TI e biometria) para incorporação no SES e no Programa de Viajantes Registrados	Iniciar e desenvolver relações com as instituições e o setor de investigação com vista a uma maior aquisição de conhecimento em áreas identificadas na estratégia de longo prazo e no roteiro anual para a I&D	Sim	N/A	O setor organiza uma mesa redonda pelo menos uma vez por ano; a eu-LISA apresenta também os seus resultados de acompanhamento da investigação em pelo menos duas conferências organizadas por instituições de investigação durante o ano	Alcançada	N/A
85	2.2.2.3	Melhoria da divulgação da I&D interna centrada na evolução dos sistemas; garantir a transmissão dos resultados relevantes da investigação aos decisores internos	Investigar e elaborar relatórios de investigação escritos bianuais a transmitir à Administração da Agência, ao Conselho de Administração e aos Grupos Consultivos	Em curso	N/A	Apresentação de relatórios bianuais circunstanciados, de acordo com a estratégia de I&D, nos finais de julho e janeiro	Em vias	N/A
86	2.2.2.3	Melhoria da divulgação da I&D interna centrada na evolução dos sistemas; garantir a transmissão dos resultados relevantes da investigação aos decisores internos	Interagir com os Grupos Consultivos e o Conselho de Administração para garantir que o trabalho de I&D está enquadrado nas necessidades da Agência	Sim	N/A	Os resultados da I&D são apresentados aos Grupos Consultivos e ao Conselho de Administração pelo menos uma vez por ano, podendo os membros apresentar os seus comentários na altura e, por escrito, posteriormente	Alcançada	N/A
87	2.2.2.3	Melhoria da divulgação da I&D interna centrada na evolução dos sistemas; garantir a transmissão dos resultados relevantes da investigação aos decisores internos	Colaborar com outras agências (EASO, FRONTEX e FRA) para apresentar relatórios e estudos conjuntos relacionados com o desenvolvimento dos sistemas e/ou a formulação de políticas relacionadas com os sistemas informáticos	Sim	N/A	Pelo menos um resultado conjunto (por exemplo, um relatório, documento ou conferência organizada em conjunto) com pelo menos outra agência por ano	Alcançada	N/A
88	2.2.3.2	Elaboração e execução de planos de ação comuns para a celebração de acordos de trabalho com outras agências	Continuação do intercâmbio de formadores com outras agências JAI	Sim	N/A	Elaboração e execução na íntegra de planos de ação PA com outras agências JAI durante o período de referência	Excedida	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
89	2.2.4.1	Implementar uma estratégia eficaz de participação das partes interessadas	Identificar e categorizar as partes interessadas da Agência e identificar as respetivas obrigações de elaboração de relatórios, bem como outros requisitos	N/A	O lugar do coordenador responsável e específico desta tarefa não foi preenchido no quarto trimestre	Inquérito de satisfação às partes interessadas que refira um nível de satisfação acima da média das mesmas (superior a 75 %)	N/A	O lugar do coordenador responsável, específico desta tarefa, não foi preenchido no quarto trimestre
90	2.2.4.1	Implementar uma estratégia eficaz de participação das partes interessadas	Implementar mecanismos de comunicação adequados e eficazes com as partes interessadas	N/A	O lugar do coordenador responsável e específico desta tarefa não foi preenchido no quarto trimestre	Inquérito de satisfação às partes interessadas que refira um nível de satisfação acima da média das mesmas (superior a 75 %)	N/A	O lugar do coordenador responsável, específico desta tarefa, não foi preenchido no quarto trimestre
91	2.2.3.3	Continuar a promover a Agência e manter a sua imagem positiva	Coordenar a produção e distribuição de publicações institucionais e materiais de informação ao público em geral para impressão e apresentação em linha	Sim	N/A	Garantir que a produção de conteúdos acompanha o fluxo de trabalho editorial aprovado e o cumprimento dos prazos da impressão e produção em linha pelo contratante	Alcançada	N/A
92	2.2.3.3	Continuar a promover a Agência e manter a sua imagem positiva	Coordenar a realização, através de um CO, de uma campanha de comunicação integrada sobre a eu-LISA (sistema informático) e o seu impacto nas políticas da UE e na vida dos cidadãos	Não	Em 23 de maio de 2016, o Comité de Gestão decidiu adiar a campanha de informação devido à avaliação em curso e ao estudo técnico que a Comissão Europeia está a levar a cabo, às novas responsabilidades prioritárias da eu-LISA no	Garantir que as tarefas são executadas atempadamente e dentro do âmbito definido	N/A	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					desenvolvimento do do AFIS e à revisão da base jurídica do SIS II			
93	2.2.3.3	Continuar a promover a Agência e manter a sua imagem positiva	Gerir a produção e distribuição de elementos de visibilidade da eu-LISA	Sim	N/A	Garantir a supervisão eficaz do processo de produção e entrega dos produtos no prazo e dentro do orçamento	Alcançada	N/A
94	2.2.3.3	Continuar a promover a Agência e manter a sua imagem positiva	Coordenar a participação da eu-LISA em eventos de visibilidade pública de terceiros	Sim	N/A	Garantir uma participação relevante em três eventos pertinentes durante o ano	Excedida	N/A
95	2.2.3.3	Continuar a reforçar a presença da Agência na Internet	Coordenar a execução da estratégia para as redes sociais (incluindo a medição do volume e a definição de indicadores para medição da eficácia)	Sim	N/A	Estratégia para as redes sociais executada	Excedida	N/A
96	2.2.3.3	Continuar a reforçar a presença da Agência na Internet	Avaliar a coerência, precisão e acessibilidade do conteúdo da eu-LISA em linha (sítio Web)	Sim	N/A	Garantir a apresentação do relatório de avaliação do consultor externo à Administração até ao quarto trimestre	Alcançada	N/A
97	2.2.3.3	Continuar a reforçar a presença da Agência na Internet	Coordenação da manutenção do sítio Web da eu-LISA, produção e atualização dos conteúdos em linha	Sim	N/A	Garantir que o sítio Web é atualizado regularmente e fornece informações factuais e que a produção de conteúdos acompanha de forma eficaz o volume de trabalho editorial estabelecido	Alcançada	N/A
98	2.2.3.3	Continuar a promover a Agência e manter a sua imagem positiva	Coordenar as RP e as relações com os meios de comunicação social para os convidados VIP e visitas oficiais à eu-LISA	Sim	N/A	Garantir duas visitas de alto nível de funcionários nacionais e da UE, de acordo com as agendas definidas e aprovadas	Excedida	N/A
99	2.2.3.3	Estabelecer a ligação com os principais parceiros e providenciar uma comunicação eficaz nos dois sentidos	Coordenar a execução do CQ relativo a serviços de comunicação integrados	Sim	N/A	Garantir que os relatórios de progresso periódicos são apresentados pelo contratante de acordo com o calendário acordado	Alcançada	N/A
100	2.2.3.3	Estabelecer a ligação com os principais parceiros e providenciar uma comunicação eficaz nos dois sentidos	Atualizar a Estratégia de Comunicação Externa	Em curso	N/A	Garantir a apresentação à administração, para aprovação, da estratégia atualizada até ao quarto trimestre	Em vias	N/A
101	2.2.3.3	Estabelecer a ligação com os principais parceiros e providenciar uma comunicação eficaz nos dois sentidos	Execução do plano de comunicação externa anual	Sim	N/A	Garantir que os convites cheguem aos grupos-alvo relevantes e adequados e que os serviços conexos sejam prestados pelos	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
						contratantes no prazo e dentro do orçamento		
102	2.2.3.3	Estabelecer a ligação com os principais parceiros e providenciar uma comunicação eficaz nos dois sentidos	Gerir as relações públicas e os <i>media</i> na eu-LISA	Sim	N/A	Garantir respostas atempadas às perguntas do público e dos meios de comunicação social de acordo com as normas estabelecidas para as instituições da UE e assegurar a execução atempada de todas as atividades planeadas conforme os calendários acordados	Alcançada	N/A
103	2.2.3.3	Estabelecer a ligação com os principais parceiros e providenciar uma comunicação eficaz nos dois sentidos	Coordenar eventos de sensibilização destinados a centros de informação e parceiros em Bruxelas	Sim	N/A	Garantir que os convites cheguem aos grupos-alvo relevantes e adequados e que os serviços conexos sejam prestados pelos contratantes no prazo e dentro do orçamento	Alcançada	N/A
104	2.2.4.6	Promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência como motores do desenvolvimento da sua cultura institucional	Coordenação e criação de publicações internas (boletim informativo) e contributos para a Intranet da eu-LISA (perguntas mais frequentes e fichas informativas)	Sim	N/A	Edição do boletim informativo a produzir trimestralmente e atualização mensal dos conteúdos da Intranet pertinentes	Alcançada	N/A
105	2.2.4.6	Melhorar a comunicação interna entre os centros da Agência	Executar uma ampla gama de estratégias e táticas comunicacionais específicas para todos os centros da Agência, incluindo blogues, <i>webcasts</i> , gestão de intranets, exposições itinerantes, sessões de informação das equipas, apresentações e uma grande variedade de comunicações escritas	Sim	N/A	90 % do âmbito do plano de ação da comunicação interna de 2016 concluído em sintonia com os objetivos intermédios definidos	Alcançada	N/A
106	2.2.4.6	Promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência como motores do desenvolvimento da sua cultura institucional	Organização de eventos internos (espírito de equipa)	Sim	N/A	Um evento anual para todos os funcionários; dois eventos anuais específicos dos centros da Agência	Alcançada	N/A
107	2.2.3.1	Manter o apoio logístico e administrativo ao Conselho de Administração e a todos os Grupos Consultivos	Apoio administrativo ao Conselho de Administração	Sim	N/A	Níveis de satisfação dos membros do Conselho de Administração de acordo com o inquérito previsto para 2016 sobre as atividades do Secretariado do Conselho de Administração	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
108	2.2.3.1	Manter o apoio logístico e administrativo ao Conselho de Administração e a todos os Grupos Consultivos	Apoio administrativo a todos os Grupos Consultivos	Sim	N/A	Níveis de satisfação dos membros dos Grupos Consultivos de acordo com o inquérito previsto para 2016 sobre as atividades do Secretariado do Conselho de Administração	Alcançada	N/A
109	2.2.2.2	Desenvolvimento e instauração do modelo de governação institucional, que consiste na gestão dos riscos, do controlo interno e da qualidade	Realização das atividades de gestão dos riscos a nível institucional de acordo com o quadro, incluindo: deteção dos riscos, avaliação dos riscos, formação, <i>workshops</i> sobre gestão dos riscos, planos de resposta aos riscos e monitorização dos riscos	Sim	N/A	(1) Monitorização dos riscos realizada de forma estruturada e com transmissão periódica dos resultados à administração de topo; (2) realização anual da identificação e avaliação dos riscos; (3) formação prestada ao pessoal envolvido; (4) realização de um <i>workshop</i> sobre gestão dos riscos no terceiro trimestre; (5) elaboração de planos de resposta aos riscos para discussão no <i>workshop</i> sobre gestão dos riscos	Alcançada	N/A
110	2.2.2.2	Desenvolvimento e instauração do modelo de governação institucional, que consiste na gestão dos riscos, do controlo interno e da qualidade	As atividades de gestão da qualidade institucional são executadas de acordo com o quadro, incluindo o estabelecimento de objetivos de qualidade e indicadores da qualidade dos serviços, formação, e o estabelecimento e execução de medidas de qualidade a nível institucional	Em curso	N/A	(1) Definição de um objetivo de qualidade institucional; 2) facilitação do estabelecimento de indicadores da qualidade dos serviços; (3) formação prestada ao pessoal envolvido; (4) facilitação e apoio ao estabelecimento e execução de medidas de qualidade a nível institucional pelas entidades	Em vias	N/A
111	2.2.2.2	Desenvolvimento e instauração do modelo de governação institucional, que consiste na gestão dos riscos, do controlo interno e da qualidade	Gestão das normas de controlo interno realizada de acordo com o quadro, incluindo a análise anual da conformidade, formação, o estabelecimento e execução de medidas de conformidade e a monitorização da conformidade	Sim	N/A	(1) Realização de uma análise anual da conformidade junto de cada entidade no primeiro trimestre; (2) formação prestada ao pessoal envolvido; (3) facilitação e apoio ao estabelecimento e execução de medidas de qualidade a nível institucional pelas entidades (primeiro trimestre); (4) realização da monitorização da conformidade de forma estruturada; (5) transmissão periódica dos resultados da monitorização à administração de topo	Alcançada	N/A
112	2.2.2.2	Desenvolvimento e instauração do modelo de governação institucional, que consiste na	Atualização do Modelo de Governação Institucional de acordo com as necessidades das atividades	Em curso	N/A	Avaliação anual (no quarto trimestre) do modelo de governação institucional em termos de eficácia e valor acrescentado	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		gestão dos riscos, do controlo interno e da qualidade				através de um inquérito junto dos membros do Comité de Gestão e de outros funcionários (a decidir); discussão dos resultados com a administração de topo para atualizar definições e processos em conformidade		
113	2.2.2.2	Produção regular de um painel de controlo do desempenho institucional a submeter à análise do Conselho de Administração e da equipa da administração	Produção de um painel de desempenho institucional da Agência para apresentar ao Conselho de Administração	Em curso	N/A	Produção de um painel completo pelo menos duas vezes por ano para submeter à análise do Conselho de Administração	Não alcançada	Decorrem ainda discussões entre as partes interessadas e a eu-LISA, pelo que o conjunto completo de IDF estava ainda por acordar aquando da elaboração do presente relatório; quanto à prossecução do intercâmbio, prevê-se que os IDF sejam acordados durante o primeiro trimestre de 2017
114	2.2.2.2	Produção regular de um painel de controlo do desempenho institucional a submeter à análise do Conselho de Administração e da equipa da administração	Produção interna regular de todos os indicadores [ou, eventualmente, dos identificados] (com uma frequência acordada) para a análise da administração interna	Em curso	N/A	Produção trimestral de um painel de resumo para análise da equipa de administração interna	Não alcançada	Decorrem ainda discussões entre as partes interessadas e a eu-LISA, pelo que o conjunto completo de IDF estava ainda por acordar aquando da elaboração do presente relatório; quanto à prossecução do intercâmbio, prevê-se que os IDF sejam acordados durante o primeiro trimestre de 2017; é facultado um painel de resumo mensal centrado na informação financeira à equipa de administração

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
115	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Elaboração, aprovação e adoção do Programa de Trabalho Anual da Agência para 2017 ou do Documento Único de Programação	Sim	N/A	Documento concluído e adotado conforme calendário em vigor	Não alcançada	Adoção final do DOCUP do período de 2017-2019 em 31 de dezembro de 2016; a adoção sofreu atraso devido às objeções formuladas em nome da Comissão Europeia
116	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Elaboração e publicação do Relatório Anual de Atividades da Agência de 2015	Sim	N/A	Documento concluído, adotado e transmitido à Comissão Europeia e às autoridades orçamentais competentes de acordo com o calendário	Alcançada	N/A
117	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Elaboração dos relatórios de execução da Agência relativos ao PTA de 2016	Sim	N/A	Elaboração e entrega de relatórios de execução ao Conselho de Administração para análise no prazo de 4 semanas após o fim do respetivo trimestre	Alcançada	N/A
118	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Elaboração, aprovação e adoção de Programa de Trabalho Anual da Agência para 2018 ou do Documento Único de Programação	Em curso	N/A	Início da elaboração do PTA de 2018 de acordo com o calendário; apresentação do projeto de PTA para 2018 ao Conselho de Administração para apreciação até ao final do quarto trimestre de 2016	Alcançada	O projeto de DOCUP para 2018 foi apresentado ao Conselho de Administração para apreciação em novembro.
119	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Revisão anual da estratégia da Agência 2014-2020	Não	A estratégia a longo prazo não foi atualizada devido à falta de recursos humanos suficientes	Análise integral dos objetivos e metas estratégicos até ao final do segundo trimestre de 2016	Não alcançada	A estratégia a longo prazo não foi atualizada devido à falta de recursos humanos suficientes; a tarefa foi reagendada para 2017 e incluída no DOCUP de 2017
120	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da	Revisão anual do Programa de Trabalho Plurianual (este processo pode ser incorporado na elaboração	Em curso	Seguindo as instruções da Comissão	Análise integral dos objetivos e metas do PTPA até ao final do segundo trimestre de 2016	Não alcançada	O Exercício de Planeamento do período de 2018-2020 não estava

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	do Documento Único de Programação em 2017)		Europeia, o Programa de Trabalho Plurianual deve ser incorporado no Documento Único de Programação e não deve ser adotado separadamente; assim, o Programa de Trabalho Plurianual será revisto anualmente e no âmbito do Exercício de Planeamento Anual			concluído aquando da redação deste documento
121	2.2.4.1	Elaboração, aprovação e distribuição de relatórios estratégicos plurianuais da Agência, Programa de Trabalho Anual e outras obrigações em matéria de elaboração de relatórios	Preparação da elaboração do Relatório Anual da Agência relativo a 2016	Sim	N/A	Assegurar o cumprimento dos prazos da Agência para a elaboração de relatórios institucionais	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
122	2.2.4.1	Aperfeiçoar e reforçar o planeamento estratégico da Agência e incorporar os processos de planeamento estratégico no ciclo anual de elaboração de relatórios da Agência	Elaborar e executar um calendário claro e devidamente divulgado tendo em vista o contributo necessário de todo o pessoal para a elaboração e aprovação do Relatório Anual de Atividades, do Programa de Trabalho Anual, do Programa de Trabalho Plurianual e dos relatórios de execução trimestrais relativos ao PTA	Sim	N/A	Garantir que o calendário informativo com datas e os contributos solicitados a todos os funcionários da Agência circula entre todos eles no primeiro trimestre de 2016 e que as atualizações voltam a circular todos os trimestres	Alcançada	N/A
123	2.2.4.1	Aperfeiçoar e reforçar o planeamento estratégico da Agência e incorporar os processos de planeamento estratégico no ciclo anual de elaboração de relatórios da Agência	Desenvolver e aplicar um mecanismo regular de análise anual dos processos externos subjacentes à elaboração de relatórios plurianuais da eu-LISA (PTPA e estratégia da Agência)	Em curso	Foi elaborado o projeto de mecanismo de análise e de elaboração de relatórios relativos à estratégia a longo prazo e ao PTPA	Garantir a análise anual no segundo ou no terceiro trimestre de 2016	Não alcançada	O processo está em curso; no entanto, a análise anual não foi realizada devido à falta de recursos humanos insuficientes e pelo facto de estar prevista a análise aprofundada da estratégia em 2017
124	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Organizar formação em matéria de desenvolvimento de competências, gestão financeira, governação da UE, RH, desenvolvimento organizacional, comunicação e planeamento estratégico	Sim	N/A	90 % do pessoal participa pelo menos numa ação de formação realizada pela Agência	Alcançada	N/A
125	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Continuar a desenvolver produtos de <i>e-learning</i> (aprendizagem eletrónica) destinados ao pessoal (produzidos internamente e adquiridos junto de prestadores de serviços)	Sim	N/A	Desenvolvimento e atualização de quatro módulos de <i>e-learning</i> , com uma atualização trimestral do catálogo	Alcançada	N/A
126	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Continuar a desenvolver uma cultura de aprendizagem no seio da organização (está disponível na Intranet um catálogo de oportunidades de formação)	Sim	N/A	O catálogo de aprendizagem da eu-LISA inclui pelo menos 20 cursos de competências gerais e cinco de formação técnica	Alcançada	N/A
127	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Organizar formação técnica para os membros do pessoal do Departamento de Operações	Sim	N/A	Pelo menos seis cursos nesta categoria durante o período de referência	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
128	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Monitorização e intervenção, quando necessário, no índice de competências do pessoal da Agência (na altura, estarão já formulados os IDF pertinentes)	Não	O índice de competências terá por base o quadro de competências, que esteve em elaboração em 2016; devido à prolongada vacatura do lugar de Responsável pelo Desenvolvimento do Pessoal em 2016, esta atividade deixou de ser prioritária	80 % do pessoal satisfaz o índice de competências do pessoal fixado anualmente por família de funções	Não alcançada	O índice de competências terá por base o quadro de competências, que esteve em elaboração em 2016; devido à prolongada vacatura do lugar de Responsável pelo Desenvolvimento do Pessoal em 2016, esta atividade deixou de ser prioritária
129	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Programa de formação inicial para os recém-chegados, incluindo todos os aspetos organizacionais pertinentes	Em curso	N/A	100 % dos recém-chegados participam no curso de formação inicial	Alcançada	N/A
130	2.2.4.5	Plano de formação anual para o pessoal	Prestação de formação interna flexível numa terceira língua europeia destinada ao pessoal (incluindo o pessoal que trabalha por turnos)	Em curso	N/A	Todos os novos membros do pessoal da Agência alcançam o nível B2 no conhecimento de uma terceira língua no prazo de três anos a contar da data de início de funções	Em vias	N/A
131	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Administração de licenças e gestão do tempo de trabalho (verificação de ausências, horário flexível, trabalho por turnos, regime de disponibilidade permanente)	Em curso	N/A	Todos os registos de licenças/horas de trabalho e todos os funcionários verificados um mês antes da entrega ao departamento de RH	Em vias	N/A
132	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Administração de pessoal (verificação dos direitos e prestações sociais, facilitação do seu recebimento, transmissão e coordenação da comunicação entre os funcionários e o GGP)	Sim	N/A	O tratamento de todos os processos de administração de pessoal não poderá ser superior a dois meses	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
133	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Administração dos benefícios sociais dos funcionários atribuídos pela Agência (creches, escolas, jardins de infância para os filhos dos funcionários, exames médicos)	Sim	N/A	Todos os registos individuais do pessoal são atualizados pelo departamento de RH da eu-LISA no prazo de um mês a contar da notificação pelo membro do pessoal	Alcançada	N/A
134	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Aconselhamento ao pessoal sobre benefícios e direitos	Sim	N/A	O inquérito de satisfação ao pessoal deve indicar que mais de 75 % do pessoal está satisfeito com a orientação prestada pelo departamento de RH sobre benefícios e direitos	Não alcançada	O inquérito de satisfação ao pessoal foi concluído com os seguintes resultados: 55,56 % dos membros do pessoal concordam ou concordam totalmente; 26,85 % mostram-se neutros; 17,59 % discordam ou discordam totalmente
135	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Cooperação com o Comité do Pessoal da eu-LISA	Sim	N/A	Representantes da UFRH participam em todas as reuniões importantes do Comité do Pessoal	Alcançada	N/A
136	2.2.4.5	Serviço eficaz e eficiente de administração do pessoal	Administração do pessoal recém-chegado relacionado com o recrutamento para o Projeto «Fronteiras Inteligentes» (SES)	N/A	Devido ao atraso no processo legislativo, não foi assinado nenhum contrato de trabalho. O recrutamento está em curso (ver linha 154); dado não ter havido qualquer contratação de funcionários relativa ao SES em 2016, a atividade não foi realizada	A administração dos processos dos recém-chegados deve ser concluída no prazo de um mês a contar da data de entrada em funções	N/A	A atividade, os seus resultados e os seus objetivos intermédios implicam a contratação de novos funcionários; dado não ter havido qualquer contratação de funcionários relativa ao SES em 2016, a atividade não foi realizada

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
137	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Elaboração, negociação, introdução e implementação das Normas de Execução (NE) na eu-LISA	Em curso	A apresentação do Relatório Anual de Atividades está prevista para o final de janeiro de 2017	Normas de execução aprovadas	Em vias	N/A
138	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Elaboração de documentos internos de orientação destinados ao pessoal e organização de sessões de sensibilização sobre questões relevantes	Sim	N/A	IDF — pelo menos quatro sessões ao longo do ano sobre dois temas	Excedida	N/A
139	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Melhorar a eficácia e eficiência com a introdução de ferramentas de TI nos RH	Não	O projeto «Processos do Pessoal», visando preparar a introdução de dados no Allegro, tinha uma duração prevista de seis meses; o âmbito do projeto foi reduzido devido ao atraso do seu início (o recrutamento do prestador de serviços demorou mais do que o previsto) e a um número de documentos para processar maior do que o previsto; além disso, as	Inclusão dos relatórios de RH relevantes nos relatórios de execução trimestrais relativos ao Programa de Trabalho Anual de 2016	Em vias	Realizaram-se reuniões periódicas entre representantes do Setor de Serviços Institucionais (CSS) e da UFRH sobre os progressos do recrutamento eletrónico

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					alterações e a redistribuição de tarefas na UFRH devido aos lugares vagos ou ao absentismo do pessoal, assim como a decisão de integrar o projeto SYSPER, fizeram com que em 2016 fosse dada menos prioridade ao Allegro			
140	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Execução e alteração da Estratégia de RH e da Política de Retenção de Funcionários da Agência	Em curso	O roteiro para a execução da Estratégia de RH foi aprovado pelo Comité de Gestão em 7 de novembro de 2016; assim, o relatório de execução será elaborado em 2017; o Relatório Anual de Atividades, com apresentação prevista para o final de janeiro de 2017, incluirá os pontos executados em 2016	Atualização da Estratégia de RH e da Política de Retenção de Pessoal de modo a refletir o caráter evolutivo do mandato e do trabalho da Agência	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
141	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Elaboração do Plano Plurianual em matéria de Política de Pessoal (PPAPP)	Sim	N/A	Apresentação do PPAPP à Administração e ao Conselho de Administração de acordo com os calendários acordados	Em vias	N/A
142	2.2.4.5	Política eficaz em matéria de RH, administração dos processos e gestão de Recursos Humanos	Contribuição para o desenvolvimento organizacional, elaboração de documentos estratégicos, elaboração de relatórios, supervisão do orçamento da Agência no domínio de RH	Sim	N/A	Apresentação dos documentos estratégicos relevantes (PTA, PTPA, Relatório Anual de Atividades, etc.) à UFRH nos prazos acordados	Em vias	N/A
143	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Lançamento e monitorização do exercício anual de avaliação refletidos no «Passaporte de Carreira» da eu-LISA	Sim (parcial)	O projeto do passaporte de carreira foi suspenso para identificar soluções integradas de planeamento da carreira	Cumprimento a 100 % dos prazos estabelecidos nas Normas de Execução	Em vias	As Normas de Execução não estipulam um prazo para o lançamento do exercício de avaliação; contudo, verificou-se um atraso no cumprimento dos prazos fixados a nível interno
144	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Relatório final de avaliação refletido no «Passaporte de Carreira» da eu-LISA	Sim	N/A	Cumprimento a 100 % dos prazos estabelecidos nas Normas de Execução	Em vias	As Normas de Execução não estipulam um prazo para o lançamento do exercício de avaliação; contudo, verificou-se um atraso no cumprimento dos prazos fixados a nível interno
145	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Lançamento e monitorização do exercício de reclassificação (promoção) refletidos no «Passaporte de Carreira» da eu-LISA	Sim (parcial)	O exercício de reclassificação lançado na primeira oportunidade após a conclusão da avaliação (atrasada) permitiu apresentar relatórios SMART para	Cumprimento a 100 % dos prazos estabelecidos nas Normas de Execução	Em vias	As Normas de Execução não estipulam um prazo para o lançamento do exercício de avaliação; contudo, verificou-se um atraso no cumprimento dos prazos fixados a nível interno

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					informação dos decisores			
146	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Relatório final de Reclassificação refletido no «Passaporte de Carreira» da eu-LISA	Em curso	A reclassificação está ainda por concluir	Cumprimento a 100 % dos prazos estabelecidos nas Normas de Execução	Em vias	N/A
147	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Sessões de sensibilização e formação sobre progressão na carreira para os funcionários e administradores	Sim (parcial)	A ausência do Responsável pelo Desenvolvimento do Pessoal durante os primeiros sete meses de 2016 levou à repriorização das respetivas tarefas e atividades	Participação de 90% dos membros do pessoal em pelo menos uma sessão por ano de sensibilização no domínio da carreira profissional	Não alcançada	Apesar da organização, ao longo do ano, de várias sessões sobre avaliação para gestores e da apresentação de temas relacionados com o desenvolvimento do pessoal durante uma hora junto dos RH, a taxa de participação foi inferior a 90 % do pessoal
148	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Orientações destinadas ao pessoal e à Administração sobre Normas de Execução e decisões relevantes da Comissão Europeia (e melhores práticas de outras agências) sobre a avaliação e o desenvolvimento do pessoal	Não	A saída do Responsável pelo Desenvolvimento do Pessoal em 1 de fevereiro de 2016 e a transferência do lugar de Chefe de Unidade em 22 de março de 2016 resultaram numa repriorização urgente das tarefas da unidade; esta atividade foi	Publicação das orientações pertinentes até 1 de junho de 2016	Não alcançada	A saída do Responsável pelo Desenvolvimento do Pessoal em 1 de fevereiro de 2016 e a transferência do lugar de Chefe de Unidade em 22 de março de 2016 resultaram numa repriorização urgente das tarefas da unidade; esta atividade foi adiada para 2017 após a substituição ocorrida em setembro de 2016

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					adiada para 2017 após a substituição ocorrida em setembro de 2016			
149	2.2.4.5	Introdução de um sistema de avaliação do pessoal transparente e justo	Controlo Interno das entradas relevantes no sistema Allegro (ferramenta eletrónica de RH)	Não	Em outubro de 2016, a Agência celebrou um ANS com a DG HR sobre a adesão ao SYSPER; na sequência desta decisão, decidiu-se limitar o desenvolvimento do Allegro, tendo sido abandonada a adaptação do módulo de avaliação	Correção e atualização de 98 % dos dados sobre RH relevantes constantes da base de dados da ferramenta Allegro	Não alcançada	A adaptação do módulo de avaliação no Allegro foi abandonada; assim, não foram introduzidos dados do processo de avaliação no sistema
150	2.2.4.5	Manutenção da estabilidade do serviço de processamento de salários	Processamento de salários, aconselhamento ao pessoal sobre aspetos financeiros relacionados com os salários e subsídios, ações corretivas junto do GGP, se necessário	Em curso	N/A	100 % dos salários pagos atempadamente a todo o pessoal	Em vias	N/A
151	2.2.4.5	Manutenção da estabilidade do serviço de processamento de salários	Controlo interno da regularidade do processo de pagamentos	Sim	N/A	Exceções inferiores a 5 % no processamento mensal dos salários	Alcançada	N/A
152	2.2.4.5	Atingir as metas definidas em matéria de recrutamento e retenção do pessoal	Lançamento e organização de processos de seleção e recrutamento com vista ao cumprimento dos requisitos organizacionais da eu-LISA compatíveis com as Normas de Execução	Sim	N/A	Preenchimento de todos os lugares num período não superior a cinco meses a contar da data da publicação da vaga	Não alcançada	Parcialmente alcançada; a maioria dos lugares foi preenchida em cerca de 7,5 meses: 1) em muitos casos, a data de início de funções foi adiada por indisponibilidade do(s)

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
								candidato(s); 2) devido à impossibilidade de publicar mais lugares vagos na eu-LISA no sítio Web do EPSO, muitas das vezes foi necessário prorrogar o prazo devido ao reduzido número de respostas; 3) um prazo razoável para o preenchimento de um lugar seria sete a nove meses, devendo este prazo ser determinado entre a data do anúncio do lugar e a data do seu preenchimento.
153	2.2.4.5	Atingir as metas definidas em matéria de recrutamento e retenção do pessoal	Participação no processo de seleção e no trabalho dos comités de seleção (DV, BS)	Sim	N/A	Inclusão dos relatórios sobre a situação do recrutamento, das atas das reuniões dos comités de seleção e dos relatórios estatísticos sobre seleções no Plano Plurianual em matéria de Política de Pessoal	Em vias	N/A
154	2.2.4.5	Atingir as metas definidas em matéria de recrutamento e retenção do pessoal	Recrutamento de pessoal suplementar para o Programa «Fronteiras Inteligentes» (aproximadamente 29 lugares adicionais)	Em curso	Ver linha 136	Número de funcionários recrutados de acordo com o plano	Em vias	Deve ser elaborada uma lista de reserva até ao fim do primeiro trimestre de 2017; o número final de efetivos do projeto «SES» ascende a 14 AT; os anúncios de vaga de 11 destes lugares foram publicados até ao final de 2016

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
155	2.2.4.6	Promover a missão, a visão e os valores fundamentais da Agência como motores do desenvolvimento da sua cultura institucional	Organização de eventos internos (espírito de equipa)	Sim	N/A	Um evento anual para todos os funcionários, dois eventos anuais específicos dos centros da Agência	Alcançada	N/A
156	2.2.4.3	Cooperar com, apoiar e aconselhar as autoridades estónias responsáveis pelo projeto da sede permanente, recorrendo, caso seja necessário, a peritos técnicos externos	Cooperar continuamente com, apoiar e aconselhar as autoridades estónias responsáveis pelo projeto da sede permanente, recorrendo, caso seja necessário, a peritos técnicos externos.	Em curso	N/A	Continuação de progressos relativamente ao projeto das instalações permanentes de acordo com o planeado	Não alcançada	Este projeto está atrasado apenas no que respeita ao início da construção; o concurso público foi mais demorado que o previsto, estando a construção agora prevista para o primeiro trimestre de 2017
157	2.2.4.5	Continuação da implantação e desenvolvimento de sistemas de gestão de informação e documentação eficazes por parte da Agência	Execução do Plano de Retenção de Documentos da Agência para 2016	Em curso	N/A	Sistema eletrónico de gestão documental implantado até ao final de 2016	Não alcançada	O projeto-piloto do Secretariado Geral ainda não teve início, tendo o nosso prazo interno para o plano de classificação de ser prorrogado para permitir contributos de todas as unidades; o início do projeto-piloto com o plano de classificação concluído está agora previsto para o primeiro trimestre de 2017
158	2.2.4.2	As responsabilidades de gestão financeira e orçamental continuam a ser distribuídas na Agência até à sua total apropriação pelas unidades de execução	Elaboração de um manual de procedimento financeiro	Sim	N/A	Manual completo a elaborar até ao final do período de referência	Alcançada	N/A
159	2.2.4.2	As responsabilidades de gestão financeira e orçamental continuam a ser distribuídas na Agência até à sua total	Fase III do programa «Orçamento Inteligente»: delegação das funções do Gestor Orçamental nas unidades	Sim	N/A	Delegações em mais de 75 % dos Chefes de Unidade	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
		apropriação pelas unidades de execução	de execução até aos limiares designados					
160	2.2.4.2	As responsabilidades de gestão financeira e orçamental continuam a ser distribuídas na Agência até à sua total apropriação pelas unidades de execução	Fase III do programa «Orçamento Inteligente»: processamento de extremo a extremo dos fluxos de autorizações e pagamentos no sistema ABAC	Sim	N/A	O lançamento e verificação de operações que utilize apenas fichas de circulação é descontinuado	Alcançada	N/A
161	2.2.4.2	As responsabilidades de gestão financeira e orçamental continuam a ser distribuídas na Agência, até à sua total apropriação pelas unidades	Fase III do programa «Orçamento Inteligente»: prestação de apoio direto em termos de aconselhamento e de alerta precoce às unidades organizacionais responsáveis pela execução de rubricas orçamentais específicas	Em curso	N/A	Melhoria da taxa de execução orçamental (todas as dotações) relativamente ao exercício anterior	N/A	N/A
162	2.2.4.4	Os grandes contratos de apoio à manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas e das infraestruturas partilhadas são consentâneos com as melhores práticas e ensinamentos retirados	Sessões de informação e seminários sobre a manutenção em bom funcionamento: continuação da abordagem da comunidade de prática à análise intersetorial e melhoria contínua dos contratos de TI; catalogação da recolha de melhores práticas e ensinamentos retirados	Sim	N/A	Dois seminários/sessões informativas de comunidade de prática organizados durante o período de referência	Alcançada	N/A
163	2.2.4.4	Os grandes contratos de apoio à manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas e das infraestruturas partilhadas são consentâneos com as melhores práticas e ensinamentos retirados	Qualquer novo concurso público é concebido e verificado de modo a cumprir as melhores práticas e ensinamentos retirados, incluindo catálogos de comunidades de prática	Sim	N/A	Todas as melhores práticas e ensinamentos retirados são aplicados aos novos concursos	Alcançada	N/A
164	2.2.4.4	Os grandes contratos de apoio à manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas e das infraestruturas partilhadas são consentâneos com as melhores práticas e ensinamentos retirados	A transição das atividades do contrato-quadro MWO do VIS/BMS incluem a criação e gestão de dispositivos contratuais que permitam garantir uma transição fácil entre os contratantes, em termos jurídicos e financeiros (por exemplo, licenciamento, <i>hardware</i> ,	Sim	N/A	Processo de transição realizado sem perturbações nas áreas financeira e jurídica	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
			transferência da gestão, processos de <i>due diligence</i>)					
165	2.2.1.5	Proteger o pessoal, o património e as informações da Agência através da criação de um ambiente de trabalho seguro e garantido	Desenvolver e gerir medidas de segurança para proteção da Agência	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A
166	2.2.1.5	Proteger o pessoal, o património e as informações da Agência através da criação de um ambiente de trabalho seguro e garantido	Continuar a prestar serviços para garantir a aplicação adequada de medidas de segurança e proteção (por exemplo, através do apoio a novos projetos de construção)	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A
167	2.2.1.5	Proteger o pessoal, o património e as informações da Agência através da criação de um ambiente de trabalho seguro e garantido	Continuar a proporcionar formação e exercícios ao pessoal em matéria de evacuação, proteção contra incêndios e primeiros socorros	Sim	N/A	Prestação de formação em matéria de incêndios e segurança a todos os membros das equipas de resposta a emergências até ao quarto trimestre; realização de exercícios de evacuação dos centros em Taline e Estrasburgo até ao quarto trimestre	Alcançada	N/A
168	2.2.1.5	Continuar a gerir e melhorar a segurança da informação, a fim de garantir que os sistemas principais da atividade da Agência protegem eficazmente a informação processada e funcionam como e quando devem, e sob o controlo de utilizadores devidamente habilitados	Prestar serviços de segurança da informação mediante o trabalho dos agentes de segurança local encarregues das operações de segurança, monitorização, testes, gestão de incidentes e apoio a projetos	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A
169	2.2.1.5	Continuar a gerir e melhorar a segurança da informação, a fim de garantir que os sistemas principais da atividade da Agência protegem eficazmente a informação processada e funcionam como e quando devem, e sob o controlo de utilizadores devidamente habilitados	Implementar uma Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP) da Agência nos seus sistemas principais	Em curso	Esta atividade depende em vários aspetos da existência de ambientes de teste que não foram atempadamente disponibilizados	Implantação da ICP da Agência até ao quarto trimestre	Não alcançada	A implantação da ICP é adiada para 2017 devido à dependência da disponibilização do ambiente de teste

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
					s; foi acordada com a equipa de testes a integração total da segurança, a partir de janeiro de 2017, no processo de testes			
170	2.2.1.5	Continuar a gerir e melhorar a segurança da informação, a fim de garantir que os sistemas principais da atividade da Agência protegem eficazmente a informação processada e funcionam como e quando devem, e sob o controlo de utilizadores devidamente habilitados	Implantar um SIEM na infraestrutura institucional da Agência	Em curso	Foi dada maior prioridade aos sistemas principais da atividade, prevendo-se a implantação do SIEM nos Serviços Comuns Partilhados no âmbito do contrato em 2017	Implantação do SIEM na infraestrutura institucional concluída até ao quarto trimestre	Não alcançada	Foi dada maior prioridade aos sistemas principais da atividade, prevendo-se a implantação do SIEM nos Serviços Comuns Partilhados no âmbito do contrato em 2017
171	2.2.1.5	Continuar a gerir e melhorar a segurança da informação, a fim de garantir que os sistemas principais da atividade da Agência protegem eficazmente a informação processada e funcionam como e quando devem, e sob o controlo de utilizadores devidamente habilitados	Coordenar e gerir as avaliações de segurança externas dos sistemas, sítio Web e aplicações da Agência	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A
172	2.2.1.5	Gerir com eficácia os riscos para a segurança, desenvolvendo um quadro equilibrado, abrangente, holístico e sistemático para a governação e gestão da segurança	Continuar a manter, monitorizar e melhorar a eficácia do Sistema Integrado de Gestão da Segurança (SIGS) da Agência	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
173	2.2.1.5	Gerir com eficácia os riscos para a segurança, desenvolvendo um quadro equilibrado, abrangente, holístico e sistemático para a governação e gestão da segurança	Desenvolver um projeto pormenorizado de arquitetura de segurança	Em curso	O roteiro da implantação da arquitetura de segurança é adiado para o segundo trimestre de 2017 devido às melhorias de qualidade solicitadas junto do contratante externo	Documento circunstanciado sobre projeto de arquitetura de segurança concluído até ao quarto trimestre	Não alcançada	O roteiro da implantação da arquitetura de segurança é adiado para o segundo trimestre de 2017 devido às melhorias de qualidade solicitadas junto do contratante externo
174	2.2.1.5	Gerir com eficácia os riscos para a segurança, desenvolvendo um quadro equilibrado, abrangente, holístico e sistemático para a governação e gestão da segurança	Realizar uma auditoria ao Sistema de Gestão de Segurança da Informação	Sim	N/A	Relatório de auditoria interna ao SGSI transmitido ao Diretor Executivo até ao terceiro trimestre	Alcançada	N/A
175	2.2.1.5	Gerir com eficácia os riscos para a segurança, desenvolvendo um quadro equilibrado, abrangente, holístico e sistemático para a governação e gestão da segurança	Acreditar a Rede de Estações de Trabalho dos Utilizadores Finais (<i>End-User Workstation Network</i> , EUWS) de acordo com o processo de acreditação de sistemas da Agência	Em curso	Esta atividade depende em vários aspetos da existência do ambiente de teste da rede EUWS	Acreditação de segurança da EUWS concedida até ao quarto trimestre	Não alcançada	Esta atividade depende em vários aspetos da existência do ambiente de teste da rede EUWS
176	2.2.1.5	Gerir o Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (BCMS) a fim de obter a resiliência adequada dos processos e sistemas principais da atividade contra catástrofes	Continuar a manter, monitorizar e melhorar a eficácia do Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (BCMS) da Agência	Sim	N/A	Relatórios trimestrais de gestão da segurança transmitidos ao DE	Alcançada	N/A
177	2.2.1.5	Gerir o Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (BCMS) a fim de obter a resiliência adequada dos processos e sistemas principais da atividade contra catástrofes	Proposta de um Código de Conduta dos Estados-Membros em matéria de gestão da continuidade do funcionamento	Em curso	Atividade em discussão ao nível da RAS (conforme acordado na última reunião da RAS)	Proposta de um Código de Conduta dos EM em matéria de gestão da continuidade do funcionamento apresentada ao CA até ao quarto trimestre	Não alcançada	Atividade em discussão ao nível da RAS (conforme acordado na última reunião da RAS)

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
178	2.2.1.5	Gerir o Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (BCMS) a fim de obter a resiliência adequada dos processos e sistemas principais da atividade contra catástrofes	Avaliar lacunas e conceber a arquitetura para a implantação da Base para os Controlos de Segurança Essenciais (<i>Critical Security Controls Baseline</i>) da eu-Lisa	Sim	N/A	Avaliação do estado atual da Base para os Controlos de Segurança Essenciais transmitida ao Responsável pela Segurança da Agência até ao terceiro trimestre	Alcançada	N/A
179	2.2.1.5	Gerir o Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (BCMS) a fim de obter a resiliência adequada dos processos e sistemas principais da atividade contra catástrofes	Planear e executar exercícios para testar a eficácia das estratégias de recuperação, recorrendo à deslocação de pessoal e à utilização das capacidades de trabalho e de gestão remotas	Sim	N/A	Exercício de teste da continuidade do funcionamento nas instalações realizado até ao terceiro trimestre	Alcançada	O exercício foi anunciado e concebido até ao terceiro trimestre e realizado no quarto trimestre
180	2.2.1.5	Proporcionar segurança estratégica de proximidade às partes interessadas	Continuar a proporcionar segurança estratégica de proximidade na qualidade de Secretariado da Rede de Agentes de Segurança	Sim	N/A	Realização de pelo menos duas reuniões da Rede de Agentes de Segurança em 2016	Alcançada	N/A
181	2.2.1.5	Execução da estratégia de gestão da continuidade do funcionamento através do Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento, em conformidade com a norma ISO 22301	Execução da estratégia de gestão da continuidade do funcionamento através do Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento (em conformidade com a norma ISO 22301) na UC e na UCS; previstos custos de consultoria para efeitos de auditoria e avaliação em 2016	Sim	N/A	Plano de continuidade das atividades (PCA) implantado nos sistemas em conformidade com o plano acordado/de base	Alcançada	N/A
182	2.2.4.7	Cumprimento de pelo menos 80% das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Elaboração e apresentação do Plano de Auditoria Interna para aprovação pelo Diretor Executivo e pelo Conselho de Administração	Sim	N/A	Plano de Auditoria Interna aprovado até ao final de fevereiro de 2016	Excedida	O Plano de Auditoria de 2016 foi aprovado em novembro de 2015; o Plano de Auditoria de 2017 foi aprovado em novembro de 2016; foram inicialmente planeados sete temas, tendo sido incluídas duas auditorias adicionais durante o ano; a taxa de execução do plano de auditoria é de 128%

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
183	2.2.4.7	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Planejar, executar e comunicar cada obrigação de auditoria (externalizada ou interna) de acordo com o procedimento operacional normalizado; ver discriminação abaixo de IA3 a IA11	Sim	Ver discriminação abaixo de IA3 a IA11	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	Ver discriminação abaixo de IA3 a IA11
184	IA3	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria da PKF Littlejohn sobre a fiabilidade das contas provisórias de 2015	Sim	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	N/A
185	IA4	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria do TCE às contas de 2015	Sim	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	N/A
186	IA5	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria do SAI às operações de TI realizadas	Sim	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	N/A
187	IA6	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria do SAI aos RH	Sim	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	N/A
188	IA7	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria da CAI à gestão dos projetos de TI	Em curso	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Não alcançada	A entidade sujeita a auditoria precisou de mais tempo para comentar e validar o projeto de relatório; por conseguinte, a CAI vai apresentar o relatório final em janeiro de 2017; o plano de ação deve ser acordado até 15 de fevereiro de 2017
189	IA8	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Seguimento do SAI e da CAI às recomendações de auditoria	Em curso	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Em vias	N/A

#	REF	Produção anual exigida pelo Programa de Trabalho de 2016	Objetivos específicos do Programa de Trabalho para 2016	Objetivo específico anual alcançado? (Sim/não/em curso)	Se não foi alcançado ou está em curso, explicar sucintamente os motivos	Indicador de desempenho (ID)	Meta anual do ID alcançada? (Em vias/alcançada/excedida/não alcançada)	Se não foi, explicar sucintamente os motivos
190	IA9	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Auditoria intercalar do TCE à legalidade e regularidade das contas de 2016	Em curso	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Em vias	N/A
191	IA10	Nova auditoria mediante pedido <i>ad hoc</i> do Diretor Executivo	Auditoria à conceção do sistema de controlo interno do Acordo de Delegação do projeto «Fronteiras Inteligentes»	Sim	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Alcançada	N/A
192	IA11	Nova auditoria mediante pedido <i>ad hoc</i> do Diretor Executivo	Análise do projeto de reconstrução em Estrasburgo	Em curso	N/A	O relatório sobre a garantia de qualidade nada assinala de importante	Não alcançada	Ausência de um plano e de um relatório de progresso do projeto. Um plano de ação elaborado e acordado com a CAI resolveria a situação.
193	2.2.4.7	Cumprimento de pelo menos 80 % das obrigações de auditoria de acordo com o Plano de Auditoria Interna	Relatório intercalar sobre a execução do Plano de Auditoria Interna	Sim	N/A	Comunicação trimestral/semestral de um relatório de execução ao Diretor Executivo e ao Conselho de Administração	Alcançada	N/A

Nota: BCMS, Sistema de Gestão da Continuidade do Funcionamento; CBS, Sistemas Principais da Atividade; CMDDB, Base de dados de gestão de configuração; GGA, Grupo de gestão da mudança; DE, Diretor Executivo; EPSO, Serviço Europeu de Seleção do Pessoal; EUWS, (rede de) Estações de Trabalho dos Utilizadores Finais; CdU, Chefe de Unidade; SIGS, Sistema Integrado de Gestão da Segurança; CA, Conselho de Administração; EM, Estado-Membro; PPAPP, Plano Plurianual em matéria de Política de Pessoal; GGP, Gabinete de Gestão de Projetos; I&D, Investigação e Desenvolvimento; SIEM, Gestão de Informação e Eventos de Segurança; ETC, Especificações técnicas do concurso.